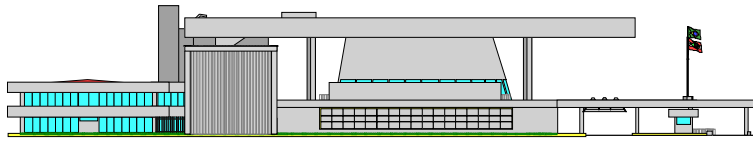


PALÁCIO BARRIGA VERDE



DIÁRIO DA ASSEMBLEIA

ANO LX

FLORIANÓPOLIS, 31 DE MAIO DE 2011

NÚMERO 6.289

17ª Legislatura
1ª Sessão Legislativa
MESA

Gelson Merisio
PRESIDENTE

Moacir Sopelsa
1º VICE-PRESIDENTE

Nilson Gonçalves
2º VICE-PRESIDENTE

Jailson Lima
1º SECRETÁRIO

Reno Caramori
2º SECRETÁRIO

Antonio Aguiar
3º SECRETÁRIO

Ana Paula Lima
4º SECRETÁRIO

LIDERANÇA DO GOVERNO
Elizeu Mattos

PARTIDOS POLÍTICOS
(Lideranças)

PARTIDO PROGRESSISTA
Líder: Sílvio Dreveck

**PARTIDO DO MOVIMENTO
DEMOCRÁTICO BRASILEIRO**
Líder: Manoel Mota

DEMOCRATAS
Líder: Darci de Matos

**PARTIDO DOS
TRABALHADORES**
Líder: Dirceu Dresch

**PARTIDO DA SOCIAL
DEMOCRACIA BRASILEIRA**
Líder: Dado Cherem

**PARTIDO TRABALHISTA
BRASILEIRO**
Líder: Narcizo Parisotto

PARTIDO COMUNSTA DO BRASIL
Líder: Ângela Albino

PARTIDO POPULAR SOCIALISTA
Líder: Altair Guidi

**PARTIDO DEMOCRÁTICO
TRABALHISTA**
Líder: Sargento Amauri Soares

COMISSÕES PERMANENTES

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Romildo Titon – Presidente
Dado Cherem - Vice-Presidente
Sargento Amauri Soares
Joares Ponticelli
José Nei Alberton Ascari
Dirceu Dresch
Volnei Morastoni
Maurício Eskudlark
Elizeu Mattos

COMISSÃO DE TRANSPORTES E DESENVOLVIMENTO URBANO

Valmir Comin
Angela Albino
Jean Kuhlmann
Manoel Mota
Mauro de Nadal
Pe. Pedro Baldissera
Marcos Vieira

COMISSÃO DE PESCA E AQUICULTURA

Pe. Pedro Baldissera - Presidente
Adilor Guglielmi
Altair Guidi
José Milton Scheffer
Darci de Matos
Manoel Mota
Aldo Schneider

COMISSÃO DE AGRICULTURA, E POLÍTICA RURAL

Aldo Schneider - Presidente
José Milton Scheffer - Vice-
Presidente
Narcizo Parisotto
Mauro de Nadal
Dirceu Dresch
Adilor Guglielmi
José Nei Alberton Ascari

COMISSÃO DE TRABALHO, ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO

Elizeu Mattos - Presidente
Angela Albino
Altair Guidi
Sílvio Dreveck
Jorge Teixeira
Manoel Mota
Maurício Eskudlark

COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO

Gilmar Knaesel - Presidente
Darci de Matos - Vice-Presidente
Marcos Vieira
Sargento Amauri Soares
Sílvio Dreveck
Manoel Mota
Luciane Carminatti
Neodi Saretta
Aldo Schneider

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA

Marcos Vieira - Presidente
Maurício Eskudlark
Sargento Amauri Soares
Kennedy Nunes
Jean Kuhlmann
Dirce Heiderscheidt
Volnei Morastoni

COMISSÃO DE ECONOMIA, CIÊNCIA, TECNOLOGIA, MINAS E ENERGIA

José Milton Scheffer - Presidente
Angela Albino
Jorge Teixeira
Carlos Chiodini
Edison Andrino de Oliveira
Dirceu Dresch
Adilor Guglielmi

COMISSÃO DE TURISMO E MEIO AMBIENTE

Neodi Saretta
Gilmar Knaesel
Altair Guidi
Valmir Comin
Jorge Teixeira
Edison Andrino de Oliveira
Dirce Heiderscheidt

COMISSÃO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

Jean Kuhlmann - Presidente
Luciane Carminatti - Vice-Presidente
Pe. Pedro Baldissera
Narcizo Parisotto
Joares Ponticelli
Elizeu Mattos
Carlos Chiodini
Gilmar Knaesel
Ismael dos Santos

COMISSÃO DE DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS, DE AMPARO À FAMÍLIA E À MULHER

Luciane Carminatti - Presidente
Dirce Heiderscheidt
Maurício Eskudlark
Angela Albino
Kennedy Nunes
Ismael dos Santos
Romildo Titon

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO

Carlos Chiodini - Presidente
Luciane Carminatti - Vice-Presidente
Sargento Amauri Soares
Joares Ponticelli
Ismael dos Santos
Mauro de Nadal
Gilmar Knaesel

COMISSÃO DE RELACIONAMENTO INSTITUCIONAL, COMUNICAÇÃO, RELAÇÕES INTERNACIONAIS E DO MERCOSUL

Adilor Guglielmi - Presidente
Narcizo Parisotto
Kennedy Nunes
Jorge Teixeira
Elizeu Mattos
Edison Andrino de Oliveira
Neodi Saretta

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA

Angela Albino - Presidente
Sílvio Dreveck
José Nei Alberton Ascari
Manoel Mota
Romildo Titon
Pe. Pedro Baldissera
Maurício Eskudlark

COMISSÃO DE SAÚDE

Dado Cherem
Sargento Amauri Soares
Valmir Comin
Jorge Teixeira
Carlos Chiodini
Mauro de Nadal
Volnei Morastoni

COMISSÃO DE DEFESA CIVIL

Kennedy Nunes - Presidente
Manoel Mota
Aldo Schneider
Dirceu Dresch
Angela Albino
José Nei Alberton Ascari
Dado Cherem

<p>DIRETORIA LEGISLATIVA</p> <p>Coordenadoria de Publicação: Responsável pela digitação e revisão dos atos da Mesa e publicações diversas, bem como editoração, diagramação e distribuição. Coordenador: Roberto Katumi Oda</p> <p>Coordenadoria de Taquigrafia do Plenário: Responsável pela composição e revisão das atas das sessões ordinárias, especiais, solenes e extraordinárias. Coordenadora: Lenita Wendhausen Cavallazi</p> <p>DIRETORIA DE TECNOLOGIA E INFORMAÇÕES</p> <p>Coordenadoria de Divulgação e Serviços Gráficos: Responsável pela impressão. Coordenador: Claudir José Martins</p>	<p>DIÁRIO DA ASSEMBLEIA</p> <hr/> <p>EXPEDIENTE</p> <hr/>  <p>Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina Palácio Barriga Verde - Centro Cívico Tancredo Neves Rua Jorge Luz Fontes, nº 310 - Florianópolis - SC CEP 88020-900 - Telefone (PABX) (048) 3221-2500 Internet: www.alesc.sc.gov.br</p> <p>IMPRESSÃO PRÓPRIA ANO XX - NÚMERO 2289 EDIÇÃO DE HOJE: 36 PÁGINAS TIRAGEM: 5 EXEMPLARES</p>	<p>ÍNDICE</p> <p>Plenário Ata da 043ª Sessão Ordinária realizada em 24/05/2011 2 Ata da 044ª Sessão Ordinária realizada em 25/05/2011 14</p> <p>Atos da Mesa Atos da Mesa 25</p> <p>Publicações Diversas Atas das Comissões Permanentes..... 26 Avisos de Resultado..... 28 Extrato..... 28 Ofícios..... 28 Parecer Prévio 31 Portarias..... 35 Projetos de Lei 35 Projeto de Resolução 36 Redação Final 36</p>
---	---	---

PLENÁRIO

ATA DA 043ª SESSÃO ORDINÁRIA

DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 17ª LEGISLATURA

REALIZADA EM 24 DE MAIO DE 2011

PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO GELSON MERISIO

Às 14h, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Aldo Schneider - Altair Guidi - Ana Paula Lima - Angela Albino - Carlos Chiodini - Ciro Roza - Dado Cherem - Darci de Matos - Dirceu Dresch - Dóia Guglielmi - Edison Andrino - Gelson Merisio - Ismael dos Santos - Jailson Lima - Jean Kuhlmann - Joares Ponticelli - Jorge Teixeira - José Milton Scheffer - José Nei Ascari - Kennedy Nunes - Manoel Mota - Marcos Vieira - Maurício Eskudlark - Mauro de Nadal - Moacir Sopelsa - Narcizo Parisotto - Neodi Saretta - Nilson Gonçalves - Padre Pedro Baldissera - Reno Caramori - Romildo Titon - Sargento Amauri Soares - Valmir Comin.

SUMÁRIO

Breves Comunicações

DEPUTADO CIRO ROZA - Faz seu discurso de posse e relembra sua passagem pela Casa como deputado em duas legislaturas anteriores.

DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Reporta-se à greve do Magistério.

DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA - Manifesta-se contrário à MP do Magistério enviada pelo governo estadual.

DEPUTADO JAILSON LIMA - Pede a mudança da Constituição Estadual para acabar com a agregação de salário de deputado para funcionários públicos aposentados.

DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS (aparte) - Solidariza-se com o deputado Jailson Lima.

Partidos Políticos

DEPUTADA ANA PAULA LIMA (pela ordem) - Lamenta o falecimento de Abdias do Nascimento.

DEPUTADO MANOEL MOTA - Discorre sobre a licitação de obras no sul catarinense.

DEPUTADO DÓIA GUGLIELMI (aparte) - Solidariza-se com o deputado Manoel Mota.

DEPUTADO DADO CHEREM - Aborda o sistema público de saúde.

DEPUTADO JEAN KUHLMANN (aparte) - Congratula-se com o deputado Manoel Mota.

DEPUTADO ALDO SCHNEIDER (pela ordem) - Registra a presença na Casa de várias lideranças políticas.

DEPUTADO DARCI DE MATOS - Registra PEC de sua autoria propondo alteração no art. 171; critica o livro *Por uma vida melhor*.

DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS (aparte) - Solidariza-se com o deputado Darci de Matos sobre o livro didático distribuído para quase meio milhão de alunos no país.

DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Aborda a realização da 15ª Conferência Nacional dos Legisladores e Legislativos Estaduais.

DEPUTADO MANOEL MOTA (aparte) - Cumprimenta o deputado Joares Ponticelli pelo sucesso da conferência.

DEPUTADO MOACIR SOPELSA (aparte) - Cumprimenta o deputado Joares Ponticelli pelo sucesso da conferência.

DEPUTADO MARCOS VIEIRA (aparte) - Cumprimenta o deputado Joares Ponticelli pelo sucesso da conferência.

DEPUTADO RENO CARAMORI (aparte) - Cumprimenta o deputado Joares Ponticelli pelo sucesso da conferência.

DEPUTADA ANGELA ALBINO (pela ordem) - Cumprimenta o deputado Joares Ponticelli pela recondução à presidência do seu partido.

Explicação Pessoal

DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Discute a questão do piso do Magistério; reporta-se à 15ª Conferência da Unale.

DEPUTADO JEAN KUHLMANN (aparte) - Agradece contribuição da bancada do PP.

DEPUTADO NEODI SARETTA (aparte) - Solidariza-se com o deputado Joares Ponticelli.

DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Reporta-se ao atual momento na Educação catarinense; analisa a importância da atenção do governo para a agricultura; solidariza-se com o deputado Jailson Lima pelo tema abordado.

DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS - Solidariza-se com os professores; manifesta-se contra a Marcha da Maconha.

DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK (aparte) - Solidariza-se com o deputado Ismael dos Santos.

DEPUTADO NEODI SARETTA - Tece considerações a respeito da medicina preventiva.

DEPUTADA ANGELA ALBINO - Discorre a respeito do piso salarial dos trabalhadores da Educação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

Solicito ao sr. secretário que proceda à leitura das atas das sessões anteriores.

(São lidas e aprovadas as atas.)

Solicito à assessoria que distribua o expediente aos srs. deputados.

Passaremos às Breves Comunicações.

Esta Presidência dá conhecimento à Casa do seguinte ato da Mesa Diretora:

(Passa a ler.)

“ATO DA MESA N. 019-DL, de 2011

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA, em conformidade com o disposto no art. 57, inciso II, do Regimento Interno, no uso de suas atribuições

CONVOCA o cidadão Ciro Marcial Roza, 5º Suplente da Coligação DEM, PMDB, PSDB, PTB, PTC, PSL, PRP e PSC, para ocupar cadeira de Deputado neste Poder, em decorrência do afastamento da Deputada Ada Faraco De Luca, indicada para o cargo de Secretário de Estado da Justiça e Cidadania.

PALÁCIO BARRIGA-VERDE, em Florianópolis, 3 de maio de 2011.

(a) Deputado Gelson Merisio
Presidente

(a) Deputado Jailson Lima
1º Secretário

(a) Deputado Antônio Aguiar
3º Secretário”[sic]

Por isso, convido o deputado Ciro Roza para que preste o seu juramento e, logo em seguida, tome posse como deputado estadual.

O SR. CIRO MARCIAL ROZA - “Prometo manter, defender e cumprir a Constituição do Brasil e a Constituição do estado de Santa Catarina, e observar as leis desempenhando leal e sinceramente o mandato que me foi outorgado pelo povo catarinense.”

(Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Declaro empossado o sr. Ciro Roza e concedo-lhe a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO CIRO ROZA - (Passa a ler.)

“Excelentíssimo sr. presidente da Assembleia Legislativa de Santa Catarina, nobre deputado Gelson Merisio, demais membros da Mesa, nobres colegas do Parlamento, representantes da imprensa, funcionários da Casa, servidores dos gabinetes, senhoras e senhores.

Dentro da organização do estado, reunindo os Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário, o Legislativo é, sem dúvida, o mais vocacionado para ocupar o espaço da democracia participativa e cidadã, trazendo para o seu âmbito os grandes debates de interesse público.

A grande força do Poder Legislativo reside, sobretudo, em sua composição multipartidária, refletindo, nessa sua diversidade de ideias, pensamentos e ações, a capacidade de intermediar e encaminhar conflitos e contradições latentes na sociedade aqui representada.

É motivo, pois, de honra e de orgulho estar neste lugar democrático, no espaço político do Parlamento catarinense.

Manifesto, neste momento em que novamente passo a fazer parte desta Casa, a

firme determinação de responder com renovado trabalho e com novas ações legislativas e parlamentares a todos os catarinenses que nos confiaram essa responsabilidade. Aqui estaremos sempre prontos e determinados.

Gostaria de reafirmar nesta tribuna a nossa disposição de contribuir para a ampliação do diálogo com a sociedade catarinense, em todos os níveis de interlocução, mantendo-me fiel aos princípios adotados enquanto prefeito de Brusque, de que nossas ações devem estar sempre voltadas ao homem e ao seu bem-estar social. Aliás, esse norte de trabalho pauta também a linha de princípios que conduzirão as realizações do governador Raimundo Colombo, cuja administração terá em nossa atuação um parceiro para as ações do Executivo em benefício da gente catarinense.

Como deputados, participamos de um poder político do qual não somos donos nem proprietários, mas, sim, servidores leais, legitimados pela vontade livremente manifestada nas urnas pelo povo do estado catarinense. Para cumprir a nobre representatividade parlamentar, estaremos integrados como os mais diferentes segmentos sociais em discussões e negociações reais e construtivas.

Nobres colegas da Casa, é com a voz de todos nós e com a voz da emoção pessoal que reitero a disposição de dedicar os meus esforços para o desenvolvimento catarinense, sob o signo da liberdade e da justiça, em nome dos valores democráticos que este Poder representa. A esses compromissos não faltaremos!

Muito obrigado!”

(Palmas)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - O próximo orador inscrito é o sr. deputado Sargento Amauri Soares, a quem concedemos a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Sr. presidente, srs. deputados, telespectadores da TVAL, ouvintes da Rádio Alesc Digital e público que nos acompanha nesta tarde de terça-feira.

Vou começar o meu pronunciamento falando, como não poderia deixar de ser, a respeito da greve do Magistério e das últimas notícias com relação a esse assunto da maior importância para a sociedade catarinense.

A proposta apresentada pelo governo do estado, através do secretário da Educação, na manhã de ontem, já chegou na forma de medida provisória a este Poder Legislativo na manhã de hoje; portanto, já está tramitando na Assembleia Legislativa. Repito, é uma medida provisória que foi apresentada para o sindicato ontem, às 10h, com um elemento que deixa claro que não houve o menor debate do governo com a representação legítima da categoria, ou seja, o governo já estava com a proposta pronta e apenas mostrou-a para o sindicato na manhã de ontem. Então, definitivamente, essa não é uma forma de debate, de discussão, é uma forma de imposição.

É evidente que as autoridades que tomaram essa decisão no Poder Executivo de fazer dessa forma fizeram também porque já sabiam a proposta que apresentariam. E a proposta que apresentaram é ruim, horrível e horrorosa, pois achata o salário do Magistério estadual, desconsiderando elementos importantíssimos para todos os setores do serviço público, mas para o Magistério de forma especial, que é a progressão na carreira e a qualificação profissional. Deixa o salário da imensa maioria dos professores igual. Então, se alguém entrou no ano passado no Magistério ou há vinte e tantos anos terá uma remuneração igual a R\$ 1.187,00.

Na parte da tabela do Anexo Único da Medida Provisória n. 188 - e não sei se a câmara consegue pegar - v.exas. podem ver que daqui para cima todos recebem o mesmo salário. Isso significa que o governo achatou o salário do Magistério. E para fazer isso desconsiderou toda a história construída pelos governos do estado anteriormente, evidentemente cedendo à luta imensa, renhida, com diversas greves, durante três décadas ou mais.

Vejo aqui professoras aposentadas. Na semana passada recebemos um grupo de professores aposentados de Joinville. Os que estão aqui são de Florianópolis, e com certeza a proposta, conforme o governo apresentou, significa que não terão nenhum ganho e nenhum direito.

Somente para considerar, devo dizer - e não precisa ser especialista em legislação, deputado Jorge Teixeira - que lendo o texto da medida provisória - e não precisa nem olhar o anexo, se bem que olhando o anexo, como já mostramos, dá para sentir qual é o drama - já dá de ter claro que o texto vem tirando direito. E é somente para ver que a quantidade de legislação construída no passado, num processo de luta e numa correlação de forças, numa hora mais para lá, em outra hora mais para cá, durante décadas, foi revogada agora.

(Passa a ler.)

“Art. 4º - Ficam revogados o art. 39 da Lei Complementar Promulgada n. 1.139, de 28 de outubro de 1992, o art. 6º da Lei n. 9.847, de 15 de maio de 1995, o art. 2º da Lei Promulgada n. 9.860, de 21 de junho de 1995, e a Lei n. 9.888, de 19 de junho de 1995.”

Ou seja, o governo estadual está revogando direitos que a categoria construiu ao longo do tempo.

Portanto, é uma medida provisória que não merece prosperar, é tacanha, essa é a expressão, porque o governo do estado não sentou com as entidades representativas do Magistério, não sentou com o Sinte, não discutiui uma proposta mínima negociável, empurrou goela abaixo, uma imposição sei lá de qual setor e de qual nível do governo do estado, que veio no momento posterior ao Ofício Circular n. 0691/2011, assinado pelas autoridades da secretaria da Segurança Pública, Elizete Freitas Mello e Gilda Mara Marcondes Penha, que dentre muitas coisas, diz o seguinte:

(Passa a ler.)

[...]

“13 - Para o professor ACT que aderir à greve tiver o término do seu contrato em meio ao período da manifestação não será concedida a prorrogação/renovação de contrato.

14 - Para o professor ACT que não aderir ao movimento e tiver o término do seu contrato em meio ao período de manifestação será concedida a prorrogação/renovação do contrato somente mediante a comprovação da unidade escolar de que o mesmo vem ministrando aulas regularmente.[...]”[sic]

Medidas medievais, tomadas no século XXI por autoridades que se dizem republicanas. Aliás, foi aprovada nesta Casa há alguns meses, na legislatura anterior, no governo Luiz Henrique, uma lei, aprovada com o nosso voto contrário e veemente, dizendo que o professor ACT que faltar três dias ao trabalho, além de ter o contrato cancelado automaticamente, ficará três anos proibido de fazer seleção em concurso. Isso afeta os princípios mais elementares da Constituição Federal. Mas foi aprovada aqui, uma lei draconiana, medieval, de escorçamento dos servidores.

Ora, essa greve é uma unanimidade na sociedade catarinense. E aqui mesmo,

neste Parlamento, na semana passada, diversos deputados, de todos os partidos da base do governo, estiveram nesta tribuna ou no microfone de apertes manifestando a sua vontade por uma solução negociada com o Magistério em greve.

Não há nenhum setor da sociedade catarinense, mesmo aqueles que quase sempre se manifestam contra os movimentos grevistas, que não tenha agora, nesta greve do Magistério, manifestado-se de forma positiva, favorável, considerando-a legal, legítima, necessária, vital, para que a legislação federal prevaleça em Santa Catarina e para que a Educação deixe de ser uma retórica e passe a ser uma prática de política pública constituída no estado de Santa Catarina.

O governo não pode alegar que estava desprevenido, porque essa lei é de 2008. O governo de Santa Catarina e outros quatro estados entraram com uma Ação Direta de Inconstitucionalidade, mas sabiam que iriam perder. Um ano depois, alegam que não podem pagar porque foram surpreendidos? Não há surpresa aqui. Há, sim, um desleixo com o serviço público em geral. Lá na Segurança Pública ocorre essa situação com os praças; também na base da Polícia Civil, com os agentes prisionais; na base da Saúde, com quem está na linha de frente, nos hospitais, vive o mesmo calvário, os mesmos auspícios. Agora, a imensa massa de trabalhadores e trabalhadoras da Educação, lá na sala de aula ou aqueles trabalharam nas últimas três, quatro, cinco décadas para garantir a educação do povo de Santa Catarina, estão sendo tratados de forma acintosa, de forma desrespeitosa, por uma MP de difícil denominação, mas, sem dúvida, draconiana, esquisita, vingativa e enrolatória. Estava aqui procurando um adjetivo, mas não estou encontrando, para definir essa MP. É uma absoluta falta de vontade de sentar, chamar a representação dos professores, das professoras e debater o que fazer para cumprir a lei neste estado, a partir de uma decisão tomada pelo Congresso Nacional, pelo Supremo Tribunal Federal.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Muito obrigado, deputado Sargento Amauri Soares.

O próximo orador inscrito é o deputado Padre Pedro Baldissera, a quem concedemos a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA - Sr. presidente, srs. deputados, na mesma linha do deputado Sargento Amauri Soares, faço a minha reflexão. Inicialmente, com base na Constituição Federal e na Constituição de Santa Catarina, podemos dizer que a medida provisória encaminhada pelo governo do estado a esta Casa não é da nossa competência ou é descabida. Podemos buscar na Constituição de Santa Catarina o inciso III, incluído pela Emenda Constitucional n. 32, de 2001, que ressalta, no caso particular, o nosso estado. A Constituição prescreve no inciso IV do art. 57 a edição de lei complementar para reger o regime jurídico dos servidores estaduais.

Portanto, para tratar desse assunto, dessa MP, era preciso que o governo do estado editasse uma lei complementar e encaminhasse a esta Casa. Sendo assim, nós, parlamentares, temos, inicialmente, essa grande questão de inconstitucionalidade a ser debatida e a ser discutida: não compete a uma medida provisória, mas sim a uma lei complementar.

Acompanhando várias manifestações no início desta semana, no extremo oeste do estado, percebemos que a adesão a essa manifestação tem alcançado uma dimensão extraordinária não só dos nossos educadores e educadoras como também dos pais dos estudantes. Muitos pais e muito estudantes estão juntos num gesto de compromisso e de solidariedade com o nosso Magistério.

E não temos dúvida de que toda essa situação coloca em risco uma conquista de muita luta, de muita mobilização dos nossos trabalhadores da Educação, joga por terra, acaba. E aí vem a grande questão para todos nós: qual é o incentivo que os nossos educadores e educadoras têm diante desse achatamento de cargos e salários dos nossos trabalhadores e trabalhadoras?

Portanto, apelo à sensibilidade de toda a base do governo, para que interfiram junto ao governo do estado no sentido de que seja retirada essa medida provisória encaminhada e que prevaleça, de fato, o bom senso, para que os representantes do Magistério e o governo possam sentar e dialogar.

Eu sei, e podem até questionar, mas qual é o prefeito que não recebe uma comissão para debater? O meu entendimento não é esse. Fui prefeito em dois mandatos e sempre proporcionei o diálogo, a conversa, a busca não somente do entendimento, mas de soluções para os trabalhadores da prefeitura municipal. Com certeza está faltando sensibilidade ao governo do estado, e eu, pessoalmente, não concordo com isso. É preciso que haja diálogo e que se busque, para o bem da sociedade catarinense, uma solução para essa problemática que vai se agravar. Infelizmente ou felizmente, compete ao próprio trabalhador a busca por seus direitos, que é lei, que é devido. Então, apelo ao governo do estado para que haja uma intervenção positiva, mais diálogo na busca de uma solução razoável, um entendimento, pelo menos, se não der para cumprir a lei neste momento.

Em segundo lugar, gostaria de trazer presente que possivelmente hoje, havendo quórum, colocaremos em votação uma PEC, uma emenda à Constituição de Santa Catarina, acrescentando um pequeno dispositivo. A nossa Constituição, hoje, garante um incentivo ao cooperativismo e a todas as formas de associativismo. Pois bem, a nossa emenda contempla uma importante atividade que vem tomando dimensão e corpo nos últimos anos, que é a economia solidária.

A PEC em questão já teve aprovada a sua admissibilidade, foi votada na comissão de Constituição e Justiça e, se hoje tivermos quórum nesta Casa, colocaremos em apreciação neste Plenário para que possamos votar favoravelmente e contemplar essas mais 1.300 iniciativas em todo o estado de Santa Catarina que trabalham de forma cooperada, solidária e ao mesmo tempo buscam uma alternativa de gerar renda para que as pessoas que vivem dessa importante atividade na sociedade possam ter dignidade.

Então, a proposta de emenda à Constituição Estadual, ao art. 136, no seu inciso I, acrescenta o termo "economia solidária" para integrar a nossa Constituição. Quero lembrar que o próprio governo, o estado, já possui uma lei que criou o Fundo de Economia Solidária. Portanto, existirá uma convergência entre a contemplação na Constituição do estado de Santa Catarina e a legislação, na criação do fundo que serve exatamente para dar sustentação a inúmeras e diferentes atividades de economia solidária que temos na nossa sociedade catarinense.

Era isso, sr. presidente!

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Obrigado, deputado Padre Pedro Baldissera.

O próximo orador inscrito é o deputado Jailson Lima, a quem concedemos a palavra por até por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO JAILSON LIMA - Sr. presidente, deputado Moacir Sopelsa, quero comunicar a v. exa. que falarei também no tempo destinado ao Partido dos Trabalhadores e desde já agradeço ao líder da bancada por essa possibilidade, tendo em vista que precisava ocupar esta tribuna, depois da veiculação de tantas matérias na imprensa de Santa Catarina, a respeito dos valores das aposentadorias desta Casa, da questão do teto constitucional, bem como das aposentadorias por invalidez. Mas antes de dar início às minhas considerações, quero dar as boas-vindas ao deputado Ciro Roza, que assume uma cadeira nesta Casa, no dia de hoje.

Os que me acompanham sabem que sou médico e que fui perito judicial durante 18 anos. É importante deixar registrado para o povo de Santa Catarina que o histórico das aposentadorias desta Casa e as conversas de bastidores são de mais de 30 anos. Em 1983, o deputado Edison Andrino já abordava esse tema neste plenário. No entanto, culturalmente, afirma-se que a coisa sempre foi assim.

Deputado Ismael dos Santos, o país mudou! O Brasil está deixando de ser assim! E quero parabenizar o presidente desta Casa, deputado Gelson Merisio, por quem tenho o maior apreço, assim como pelos ex-presidentes deste Parlamento. A verdade, sr. deputados, é que os parlamentares passam, mas a gestão continua através daqueles que estão nos bastidores e isso faz parte desse contexto.

Estou nesse processo sabendo que depois da tempestade sempre vem o arco-íris. E o arco-íris, deputado Manoel Mota, permite-nos construir uma trajetória com novos critérios para o estado e para o país. Não dá para haver transparência apenas na Assembleia Legislativa. Temos que lutar para que isso esteja presente em todos os órgãos deste país. E por isso defendo que nesta Casa não se coloque nem mais uma vírgula na estrutura de transparência enquanto a imprensa não buscá-la nos demais Poderes.

Quando falamos em aposentadorias, temos que voltar ao ano de 1963, deputado Moacir Sopelsa! São quatro décadas de práticas desse tipo. Vamos permitir que a sociedade continue por mais quatro décadas buscando transparência? Vamos permitir a continuidade dessas práticas? É lógico que a culpa não é de uma ou duas legislaturas, porque já em 1983, como disse anteriormente, o nobre deputado Edison Andrino se manifestou sobre essa questão.

Vimos agora que todos esses atos foram constitucionais, mas não houve a percepção do que isso representava na construção da imoralidade neste país. A Procuradoria Jurídica da Casa fala em direito adquirido. Mas os direitos humanos estão acima dos direitos adquiridos! A constitucionalidade está acima do direito adquirido! E digo isso com muita tranquilidade, mas com muita dor, porque nesta Casa muitos estão sofrendo. José Martí dizia que não adianta ficarmos discutindo se o homem é mortal ou imortal, se sabemos que a fome é mortal!

Estamos vendo os problemas da Saúde; estamos assistindo, em nosso estado, às questões referentes ao piso nacional dos

professores, numa verdadeira desconstrução do Plano de Cargos e Salários do Magistério. Entendo o problema do governo do estado em termos de recursos, mas temos que construir um caminho que consolide mudanças e o nosso papel nesta Casa é buscar saídas para os impasses, notadamente no caso do Magistério.

Repito: coloco essas questões com muita tranquilidade porque sei que aqui se está cumprindo o teto constitucional de acordo com o salário do deputado, conforme informação do procurador jurídico.

Caberá a esta Casa mudar o inciso III do art. 23 da Constituição Estadual, deputado Moacir Sopelsa, pois não quero mais ouvir a Procuradoria falar de direito adquirido depois disso.

(Passa a ler.)

“Art. 23. A remuneração e o subsídio dos servidores da administração pública de qualquer dos Poderes atenderão ao seguinte:

[...]

III - a remuneração e o subsídio dos ocupantes de cargos, funções e empregos da administração direta, autárquica e fundacional, dos membros de quaisquer dos Poderes, dos detentores de mandatos eletivos e dos demais agentes políticos, e os proventos, pensões ou outra espécie remuneratória percebidos cumulativamente ou não, incluídas as vantagens pessoais ou de qualquer outra natureza[...]"[sic]

Ora, a expressão “de qualquer outra natureza” permite tudo! Então, além dos proventos, são incorporadas gratificações de qualquer outra natureza, penduricalhos de qualquer natureza, coisa que o funcionalismo público não pode ter, que o professor e o funcionário da Saúde não podem ter! Estamos com crise na Saúde e na Educação por falta de recursos!

Não quero tratar apenas do Poder Legislativo, quero fazer esse discurso para que possamos tratar dos Poderes como um todo. Quero salientar que na lista de ex-deputados que se aposentaram com salários que a lei permitiu - portanto, a prática não foi inconstitucional, porque a imoralidade foi criada nesta Casa - há figuras de brilhantes ex-parlamentares da minha relação pessoal. Até poderia haver membros do meu partido nela. E vou citar o ex-deputado Lauro André da Silva, que era delegado e não está na lista; o ex-deputado Heitor Sché, que também era delegado e não está na lista. Posso citar a ex-deputada Ideli Salvatti, aposentada como professora, que também não está na lista.

Então, não assumi esse procedimento de forma pessoal. Digo isso com muita tranquilidade, porque temos que tirar uma lição desse episódio. Esta Casa existe porque existem deputados, e não o inverso. Mas aqui, muitas vezes, deputado Reno Caramori, encara-se como sendo o inverso, ou seja, que os deputados existem em função da Assembleia Legislativa. O Tribunal de Contas do Estado e o Tribunal de Justiça existem porque existe o Estado. Logo, temos que tratar todos os poderes de forma igualitária.

Quando fazemos parte da Mesa Diretora temos oportunidade de ver a questão das aposentadorias por invalidez permanente. E agora vou falar como médico e não como deputado. Sou pós-graduado em Saúde Pública, sou especialista em Medicina do Trabalho, fui perito judicial por 18 anos e atendo nas especialidades de Clínica Médica e Reumatologia.

Eu mesmo, como membro da Mesa Diretora, deputado Edison Andriano, assinei, sim, ato de aposentadoria de servidor por

invalidez. Votei a favor, pedi para ver o atestado para saber se era porque a pessoa estava morrendo do coração ou porque era esquizofrênica.

Srs. deputados, dos 454 aposentados, 229...

(Discurso interrompido pelo tempo do horário regimental.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Deputado, concedo 30 segundos para v.exa. concluir.

No entanto, estamos adentrando ao horário destinado aos Partidos Políticos. Como v.exa. fez uma troca de horário com o DEM, poderá usar os dez minutos do PT. Portanto, v.exa. a palavra por dez minutos e 30 segundos.

O SR. DEPUTADO JAILSON LIMA - Obrigado, sr. presidente.

O Sr. Deputado Ismael dos Santos - V.Exa. me permite um aparte?

O SR. DEPUTADO JAILSON LIMA - Pois não!

O Sr. Deputado Ismael dos Santos - Antes de v.exa. continuar a sua linha de raciocínio, a título de esclarecimento, quero dizer que recebi um e-mail há pouco de alguém que questionava por que os deputados com um mandato ou dois se aposentam.

Ora, o deputado Manoel Mota, por exemplo, tem seis mandatos. Por isso, é bom esclarecer que se trata de deputados que foram servidores do poder público catarinense e que pagaram devidamente o Iprev.

O SR. DEPUTADO JAILSON LIMA - Chegarei a esse raciocínio, deputado Ismael dos Santos.

Retomando o fio da meada, ainda há a questão da compulsoriedade, ou seja, aqueles que completando 70 anos têm que se aposentar porque a lei assim determina. Desses, 17 pediram o reconhecimento da invalidez permanente, porque ficaram depois dos 70 anos. Tem mais isso! Além disso, 229 se aposentaram por invalidez permanente, o que representa quase 49%. Ora, isso não é culpa dos deputados.

Na junta pericial desta Casa sobram médicos que são responsáveis. EE isto já falei no ano passado: é o mesmo grupo que recebe de R\$ 2 mil a R\$ 3 mil de insalubridade e queria ver isso incorporado ao salário. Caberá ao Iprev levantar, porque é um dado estatístico e eu não preciso nem ver os pacientes.

No serviço público em torno de 20% se aposentam por invalidez permanente. Desses, a maioria é, basicamente, da Educação e da Saúde. Ora, aqui não há professor e com relação à situação da saúde, há pessoas demais nessa situação. Então, também não é esse o problema. Mas caberá, logicamente, procurar o Iprev, como já disseram que vão fazer, a fim de verificar essa situação e regulamentá-la.

Não estou buscando o passado, quero olhar para frente. Porque a sociedade - e um exemplo é o e-mail recebido pelo deputado Ismael dos Santos - questiona como um deputado pode aposentar-se com apenas um mandato! O deputado Manoel Mota, que está há seis mandatos, não está aposentado.

Sr. presidente, quero começar a discutir, sim, a aposentadoria ou o processo de equiparação que tem que haver para quem quiser ter, cumulativamente, uma previdência complementar, como ocorre no Iprev, na Caixa Econômica Federal, no Banco do Brasil. Com isso, resolve-se de vez essa questão e não vai mais haver problema de a cada mandato um governador mandar uma lei para resolver o problema do deputado “a”, “b”, “c” ou “d”.

É que a Constituição aprovada por esta Casa diz que quem é deputado e servidor público do estado - de qualquer dos três poderes - pode incorporar na sua aposentadoria o salário de deputado. E aí, logicamente, há deputado que com um mandato se aposenta sem ter contribuído com a previdência. E a “viúva”, que paga todos os poderes, acaba assumindo a responsabilidade por tudo isso.

Quero também, com muita tranquilidade, conversar com todos os funcionários da Assembleia Legislativa.

Estava tramitando na Casa um projeto de lei de incorporações e gratificações. Nesse projeto enfiaram mais um monte de penduricalhos para meia dúzia de abonados desta Casa, que dominaram o projeto, mas que não tinham autorização para isso, para tentar aprovar em regime de urgência uma matéria que não é urgente.

Não posso ser injusto com a grande maioria dos funcionários da Casa, porque em 2008 já se fez aqui a incorporação para um grupo do andar de cima; também nesta Casa, no ano passado, aprovamos projetos de lei permitindo a incorporação de vantagens para os servidores do Tribunal de Justiça e do Tribunal de Contas.

Então, vou apresentar amanhã nesta Casa um projeto de lei para que o andar de baixo não seja discriminado em relação ao andar de cima e em relação aos outros poderes. Acho que isso é justo, é correto e faço esse debate de forma transparente, porque se trata de um conjunto de servidores que sempre ficou de fora desses projetos.

Ao mesmo tempo, nos projetos de incorporação apresentados nesta Casa - e realizamos estudos a esse respeito -, funcionários anteriormente beneficiados com incorporações e gratificações seriam novamente contemplados porque vão incorporando 1.0% ao ano. Acho que quando um funcionário incorpora a sua gratificação após dez anos, ele tem que dar a oportunidade ao colega a oportunidade que ele já teve.

Então, faço esse depoimento não na forma de desabafo e agradeço aos deputados a compreensão, porque tenho passado pelas bancadas para discutir a questão. Parabéns ao presidente Gelson Merisio, que com a sua sapiência e racionalidade tem conduzido esse processo com muita grandeza, porque sei que neste momento a Casa sofre um desgaste. Agora, não podemos ficar mais três décadas discutindo aquilo que deveríamos ter resolvido em 2003, deputado Edison Andriano, quando v.exa. levantou o assunto.

Esta Casa durante muito tempo foi dominada de uma forma oligárquica por famílias, porque no conjunto das aposentadorias há três, quatro do mesmo grupo. Mas isso, graças a Deus, não existe mais, porque as devidas correções foram sendo feitas no decorrer do tempo. Mas precisamos, neste momento, passar uma lâmina cirúrgica para resolver isso. Usando um jargão médico diríamos o seguinte, deputado Jorge Teixeira, v.exa. que também é médico: diante de um abscesso passa-se o bisturi, debrida-se e coloca-se o dreno para, gradativamente, ir cicatrizando. Se há uma coisa que não podemos fazer na vida é desistir de nós mesmos, dos princípios que acreditamos e da vontade política que defendemos.

Minha família tem passado por sacrifícios nesses momentos e sei o quanto isso tem representado no seu dia a dia. Sei também os momentos de tensão que tenho passado aqui dentro. Não adianta ficarem passando e-mails, criando endereços que não

existem porque a minha luta vai continuar existindo.

Quero dizer também ao Sindalesc que a luta deles é justa. Tivemos, na semana passada, no mesmo dia da abertura da 15ª Conferência da Unale, a abertura do encontro dos funcionários das Assembléias Legislativas do país, no qual tiraram uma moção de repúdio contra mim. Em primeiro lugar isso não me afeta; em segundo, avisaram-me às 18h que eu poderia representar a Assembleia Legislativa na abertura desse encontro. Eu aqui estive. A abertura era às 19h e em seguida haveria a abertura do evento da Unale, no Costão do Santinho, às 20h. Cheguei às 19h e não havia quase ninguém. Pedi o telefone do presidente da Fenale, liguei para ele, que disse que estava saindo dos Ingleses naquele momento. Se o horário era às 19h, às 19h eu estava no local devido. Não pude permanecer porque fui para o encontro da Unale. Não sou funcionário público da Assembleia Legislativa, sou um parlamentar que representa o povo de Santa Catarina e estive na abertura para a qual fui convidado e era a função que eu tinha que cumprir.

Então, quero dizer que lamento a forma irresponsável como a perícia médica desta Casa se conduziu nesse período. O Conselho Regional de Medicina que resolva isso. Não é problema meu.

Quanto às aposentadorias, deputados, temos que ter a hombridade de mudar o inciso III do art. 23 da Constituição, no qual temos que deixar claro que em todos os poderes os penduricalhos, as gratificações, não poderão ultrapassar o teto do salário do deputado estadual, do governador, do desembargador e do conselheiro do TCE.

Por isso, meu presidente, temos que ter transparência e tranquilidade para fazer esse debate, dizendo que mais escandaloso que o escândalo é quando se faz de conta que ele não existe.

Quero pedir desculpas aos parlamentares se os estou constrengendo neste momento e dizer ao povo de Santa Catarina que enquanto estiver nesta Casa não quero mais funcionário ou outra pessoa me peitando no corredor dizendo que sempre foi assim e que quando eu for embora tudo vai voltar ao normal, como se o anormal fosse normal dentro desta Casa.

Muito obrigado!
(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Muito obrigado, deputado Jailson Lima.

A Sra. Deputada Ana Paula Lima - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Com a palavra, pela ordem, a sra. deputada Ana Paula Lima.

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Apenas quero registrar e lamentar o falecimento de um baluarte na luta contra o racismo no mundo, sr. presidente, que é o Abdias do Nascimento, poeta, político, jornalista, artista plástico. Foi deputado federal e também senador pelo Rio de Janeiro, pelo PDT, deputado Sargento Amauri Soares, e morreu hoje pela manhã de complicações na saúde. Então, quero lamentar a morte deste líder que lutou contra o racismo no mundo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Muito obrigada, deputada Ana Paula Lima, fica feito o registro.

Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PMDB.

Com a palavra o sr. deputado Manoel Mota, por até 12 minutos.

O SR. DEPUTADO MANOEL MOTA - Sr. presidente, sras. deputadas, srs. deputados, venho a esta tribuna para deixar registrado que vale a pena a luta neste Parlamento e a luta pelas questões em defesa da sociedade.

Quero cumprimentar também os visitantes que nos dão a honra de prestigiar o Parlamento no dia de hoje, os telespectadores da TVAL, os ouvintes da Rádio Alesc Digital e dizer que depois de aproximadamente 20 anos de luta pela serra do Faxinal, Cidade dos Canyons, Praia Grande, no sul de Santa Catarina, que vai diminuir em 200 quilômetros para quem vai de Araranguá a Canela, Gramado e Caxias do Sul, o Ibama prometeu em 40 dias a licença ambiental pronta. E essa licença estando pronta e entregue ao Deinfra, na mesma hora a obra irá começar naquela serra, um ponto turístico como Itaimbezinho, tão importante para o sul do nosso estado.

Quero também registrar que o Ibama prometeu a licitação para 60 dias de uma obra que tem 28 anos de luta, uma obra que inicia em Araranguá, Ermo, Turvo, Timbó, São José dos Ausentes, Bom Jesus, Vacaria, Lagoa Vermelha, Passo Fundo, Erechim, Carazinho, São Borja, Argentina e que será o corredor do Mercosul, do turismo, desembocando no extremo sul, em Araranguá, no Chile, na Argentina, no Uruguai, no Paraguai. Imaginem a importância. E faltam apenas 25 quilômetros. E em 60 dias, saindo a licença ambiental, será licitada a obra, para alegria nossa, depois de 28 anos de trabalho, juntamente com toda a nossa região.

O Fórum Parlamentar Catarinense no Congresso Nacional está trabalhando para conseguir essa mudança, já que a retomada dessa obra tão importante para a região sul deste estado está no orçamento do governo.

Foram 28 anos de sofrimento de uma população da localidade de Areia Branca. Faz 28 anos que aquela população recebeu o decreto de que ali sairia uma barragem. Assim eles não podem investir, não podem pegar financiamento. Então aquela população vive em desespero. No governo passado aproximadamente 30% das pessoas já tiveram suas terras desapropriadas e 70% estão passando um sofrimento sem limites. E o governador de Santa Catarina Raimundo Colombo assumiu, antes de viajar, que a partir do final do mês começará a fazer o pagamento dessas desapropriações, para que se iniciem as obras da barragem que vai abastecer o perímetro urbano daquela região e vai manter o plantio de arroz irrigado daquela região, que é maior do Brasil.

Agora, começamos um movimento pela Interpraias. Na primeira sexta-feira foi feita uma manifestação na Rádio Amorim, 102,9 FM, das 7h às 9h, com mais de 50 pessoas: prefeito, vereadores, lideranças e empresários. Depois, em Balneário Gaivota. E, na sexta-feira que passou, em Balneário Arroio do Silva, tivemos mais um dia de luta em prol da Interpraias.

Quero convidar v.exa., deputado Dóia Guglielme, para na próxima sexta-feira, das 7h às 9h, continuarmos esse movimento em busca da Interpraias. O governador em exercício, Eduardo Pinho Moreira, abraçou com tudo também essa causa, e o governador Raimundo Colombo, que está viajando, também falou: "Vão em frente".

Entendemos que a nossa região será privilegiada na área do turismo, bem com haverá geração de empregos e renda. Na outra sexta-feira o movimento será realizado em Içara, em Balneário Rincão, e quero levar o presidente da SC Parcerias, Ênio Branco, que

está buscando já grandes parceiros para realizar a obra, pois passarão naquela rodovia 5.000 automóveis por dia. E acho que grandes empresas vão querer investir ali porque vai ser cobrado pedágio. E nesse caso concordo com o pedágio. Não concordo com o pedágio em Palhoça, porque se trata de uma obra pública, feita com dinheiro público, que estaria enriquecendo algumas pessoas. Sem contar que nem está pronta a obra e já estão cobrando.

Estivemos em Jaguaruna, onde foi entregue uma ordem de serviço muito importante ontem, pelo Eduardo Moreira, referente aos 6,5km na praia da Esplanada. E estavam também presentes prefeitos. A casa estava lotadinha, parecia uma grande festa. Aquela população sofre há tantos anos. E nós vamos, depois de Jaguaruna, finalizar em Laguna.

Na sexta-feira da semana passada, para minha alegria, foi entregue a ordem de serviço de 20km da Interpraias, de Laguna a Camacho. V.Exa. estava lá, deputado Dóia Guglielmi, e está participando de tudo. Isso é importante para fortalecermos o movimento.

V.Exa. faz idéia, para quem vem lutando há 28 anos, do que é ver pelo menos 20km serem iniciados? Sabemos que depois de iniciada a obra parar é difícil. Então, precisamos juntar todos os srs. parlamentares - eu, v.exa., os deputados José Nei Ascari, Joares Ponticelli, Valmir Comin, enfim, toda a representação do sul do estado - para buscar as obras que são fundamentais para o desenvolvimento daquela região.

Nós tratamos do anel viário que compõe Criciúma e Içara. A via rápida também é importante. Por isso precisamos trabalhar muito para buscar os resultados que a população tanto espera. Santa Catarina espera de nós resultados. Nós temos uma missão.

Ouvi o deputado Jailson Lima há pouco dizendo que eu tenho seis mandatos mas nenhuma aposentadoria. É evidentemente que estou aqui para trabalhar, para cumprir a minha missão. Estou aqui pela delegação de uma população que preciso honrar. Tenho que honrar todos os votos que recebo, a confiança dos eleitores que represento. Essa vai ser uma bandeira que vamos levar pelo caminho.

O vice-governador Eduardo Pinho Moreira, que tinha o aval do governador, entregou todos os recursos para a conclusão do aeroporto de Jaguaruna. V.Exa. vê a importância que o sul tem. Até o fim do ano vamos ter um dos melhores aeroportos do sul do Brasil. Então é assim que vamos chegar às grandes conquistas.

O Sr. Deputado Dóia Guglielmi - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO MANOEL MOTA - Pois não!

O Sr. Deputado Dóia Guglielmi - Obrigado, deputado Manoel Mota. Quero parabenizá-lo pela iniciativa e por essa luta incansável pela Interpraias.

Hoje, temos conhecimento de que a BR-101, no momento em que for entregue à população nacional e estadual, já estará ultrapassada. E a Interpraias que liga Passos de Torres a Florianópolis é o melhor caminho, a melhor solução, não apenas para o crescimento do turismo catarinense como para o Mercosul inteiro. Por isso, quero dizer que estamos juntos nessa luta. Inclusive, ontem, não pudemos deixar passar em branco o agradecimento ao governador do estado em exercício, Eduardo Pinho Moreira, pela iniciativa de passar a rodovia pelos municípios de Içara e Jaguaruna. Ele fez um compromisso efetiva-

mente para ser honrado neste ano ainda, um convênio para o município de Jaguaruna, ligando a BR-101 a um dos melhores balneários da nossa região, a praia da Esplanada.

Por isso, agradecemos neste momento e com certeza estaremos juntos nesse grande movimento que v.exa. abraçou. Tenho certeza de que esse sonho se tornará realidade.

Parabéns pela oportunidade e muito obrigado!

O SR. DEPUTADO MANOEL MOTA - Quero agradecer a v.exa.

Temos a honra de receber, nesta tarde, o vereador de Sombrio, Agenor Colares Gomes, o Nego Gomes, acompanhado de vários colegas, um timaço que veio prestigiar esta sessão. Recebemos também o vereador Venício da Silva, de Turvo, além de vereadores e o vice-prefeito de São João do Sul.

Nobres pares, quando a população elege alguém é sempre na esperança de dias melhores, com espírito de luta e de trabalho para poder honrar o povo da região e de Santa Catarina.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PSDB.

Com a palavra o sr. deputado Dado Cherem, por até nove minutos.

O SR. DEPUTADO DADO CHEREM - Boa-tarde, sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas e telespectadores da TVAL. Assomo à tribuna para tratar de três temas de extrema relevância para nós, catarinenses.

Muitas vezes no plenário da Assembleia Legislativa tenho acompanhado os srs. deputados e as sras. deputadas que desta tribuna fazem constatações sobre o sistema público de saúde. Algumas vezes por conhecimento, outras por um roubo partidário, enfim, mas todos imbuídos das melhores intenções no sentido de melhorar o sistema público de saúde.

A imprensa, na última semana tem noticiado algumas conquistas de Santa Catarina nesse sentido. E eu quero, em nome da secretaria de estado da Saúde, fazer um agradecimento aos funcionários e dedicar a eles todo esse processo de conquista. Quero falar aqui, deputado Jorge Teixeira, da questão da telemedicina. Houve um avanço muito grande quando lançamos o sistema em 2005 lá na distante Quilombo, um município do extremo oeste, com o prefeito Antônio. Foi um projeto desafiador, único em todo o Brasil, realizado em parceria com a Universidade Federal de Santa Catarina.

Nós acreditamos no projeto dos drs. Felipe e Aldo sobre a telemedicina. Trata-se de um projeto novo, um *software* engenhoso. E vimos agora o resultado com a realização de um milhão de consultas e atendimentos através da telemedicina. Começou-se com um simples exame de eletrocardiografia e depois, com o passar do tempo, foi estendido para a dermatologia e também para os raios X e a ressonância magnética hospitalar.

Até trago um dado curioso com respeito à ambulancioterapia, mas não é esse o foco. Os usuários da telemedicina deixaram de percorrer 13 milhões de quilômetros com esse um milhão de exames. Esse não é o foco principal do sistema, apenas faço esse adendo.

Quero parabenizar o líder do governo em exercício, deputado Jean Kuhlmann, e também a equipe da SC Transplantes, uma vez

que novamente Santa Catarina ocupa a primeira colocação na captação de órgãos, rins e fígado, do Brasil.

Isso só foi conseguido graças ao esforço da equipe do dr. Roberto e do dr. Joel Andrade que conduziram de uma maneira muito brilhante todo esse processo. Nós éramos praticamente um dos patinhos feios na questão dos transplantes no Brasil e ocupávamos a 7ª, 8ª ou 9ª posição. Hoje novamente estamos captando 20 transplantes por milhão em Santa Catarina. O maior país captador é a Espanha que capta 36 transplantes por milhão, e no Brasil a média não passa de 8.

Isso se deu graças ao esforço de uma equipe que acreditou. E o nosso trabalho foi a decisão política de fazer. Então, quero aqui homenagear aquela equipe da SC Transplantes e dizer a eles, com certeza, que houve um aprendizado muito grande.

Hoje, deputado Jean Kuhlmann, o governo federal também se juntou ao estado de Santa Catarina. Assim, os governos, federal e estadual, estarão investindo R\$ 1,5 milhão por ano para ajudar no pagamento das coordenações que existem em todo o estado.

Antes, havia dez coordenadores, hoje há 80 no estado, e esse recurso vem para reconhecer o mérito dessas pessoas, mostrando um novo modelo de gestão que é possível na prática, em que se valoriza realmente as pessoas que estão contribuindo.

Quero, deputado Padre Pedro Baldissera, também fazer um agradecimento ao ministério da Saúde, que acreditou nesse projeto. Se hoje existem esses recursos, também temos que reconhecer o trabalho do ministério da Saúde, que começou na gestão passada e continua até o presente momento.

O Sr. Deputado Jean Kuhlmann - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO DADO CHEREM - Pois não!

O Sr. Deputado Jean Kuhlmann - Quero ser muito breve, deputado Dado Cherem.

Fui secretário, assim como v.exa. também, e sempre o vejo como uma pessoa muito humilde. Acho importante parabenizar a equipe e todos que colaboraram, porque realmente essas pessoas têm mérito. Se hoje o secretário Dalmo tem essas condições, foi porque alguém acreditou, coordenou e, acima de tudo, deu apoio a esses servidores. E esse alguém é v.exa., deputado.

Por isso, quero não só dar os parabéns aos servidores, mas também, em nome do governador Raimundo Colombo, parabenizar o deputado e secretário da Saúde Dado Cherem, porque se ele não tivesse acreditado, incentivado e sido o grande entusiasta do processo, hoje não estaríamos comemorando.

Parabenizo v.exa. porque essa conquista em grande parte é sua.

O SR. DEPUTADO DADO CHEREM - Muito obrigado, deputado Jean Kuhlmann.

Com certeza também quero estender o cumprimento ao ex-governador Luiz Henrique da Silveira, ao ex-governador Leonel Pavan e ao vice-governador Eduardo Pinho Moreira, porque acreditaram nesses dois projetos que foram iniciados no período de 2004 e 2005.

Quero também citar um novo dado estatístico. Hoje estamos com a telemedicina em 287 cidades, faltando apenas seis cidades para serem contempladas, porque o sistema de internet não funciona bem nessas regiões.

Também quero parabenizar a Mesa Diretora, em nome do deputado Gelson Merisio, pela grandeza do ato que ele teve, na manhã de ontem, ao lançar a campanha de adoção,

fazendo com que as pessoas que tenham acesso a essa boa informação tomem-se sensíveis a essa causa. Essas crianças hoje estão depositadas em locais não adequados, esperando para serem adotadas. Crianças que, como todo ser humano, sofrem mazelas sociais e econômicas e acima de tudo espirituais.

O deputado Gelson Merisio não está presente nesta sessão, mas quero, em seu nome, parabenizar a Assembleia Legislativa por capitanear esse projeto tão importante. Tomara Deus que a campanha não termine no final do ano, que seja apenas o início e que se perpetue nesta Assembleia, para mostrar que esta Casa, sim, faz coisas muito importantes para a sociedade catarinense.

Para encerrar, srs. deputados e sras. deputadas, quero também parabenizar o deputado Joares Ponticelli por dois motivos: primeiramente, pela recondução do seu nome à presidência do PP. Nós sabemos que não é fácil conduzir um partido político, porque os interesses partidários, muitas vezes conflitantes, divergem. E o deputado Joares Ponticelli tem conseguido, sim, conduzir o PP de uma forma muito coordenada, articulada. Então, em nome da bancada do PSDB, dou os parabéns ao PP pela convenção e a recondução do deputado Joares Ponticelli.

Também quero, deputado Moacir Sopelsa, v.exa. que participou da 15ª Conferência da Unale, parabenizar o deputado Joares Ponticelli por esse encontro extremamente importante. Eu nunca tinha participado e fiquei encantado com o que vi lá. Portanto, novamente parabenizo o deputado Joares Ponticelli pela organização do encontro da Unale, que, conforme os demais deputados que conheci naquela manhã e naquela tarde, foi talvez o melhor encontro da União Nacional dos Legisladores e Legislativos Estaduais desde a sua fundação.

Muito obrigado e boa-tarde!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Muito obrigado, deputado Dado Cherem.

Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao DEM.

Com a palavra, o sr. deputado Darci de Matos, por até dez minutos.

O Sr. Deputado Aldo Schneider - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Aldo Schneider.

O SR. DEPUTADO ALDO SCHNEIDER - Gostaria de registrar a presença de muitas lideranças do alto vale, representadas pelos prefeitos daquela região, vice-prefeitos, vereadores e secretários municipais: prefeito de Laurentino, Valdemiro Avi; prefeito de Aurora, Alfonso Maria Souza; vice-prefeito de Agrolândia, Guido Bauer; vereador Vanderlei de Souza, de Laurentino; secretários municipais Agenor Avi e Valmor Nardeli; vice-prefeito de Vidal Ramos.

Quero dizer que, juntamente com essa comitiva do alto vale, estaremos presentes num evento, logo após o término desta sessão. E evidentemente, ao longo do período da sessão, irei registrar a presença de várias lideranças do vale do Itajaí que estão em Florianópolis.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Muito obrigado, deputado Aldo Schneider.

Com a palavra o deputado Darci de Matos, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Sr. presidente, srs. deputados, sras. depu-

tadas, telespectadores da TVAL, ouvintes da Rádio AleSc Digital, inicio o meu pronunciamento dando, em nome do Democratas e futuro PSD, as boas-vindas ao deputado Ciro Roza, que já fez aqui o seu pronunciamento e está retornando, com muita honra, ao Parlamento catarinense. O deputado Ciro Roza, foi prefeito de Brusque e já esteve nesta Casa por alguns anos. Portanto, temos plena convicção de que s.exa. trará uma contribuição significativa para a comunidade catarinense, através da Assembleia Legislativa. Seja bem-vindo!

Sr. presidente, estou colhendo assinaturas para apresentar uma PEC - Proposta de Emenda Constitucional - alterando o art. 171.

Deputado Ismael dos Santos e deputada Angela Albino, há três fundos que custeiam o ensino superior. Um deles é o art. 170, o único no Brasil há quase 20 anos - tem um montante de R\$ 40 milhões, dos quais 90% são repassados para a Acafe e 10% para a Ampesc -, mas é desproporcional e quando foi criado não era. É um artigo que não temos a intenção de mexer e certamente não vamos fazê-lo. Ele foi criado pelo governador Luiz Henrique da Silveira.

O art. 171 se compõe, deputado Jorge Teixeira, pelo depósito de 2% do faturamento bruto das empresas que têm benefícios fiscais. Esse art. 171 começou com R\$ 2 milhões, R\$ 4 milhões, R\$ 10 milhões e neste ano esse artigo conseguiu distribuir R\$ 15 milhões para o ensino superior, pós-graduação, mestrado, pesquisa, ciência e tecnologia e 10% para a Udesc em Santa Catarina.

Existe um terceiro fundo, deputado Reno Caramori, que é a Lei Jorginho, com mais R\$ 15 milhões para o terceiro grau de Santa Catarina. Portanto, o terceiro grau de nosso estado, no meu entendimento, está razoavelmente bem amparado com recursos públicos para bolsas, deputado Dóia Guglielmi, para alunos carentes de Santa Catarina.

Mas não há nenhum fundo para custear o ensino técnico do nosso estado, e Santa Catarina precisa fazer aquilo que a Alemanha faz há 50 anos: investir na formação técnica. Existem milhares de postos de trabalho no nosso estado e no Brasil que não estão sendo preenchidos por falta de qualificação técnica, apesar de que o governo federal, em parceria com o governo do estado, tem criado as escolas técnicas, mas não são suficientes para atender à demanda do nosso estado.

Portanto, essa PEC, para a qual estou colhendo assinaturas, sr. presidente, destina-se a mexer no art. 171, porque ele está em formação. Nesse ano, deputada Angela Albino, foram R\$ 15 milhões. No ano que vem certamente serão R\$ 20 milhões ou R\$ 25 milhões, e deverá chegar, daqui a alguns anos, ao montante de R\$ 40 milhões, equivalentes ao art. 170.

Então, queremos que um percentual desse fundo que ainda está em formação possa ser destinado a bolsas para alunos carentes de Santa Catarina. Portanto, estamos colhendo assinaturas.

Não estamos querendo tirar dinheiro de ninguém. Estamos simplesmente querendo fazer justiça com os filhos de trabalhadores do nosso estado, que não têm condições de cursar nem o ensino técnico quanto mais o ensino superior.

Eu agradecerei, posteriormente, se os deputados entenderem que essa PEC deva tramitar e que possamos fazer um debate sobre esses recursos públicos destinados ao ensino técnico em nosso estado.

Sr. presidente, rapidamente, eu também quero fazer menção a um assunto, e até com muita preocupação, deputado Ismael dos Santos - e v.exa., que é doutor em Literatura, já falou na semana passada sobre ele, mas não podemos deixar de tocar nesse assunto, deputada Angela Albino - que diz respeito a esse grande absurdo que o MEC está cometendo com as crianças, sobretudo com os jovens nas escolas públicas e privadas do país.

A revista *Veja* traz uma matéria extensa sobre esse livro intitulado: *Por uma Vida Melhor*, distribuído para 500 mil escolas no Brasil, deputado Padre Baldissera. Esse título *Por uma Vida Melhor* é discutível. Vida melhor certamente terá aquele jovem que vai à escola buscar conhecimento, qualificação e melhoria no seu nível intelectual.

O MEC não pode, de forma alguma, no meu entendimento - e isso é uma afronta ao ensino público do Brasil -, querer ensinar os alunos de forma errada. O articulista Apolinário Ternes traz, nesse final de semana, um artigo sob o título: "Eles consulta, nós paga". É isso! Pela orientação do MEC, deputado Ismael dos Santos, os nossos alunos poderão aprender e escrever dessa forma. No meu entendimento isso é um absurdo! Por quê? Porque se uma pessoa procura uma escola, sr. presidente, é para buscar conhecimento, qualificação, aperfeiçoamento, formação e não para aprender a escrever ou a falar de forma errada.

No mercado de trabalho, no mundo em que o sucesso profissional depende cada vez mais de um rigor intelectual de conhecimento e de formação, sem dúvida alguma essa orientação do MEC é descabida e não podemos aceitá-la.

O Sr. Deputado Ismael dos Santos - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Pois não, deputado.

O Sr. Deputado Darcy de Matos - Eu quero anexar ao seu discurso que já fizemos uma intervenção na semana passada sobre essa questão do livro didático distribuído para quase meio milhão de alunos no país.

É claro que sabemos que existe a questão sociolinguística das diferenças culturais no que diz respeito à linguagem oral especialmente. Mas não se pode admitir, e aí eu quero somar ao seu discurso a minha posição, que um livro que quer ser bússola, que quer ser um norte para os nossos educandos, preste-se a ensinar a linguagem informal. Eu tenho para mim que o Brasil, neste momento, é o único país do mundo onde o seu ministério da Educação patrocina uma investida contra a sua língua pátria. Esse é um desserviço que se presta à educação no Brasil!

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Obrigado, deputado Ismael dos Santos.

Sr. presidente, concluo externando a preocupação de que o sistema educacional no Brasil, ao final do ensino básico, produz 62% de jovens que mal sabem ler e 89% que não sabem fazer as operações aritméticas básicas. Este é um país que ainda abriga 14 milhões de analfabetos e cuja economia tem um milhão de vagas em empresas que não são preenchidas por falta de pessoal capacitado.

Tenho em mãos, sr. presidente, a declaração da procuradora da República, Janice Ascarí, que disse o seguinte:

(Passa a ler.)

"Vocês estão cometendo um crime contra os nossos jovens, prestando um desserviço à Educação já deficientíssima do país e desperdiçando dinheiro público com material que emburrece em vez de instruir."[sic]

Sr. presidente, isso é uma barbaridade!

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nilson Gonçalves) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos cinco minutos são destinados ao PPS.

(Pausa)

Na ausência do seu representante, damos seguimento ao horário dos Partidos Políticos, informando que o espaço seguinte pertence ao PDT.

(Pausa)

Na ausência de representante do partido que queira fazer uso da palavra, o próximo espaço se destina ao PP.

Com a palavra o sr. deputado Joares Ponticelli, por até nove minutos.

Enquanto o deputado se dirige à tribuna, quero fazer menção ao sucesso da 15ª Conferência da Unale, pois para mim foi a maior conferência de que participei. E devemos isso ao deputado Joares Ponticelli, coordenador do evento.

Quero dizer que este deputado, pelo menos, levou para sua vida ensinamentos dos quais não se esquecerá tão cedo. O governador Antonio Anastasia e o jornalista Luis Nassif proferiram palestras que certamente ficarão gravadas em minha mente para sempre.

Parabéns a v.exa. pela forma como conduziu e organizou a 15ª Conferência da Unale, pois foi um orgulho para todos nós.

Por fim, desejo dar as boas-vindas ao nosso deputado Ciro Roza, com quem já convivemos em legislaturas anteriores nesta Casa.

Seja bem-vindo, deputado Ciro Roza!

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Muito obrigado, sr. presidente.

Desejo, primeiramente, saudar v.exa., os srs. deputados, os telespectadores da TVAL, os ouvintes da Rádio AleSc Digital e associar-me à saudação de v.exa., sr. presidente, dando as boas-vindas ao nosso ex e novo colega Ciro Roza. Chegamos a esta Casa juntos, em 1999, mas o deputado Ciro Roza logo nos abandonou, já que em 2000 foi empreender novo caminho rumo às duas vitoriosas e exitosas gestões na cidade de Brusque.

Quero que v.exa. tenha a certeza de que fez muita falta e que aqui deixou muitos amigos. Por isso, é muito bem-vindo e, sem dúvida alguma, fortalecerá e qualificará ainda mais os trabalhos desta Casa.

Ao tempo em que cumprimento as deputadas e os deputados, quero fazer a minha primeira manifestação exatamente sobre o evento realizado de 18 a 20 de maio, sediado pela AleSc, que foi a 15ª Conferência Nacional dos Legisladores e Legislativos Estaduais. Essa foi, deputado Romildo Titon, a décima conferência de que participei. Nos meus 12 anos de mandato não fui a apenas duas conferências. Sempre sonhei - e v.exas. sabem disso - em trazer a sede desse evento para o nosso estado. Nunca imaginei, no entanto, que quando isso acontecesse estaria eu na condição de presidente da comissão organizadora.

Neste momento quero fazer o meu agradecimento ao nosso presidente, porque se não fosse o deputado Gelson Merisio, a Mesa Diretora, assim como toda a assessoria da Presidência, a quem homenageio em nome da chefe de gabinete Marlene Fengler, não teríamos conseguido o êxito que logramos obter.

Conheço a história das demais conferências, deputado Moacir Sopelsa, e a

nossa Assembleia Legislativa foi a que mais participou tanto para pagar a sua cota referente à realização do evento, quanto na cessão dos servidores para que durante o longo período de organização pudessem trabalhar.

Então, muito obrigado ao presidente da Assembleia, deputado Gelson Merisio, porque a nossa Casa oportunizou, através da Mesa, a grandiosidade daquele evento.

Gostaria de agradecer a todos os colegas parlamentares. Em diversas oportunidades, eu dizia da importância da participação dos deputados, porque nas dez em que fui nunca vi tamanha participação de deputados do estado sede - e o deputado Nilson Gonçalves participou de várias conferências também. Geralmente, deputado Ciro Roza, os deputados do estado que está sediando não comparecem, não prestigiam. São meia dúzia de deputados somente que participam do evento. Mas nessa conferência tivemos também o maior número de deputados do estado sede de toda a história da Unale.

Quero, portanto, agradecer-lhes pelo prestigiamento. Aqueles que não puderam ir justificaram, mas nos diversos eventos sempre houve uma participação muito efetiva e positiva dos deputados de Santa Catarina.

Eu fiquei surpreso ao assistir à solenidade de abertura - e o deputado Jailson Lima se manifestou há pouco sobre o esforço que fez para chegar à abertura, assim como também o deputado Dado Cherem, a quem agradeço pela manifestação -, pois no evento estava presente a maioria esmagadora dos nossos deputados. Muito obrigado pelo prestigiamento que v.exas. deram não a este deputado, mas à nossa entidade, que tem que ser fortalecida porque está liderando a luta pelo fortalecimento do nosso Poder.

O Sr. Deputado Romildo Titon - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Pois não!

O Sr. Deputado Romildo Titon - Deputado Joares Ponticelli, quero aproveitar a oportunidade, rapidamente, para parabenizar v.exa. pela organização do evento. V.Exa. cumpriu a sua tarefa, em nome da Assembleia Legislativa do estado de Santa Catarina, e desempenhou um grande papel nessa organização para o sucesso desse evento. Realmente, v.exa. demonstrou, mais uma vez, que está preparado para exercer a presidência da Unale, quando chegar a vez de Santa Catarina.

Parabéns!

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Muito obrigado, deputado Romildo Titon. Eu agradeço a manifestação de v.exa., do deputado Nilson Gonçalves e daqueles que desde sexta-feira vêm fazendo essas manifestações. E repito: foram v.exas., com a sua presença e com o prestigiamento, que garantiram o sucesso dessa conferência. E graças a Deus o Brasil inteiro, pelas avaliações que estamos recebendo, está reconhecendo essa como a melhor das conferências, porque v.exas. apoiaram.

O Sr. Deputado Manoel Mota - V.Exa. me permite um aparte?

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Pois não!

O Sr. Deputado Manoel Mota - Eu quero cumprimentar v.exa., deputado Joares Ponticelli, e dizer que acredito que essa conferência foi a que teve a melhor organização, com a participação efetiva de parlamentares. Vejam que nove grupos de pessoas de outros países se fizeram presentes. Portanto, v.exa. está de parabéns pela organização!

V.Exa. estava tão preparado que, naquele momento em que iam deixar o governador de exercício de fora, foi lá e fez com que ele fosse chamado para que tudo fosse perfeito.

Então, quero cumprimentá-lo e, como disse o deputado Romildo Titon, dizer que v.exa. está preparado para assumir a Presidência da Unale e dar um banho neste Brasil!

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Muito obrigado, deputado Manoel Mota.

O Sr. Deputado Moacir Sopelsa - V.Exa. me permite um aparte?

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Pois não!

O Sr. Deputado Moacir Sopelsa - Deputado Joares Ponticelli, quero cumprimentá-lo pela conferência que a Unale realizou, que não ficou devendo nada para ninguém.

Quero, em seu nome, deputado Joares Ponticelli, cumprimentar e agradecer todos aqueles que contribuíram, de uma forma ou de outra, porque a conferência foi à altura do estado de Santa Catarina e da nossa Assembleia Legislativa.

O outro motivo pelo qual quero cumprimentar v.exa. é por v.exa. ter sido reeleito presidente do seu partido. Eu sei que a missão de presidir um partido é difícil, que existem muitas posições e opiniões dentro de um partido. Mas a sua competência, a sua forma de ser, a sua lealdade com o partido e a sua lealdade como pessoa deram a v.exa. a oportunidade do reconhecimento dos seus companheiros de poder conduzir o partido mais uma vez.

Quero cumprimentar v.exa. e desejar sucesso! Somos de partidos adversos, mas há muitas coisas que queremos e que podemos construir juntos.

Parabéns, mais uma vez, e muito obrigado!

O Sr. Deputado Marcos Vieira - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Muito obrigado, deputado Moacir Sopelsa, pela carinhosa e generosa manifestação.

Concedo um aparte ao deputado Marcos Vieira.

O Sr. Deputado Marcos Vieira - Deputado Joares Ponticelli, vou falar muito rapidamente porque o tempo já está se esgotando.

Quero fazer três cumprimentos. Primeiramente, pela conquista de ter trazido para Santa Catarina, especialmente para Florianópolis, a realização da 15ª Conferência da Unale, dos legisladores de todo o Brasil. Parabéns! Em segundo lugar, parabéns pela organização. Foi um evento extraordinário, muito prestigiado e, sobretudo, com palestrantes de primeira linha. E em terceiro lugar, não consegui ser eleito presidente do PSDB, mas v.exa. conseguiu a proeza de ser reeleito presidente do PP. Então, parabéns!

O Sr. Deputado Reno Caramori - V.Exa. nos concede um aparte?

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Muito obrigado, deputado Marcos Vieira.

Ouçõ o deputado Reno Caramori.

O Sr. Deputado Reno Caramori - Deputado Joares Ponticelli, queremos cumprimentá-lo até porque tivemos a oportunidade de participar da 15ª Conferência da Unale desde o início da sua abertura até o último dia por volta das 13h.

Uma coisa que nos chamou muito a atenção, quando participamos, juntamente com

os nossos parlamentares, deputado Sílvio Dreveck, foi o problema das rodovias em Santa Catarina e no Brasil. Impressionou-nos muito a preocupação dos deputados do Paraná, de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul com o processo de implantação de rodovias no Brasil. Espero, sim, que ainda em vida tenha condições de assistir ao trem passar, porque está muito complicado. Parabéns pela organização, parabéns também pela frequência de deputados.

A Sra. Deputada Angela Albino - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Eu vou me inscrever novamente, pois tenho muitos agradecimentos a fazer. Falarei logo após a Ordem do Dia, e quero, com muita alegria, ouvi-la não apenas em 20 segundos, mas por muito mais tempo do que isso.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

A Sra. Deputada Angela Albino - Peça a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nilson Gonçalves) - Com a palavra, pela ordem, a sra. deputada Angela Albino.

A SRA. DEPUTADA ANGELA ALBINO - Presidente, na qualidade de presidente estadual do PCdoB, quero cumprimentar o deputado Joares Ponticelli pela sua recondução à presidência do seu partido. Tenho certeza de que muitos diálogos ainda haveremos de fazer. Desejo que s.exa. possa conduzir o PP para um grande futuro em Santa Catarina. E tenho certeza de que sob a batuta de s.exa. isso acontecerá.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nilson Gonçalves) - Passaremos à Ordem do Dia.

Sobre a mesa requerimento de autoria da deputada Ana Paula Lima, solicitando, com amparo no Regimento Interno, a suspensão da sessão ordinária pelo tempo de dez minutos, após a Ordem do Dia, para a manifestação do Sinte sobre a implementação do piso salarial do Magistério e a greve em curso.

Este requerimento foi subscrito pelos srs. deputados: Dirceu Dresch, Sílvio Dreveck, Manoel Mota, Angela Albino e Sargento Amauri Soares.

Portanto, depois da Ordem do Dia, no horário de Explicação Pessoal, dez minutos serão cedidos para o Sinte.

Passamos a condução dos trabalhos ao nosso presidente, deputado Gelson Merisio.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Esta Presidência comunica que a comissão de Constituição e Justiça apresentou parecer contrário às seguintes matérias e que as mesmas terão seu encaminhamento conforme determina o Regimento Interno: Projetos de Lei n.s 0091/2011 e 0119/2011.

Discussão e votação em segundo turno do Projeto de Lei n. 0276/2010, de autoria do deputado Darci de Matos, que altera a Lei n. 3.354, de 1963, que reconhece de utilidade pública a Sociedade Educacional Tupy.

Conta com parecer favorável da comissão de Constituição e Justiça.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado por unanimidade.

Discussão e votação em primeiro turno da Proposta de Emenda à Constituição n. 0013/2010, de autoria do deputado Padre

Pedro Baldissera, que dá nova redação ao inciso I do art. 136 da Constituição Estadual.

Conta com parecer favorável da comissão de Constituição e Justiça.

Deputado Padre Pedro Baldissera, v.exa. deseja que a matéria seja deliberada hoje? A matéria precisa de 24 votos e não me parece prudente votar hoje.

(O autor pede a retirada.)

Está retirada de pauta a PEC n. 0013/2010.

Esta Presidência comunica que serão encaminhadas aos destinatários as Indicações n.s.: 0295/2011, de autoria do deputado Neodi Saretta; 0296/2011, de autoria do deputado Maurício Eskudlark; 0297/2011, de autoria do deputado Jean Kuhlmann; 0298/2011, de autoria do deputado Aldo Schneider; 0299/2011, 0300/2011, 0301/2011, 0302/2011, 0303/2011, 0304/2011, 0305/2011, 0306/2011 e 0307/2012, de autoria do deputado Dirceu Dresch; 0308/2011, de autoria do deputado Kennedy Nunes, conforme determina o art. 206 do Regimento Interno.

Esta Presidência comunica ainda que defere de plano os Requerimentos n.s.: 0606/2011, 0607/2011, 0614/2011 e 0615/2011, de autoria do deputado Padre Pedro Baldissera; 0608/2011, de autoria do deputado Dado Cherem; 0609/2011, 0610/2011 e 0611/2011, de autoria do deputado Carlos Chiodini; 0612/2011 e 0613/2011, de autoria da deputada Angela Albino; 0617/2011, de autoria do deputado José Milton Scheffer; 0618/2011, de autoria da deputada Dirce Heiderscheidt; 0619/2011, de autoria do deputado Kennedy Nunes; 0620/2011, de autoria do deputado Aldo Schneider; 0621/2011, de autoria do deputado Dirceu Dresch; e 0623/2011, de autoria do deputado Darci de Matos.

Esta Presidência submete à deliberação do plenário os seguintes requerimentos:

Requerimento n. 0616/2011, de autoria do deputado Reno Caramori, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao presidente da Anatel e às diretorias regionais das empresas Oi, Claro e Vivo, pedindo a instalação de antenas retransmissoras de sinal de telefonia móvel ou a ampliação da área de cobertura que circunscreve a região do distrito de Taquara Verde, no município de Caçador.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado por unanimidade.

Requerimento n. 0622/2011, de autoria do deputado Dirceu Dresch, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao ministro dos Transportes e ao ministro-chefe da Casa Civil, pedindo a publicação de edital de licitação para a construção de um trevo de acesso ao município de Peritiba, na BR-153.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado por unanimidade.

Moção n. 0047/2011, de autoria do deputado Dirceu Dresch, a ser enviada aos presidentes do Senado Federal e da Câmara dos Deputados e ao coordenador do Fórum

Parlamentar Catarinense, apelando que alterem a legislação federal sobre o seguro DPVAT.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada por unanimidade.

Pedido de Informação n. 0051/2011, de autoria do deputado Ismael dos Santos, a ser enviado ao secretário da Educação, solicitando esclarecimentos sobre o andamento do processo para celebração do convênio entre a secretaria de estado da Educação e o município de Jaraguá do Sul.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado por unanimidade.

Finda a Ordem do Dia, passaremos ao horário reservado à Explicação Pessoal. Antes, porém, temos um requerimento assinado pelos srs. líderes, solicitando que a sessão seja suspensa por dez minutos, para que as representantes do Sinte, Alvet Bedin e Ana Júlia Rodrigues, possam fazer uso da palavra, conforme determina o nosso Regimento Interno.

Está suspensa a sessão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) (Faz soar a campanha.) - Estão reabertos os trabalhos.

Em Explicação Pessoal, o primeiro orador inscrito é o sr. deputado Joares Ponticelli, a quem concedemos a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Sr. presidente, srs. deputados, antes de retomar o assunto que vinha tratando sobre a nossa conferência, quero também - e não sei se o nosso líder já conversou com o deputado Jean kuhlmann -, falar que a nossa bancada, reunida no almoço de hoje, pretende conversar com v.exa., ainda hoje, para discutirmos essa questão do piso do Magistério.

(Palmas)

Gostáramos de oferecer uma contribuição também nesse sentido, porque o momento é extremamente preocupante neste início de governo. Há uma defasagem histórica. A lei do piso, todos temos consciência, tem que ser cumprida. E é preciso que se faça a recomposição do Plano de Cargos e Salários. Ninguém tem dúvida disso! E não me refiro apenas às pessoas que trabalham na Educação, mas também às demais, porque sabemos que essa política de abono não é justa, até porque não é uma política salarial. E a nossa bancada, ao meio-dia de hoje, chegou à conclusão de que pretende sentar para conversar, ainda hoje, com o líder do governo e oferecer a nossa contribuição para tentarmos resolver esse impasse e retomar as aulas, porque sabemos que uma greve prolongada prejudica todo o processo de ensino e de aprendizado.

O Sr. Deputado Jean Kuhlmann - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Pois não!

O Sr. Deputado Jean Kuhlmann - Quero apenas dizer que com certeza a contribuição da bancada do PP será muito bem-vinda, até porque v.exa. tem conhecimento da

materia, é professor, entende do assunto e viveu esse problema na pele. Como deputado estadual tenho certeza disso, assim como os demais deputados. V.Exa. sempre defendeu a categoria dos professores, a sua classe profissional, neste Parlamento.

Tenho certeza de que o governo vai estabelecer o diálogo, temos que garantir o cumprimento da lei e tentar beneficiar ao máximo os servidores da Educação que merecem respeito e compreensão. E sabemos que é através do diálogo, através da construção de forma coletiva que vamos chegar a um bom termo, a uma solução que possa justamente beneficiar a todos. Mas para isso temos que construir um diálogo. E na condição de líder *ad hoc* do governo, quero, durante o tempo que estiver aqui exercendo a liderança, manter esse relacionamento de diálogo para que possamos construir, em conjunto, uma solução que não virá de um lugar apenas, mas, sim, da participação dos parlamentares, do governo do estado e também - e aqui quero fazer um apelo - do governo federal.

Este não é um problema apenas de um governo apenas, mas da sociedade. E quando falamos em sociedade, falamos em município, estado e União. Sendo assim, a União não pode lavar as mãos, todos têm que participar da solução do processo.

O Sr. Deputado Neodi Saretta - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Pois não!

O Sr. Deputado Neodi Saretta - Deputado Joares Ponticelli, tendo em vista a importância do assunto, gostaria de dizer que é muito relevante a intervenção da Assembleia Legislativa, dos deputados e das bancadas. V.Exa., como líder de uma das maiores bancadas desta Casa, está trabalhando junto ao líder do governo para que se ache uma solução o quanto antes possível.

É público e notório que a proposta apresentada, vamos dizer assim, não deu certo. E não é porque alguém não quer por uma razão ou por outra. Foi uma unanimidade no professorado e na sociedade catarinense. Nunca um movimento teve tanto apoio público e social como o dos professores, dada a questão importante da justiça.

Então, gostaríamos de nos colocar à disposição, falar da importância dessas ações e parabenizar v.exa.

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Obrigado, deputado Neodi Saretta.

Deputado Jean Kuhlmann, no final da tarde vamos sentar para conversar e tentar ajudar v.exa. que está com essa missão de liderar a bancada do governo neste momento. Preciso complementar, como já disse, os agradecimentos aos deputados Manoel Mota e Dado Cherem, mais uma vez aqueles que, efetivamente, fizeram o sucesso da conferência.

Dizia hoje, pela manhã, na reunião da comissão, e repito agora, que foram os nossos servidores, claro que houve a participação e o engajamento dos poucos funcionários da Unale, altamente profissionais dedicados que aqui estiveram durante todo o período preparatório, mas os servidores desta Casa, em torno de 70, envolveram-se desde o começo do ano na organização dessa conferência, de forma voluntária, sem nenhum pagamento adicional, sem hora extra, com muita dedicação e vestindo a camisa.

Há muita gente de valor nesta Casa. Temos um quadro funcional dos mais dedicados do Brasil. Conheço bem este Poder, não que as outras Assembleias Legislativas

não tenham bons funcionários, mas um time qualificado, determinado e pegador como o nosso é difícil encontrar. Foram, deputado Ismael dos Santos, mais de 70 funcionários que ficaram desde janeiro trabalhando nesse evento. Houve servidor que no mês de janeiro, quando não podia receber diária de viagem, viajou às suas próprias custas para participar de reunião de organização da Unale.

Portanto, quero, em nome da nossa querida Rosana Brasca Cajuella, da Lúcia Helena Vieira, da Carla Maria Evangelista Vieira Pedroso e da Sônia Arruda fazer um agradecimento aos servidores da nossa Casa. Muito obrigado pelo engajamento de todos, que foi muito importante nesse processo.

Como disse, foram em torno de 70 que se envolveram desde o início do ano. E nos dias da convenção, deputado Manoel Mota, um número ainda maior de servidores, de todos os setores, de diversos gabinetes, de várias diretorias participaram. Como o tempo é curto, não vou detalhar aqui todos os órgãos da Casa que se envolveram, mas houve um engajamento e um comprometimento muito forte, de forma que tivemos esse resultado positivo, graças à participação.

A equipe da imprensa, a diretoria de Comunicação, além de fazer o acompanhamento e o registro jornalístico, fotográfico, televisivo, também oportunizou, deputado Manoel Mota, através da nossa TVAL, que os eventos fossem transmitidos ao vivo pela programação da TVAL, pela nossa rádio, colocando material à disposição das demais TVs e rádios das Assembleias do Brasil inteiro, para repercutir.

Agradeço também aos palestrantes. V.Exas. já citaram o excelente nível. Na última conferência, por exemplo, nenhum dos importantes participou, deputada Angela Albino, não foram, até porque eram os três principais candidatos a presidente da República. Infelizmente não foi nenhum. E mais outros dois palestrantes não foram a Belo Horizonte, de forma que prejudicou consideravelmente a conferência. Agora não, todos que se comprometeram vieram, com exceção do governador Sérgio Cabral. Mas quem perdeu foi ele, porque estavam aqui mais de mil pessoas do Brasil inteiro. Ele tem um projeto nacional e perdeu uma grande oportunidade.

Vimos quanto a conferência do governador Antonio Anastasia foi produtiva para o evento e para ele também, não tenho nenhuma dúvida.

Agradeço a todos os deputados que estiveram na audiência pública da reforma, deputada federal Luci Choinacki, deputado federal Esperidião Amin, deputado federal Pedro Uczai, governador em exercício, Eduardo Pinho Moreira, que recebeu o governador mineiro, o primeiro a chegar e preciso aqui destacar. Chegou antes da própria comissão organizadora e ficou até o final da manhã conosco, prestigiando-nos.

Enfim, os conferencistas se colocaram à disposição, cederam mais tempo do que o previsto para o debate, para os 13 eventos paralelos, todos com casa cheia.

O deputado Reno Caramori falava sobre o evento que debateu as ferrovias no Parlasul, que o deputado Silvio Dreveck preside, mas todos os eventos tiveram uma intensa e maciça participação. E o mais importante foi a seriedade com que os participantes empreenderam aqueles três dias.

Não tivemos, deputado Dirceu Dresch, uma denúncia sequer de gente que tivesse aproveitado o evento para fazer turismo. Por isso, fizemos uma programação muito cuidadosa, sem agenda social.

A reclamação que tivemos, deputada Angela Albino, foi de algumas pessoas que reclamaram que não tinha uma agenda com nenhum roteiro, e não tinha mesmo!

Quer fazer *tour*, fazer passeio, faça às suas custas, antes ou depois, não no período do evento. Procuramos ter esse cuidado, porque é o nome da nossa instituição, o Parlamento, que está em jogo. Por isso, estou muito feliz e agradeço a todos pelo bom exemplo que o nosso estado deu.

Estamos, deputada Ana Paula Lima, em sete representantes aqui do nosso estado, inclusive v.exa. na diretoria, e vamos trabalhar muito para que possamos resgatar o poder do nosso Poder, o nosso papel de legislador, que foi, desde a Constituição de 1988, deputado Dirceu Dresch, usurpado pelo Congresso Nacional.

Sabemos que no Congresso as coisas estão muito longe e demoram a acontecer. Se pudermos, de forma concorrente legislar, deputado Sargento Amauri Soares, deputado Romildo Titon, eu não tenho dúvida de que vamos conseguir resultados mais efetivos.

Portanto, mais uma vez, muito obrigado a todos que fizeram a melhor das conferências da nossa Unale.

Muito obrigado!
(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reno Caramori) - Deputado Joares Ponticelli, pode ter certeza de que os parlamentares que lá estiveram são testemunhas do êxito, do brilhantismo, da responsabilidade que cada um demonstrou nesse evento importante não somente para Santa Catarina como para todo o Brasil.

Os deputados que vieram de outros países tiveram um comportamento exemplar, participando efetivamente, ninguém passeou. Permanentemente estiveram participando dos painéis, das sessões, das palestras, juntamente com os deputados de todos os estados brasileiros.

Parabéns, deputado Joares Ponticelli, pelo brilhantismo de todos os que nos visitaram e pela responsabilidade com que encararam esse evento tão importante que foi a 15ª Conferência da Unale.

Agora, sim, com a palavra o deputado Dirceu Dresch, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Muito obrigado, sr. presidente.

Quero somar a minha fala às várias de hoje à tarde, com certeza, pela importância do tema, pela importância da educação em Santa Catarina. Eu como pai também tive duas filhas que estudaram no ensino público catarinense, na escola pública catarinense.

Quero também deixar o registro da importância de o governador Raimundo Colombo, agora o Eduardo Pinho Moreira, governador em exercício, voltar a discutir e não deixar como assunto encerrado a questão da educação catarinense, neste estado que tem uma história, que tem um desenvolvimento, uma perspectiva, que depende, com certeza, no seu futuro, da educação pública.

Por isso quero conchamar todas as lideranças, principalmente o líder do governo, deputado Jean Kuhlmann, para que o governo do estado volte a conversar com os nossos trabalhadores da Educação. E também quero fazer um apelo para que seja retirada a Medida Provisória n. 188 que trata da questão do piso, mas cria um achatamento salarial enorme, injusto, em Santa Catarina. Não temos dúvida que é um desincentivo aos trabalhadores da Educação que se prepararam, ou estão se

preparando, qualificando, para exercer essa função tão nobre e importante que é a educação de Santa Catarina.

Vários deputados falaram, juntamente com a nossa bancada, já fizeram esse apelo para que o governo retire essa medida provisória, porque ela é injusta, é uma distorção e acaba com a carreira, a profissionalização e a qualificação do ensino público catarinense. Por isso, esse nosso apelo veemente nessa perspectiva. E vimos a fala da Alveté Pasin Bedin, do Sinte, nessa mesma perspectiva.

Então, se o governador Raimundo Colombo se diz do diálogo, da conversa, isso ainda não houve, porque a reunião de ontem foi de comunicado, não foi de negociação, portanto, não havia proposta em diálogo, em discussão, houve simplesmente um comunicado.

Num momento como este, em que temos o apoio maciço da categoria, com os pais e a sociedade, é claro que a greve não é boa para ninguém, os professores querem estar em sala de aula, querem trabalhar, exercer a sua função, mas não tiveram alternativa a não ser, neste momento, parar as atividades e tentar um diálogo, uma conversa.

Então, é nessa perspectiva que também nos somamos aos apelos de voltar ao diálogo, ainda nesta semana, pois entendemos que a medida provisória que tramita nesta Casa não pode ser votada da forma com está. Ela atravessa o plano de carreira, acaba com a política salarial em Santa Catarina e com a profissionalização e qualificação da Educação.

O segundo ponto que quero ressaltar hoje é que participei de várias assembleias de professores pelo estado afora, principalmente no grande oeste catarinense, como também de mobilizações da agricultura familiar. Inclusive, em outros pontos do estado os agricultores familiares estão num processo de diálogo e de construção do Plano Safra em nível nacional. Então, está começando o processo de diálogo, de negociação com o governo federal. Inclusive, amanhã irei a Brasília para acompanhar as audiências com os ministros e discutir com muita força, com muita articulação, as políticas públicas nacionais da nossa agricultura familiar, ampliar as conquistas, ampliar as políticas de incentivo a esse setor tão importante que produz mais de 70% dos alimentos que vão para a mesa dos consumidores brasileiros. Inclusive, está-se tentando uma audiência, para esta semana ainda, com a presidente da República Dilma Rousseff, para discutir os pontos de pauta da agricultura familiar do nosso país, das organizações e dos agricultores familiares.

Portanto, é um momento bastante rico; é um momento de muito debate; é um momento de muitas propostas. Assim, temos uma articulação, e quero parabenizar também o governo federal, pois existe um processo de diálogo e negociação com os ministérios, nos mais diversos pontos, na perspectiva de atender à pauta, seja de crédito, seja do debate ambiental, seja com a Companhia Nacional de Abastecimento, Conab, sejam as políticas de armazenagem, enfim, esse conjunto de necessidades que a agricultura familiar já conquistou durante esses últimos 20 anos. Mas ainda tem muito pela frente, para construir qualidade de vida, qualidade de produção na agricultura sustentável, solidária, no meio rural catarinense.

Esperamos também que na volta do governador Raimundo Colombo ele atenda em uma audiência e também faça o mesmo que o governo federal está fazendo neste momento:

dialogar, discutir com os seus secretários a pauta de reivindicações.

Então, a expectativa é grande dos agricultores para que possam sentar dialogar e incluir em Santa Catarina também um conjunto de políticas no Plano Safra em nível nacional e em nível do estado de Santa Catarina.

Para finalizar, ouvimos hoje o pronunciamento do nosso deputado Jailson Lima, no horário do Partido dos Trabalhadores, questionando os fatos que nos últimos dias estão repercutindo tanto nesta Casa quanto na imprensa catarinense e brasileira, primeiro, com a questão do projeto de lei que deu o privilégio aos deputados funcionários públicos, depois de exercer o seu mandato, levar a aposentadoria de deputado e, segundo, essa lista de altos salários pagos por esta Casa.

Nós precisamos, com certeza, passar a isso limpo, passar o momento desta história para outro momento: a perspectiva do real, porque o que está acontecendo aqui é irreal pelo povo, pelo o que a sociedade catarinense, pelo o que o povo recebe de aposentadoria, dos seus benefícios previdenciários, no caso, do trabalhador que trabalha, que luta dentro de uma indústria a vida inteira e depois quando vai se aposentar recebe um pouco mais que um salário de aposentadoria. No caso do agricultor familiar, que é a nossa categoria, aposenta-se com um salário mínimo para o resto da vida.

Então, é irreal uma aposentadoria de mais de R\$ 30 mil, e esta Casa tem o dever e o compromisso de lutar para o fim dessas aposentadorias, desses privilégios. Também a nossa bancada decidiu que vai ao Tribunal de Contas, que vai ao Ministério Público, discutir essa questão e pedir providências nos encaminhamentos para que possamos reverter essa situação, que esse recurso possa ser aplicado de outra forma, aplicado na qualidade de vida e melhoria de vida do nosso povo catarinense.

Então, srs. deputados, sras. deputadas, a todos que nos acompanham, esse tem que ser o nosso objetivo, tem que ser o nosso trabalho, não se pode dizer que sempre foi assim e por isso vai ficar assim. Não é verdade! Se esta Casa quiser continuar com a honra que ela tem, com o respeito que ela tem com a sociedade catarinense, tem que ir até o fim e construir regras claras, regras entendíveis para todos, para isso não ocorrer mais neste estado e principalmente nesta Casa.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reno Caramori) - Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Ismael dos Santos, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS - Sr. presidente, srs. deputados, sra. deputada, eu gostaria também de anexar a nossa introdução, a nossa preocupação, com o movimento legítimo dos professores. Recebemos, hoje, na nossa comissão de Educação, representantes do Sinte.

Quero aproveitar para falar, já que alguns representantes do Sinte estão na Casa, que na contraproposta que farão ao governo do estado possamos trabalhar com números.

O governo do estado coloca que haverá um impacto de R\$ 15 milhões/mês, R\$ 180 milhões/ano. Mas que o Sinte também possa trabalhar com essa perspectiva matemática, para que nós, parlamentares, possamos não somente na perspectiva do nosso voto, mas também numa perspectiva aritmética e da saúde financeira do estado, discutir aquilo que é de fato legítimo, de direito dos professores.

Tenho certeza de que todos nós, deputados, estamos recebendo centenas e centenas de e-mail todos os dias, pois a preocupação é de todo o estado de Santa Catarina. E queremos uma solução mais breve, rápida e justa para a categoria dos nossos professores. Agora, é necessário trabalharmos com números.

Sr. presidente, srs. deputados, nesta manhã, fiz algo que nunca tinha feito na vida, e os meus amigos do Direito sabem muito bem o que isso significa. Fiz um ajuizamento junto à Vara Civil da Comarca de Florianópolis, porque, deputado presidente, a imprensa tem noticiado, deputado Maurício Eskudlark, que no próximo sábado, pretende-se fazer, às 17h, na avenida Beira-Mar, a tal Marcha da Maconha.

Eu gostaria que a assessoria exibisse o vídeo.

(Procede-se à exibição do vídeo.)

Sr. presidente e srs. deputados, exatamente por isso entrei com essa medida cautelar contra a Marcha da Maconha no próximo sábado.

Eu fiquei estarecido, porque o convite para a Marcha da Maconha espalhou-se. Será na avenida Beira-Mar, às 16h, no próximo sábado. E ela será antecedida, sr. presidente, por um seminário, por incrível pareça, na Universidade Federal de Santa Catarina, no dia 27 de maio, no auditório do centro Sócio-Econômico, em parceria com a própria universidade, para discutir a questão da maconha.

Eu falo com muita legitimidade, pois há 15 anos trabalhamos numa casa, o Centro Terapêutico Vida, onde já foram tratados mais de mil jovens. Então, eu digo e repito que a maconha é a porta de entrada para as drogas pesadas, a maconha é o jardim de infância do crack.

Por isso, coube-nos a postura radical de entrar com essa medida cautelar, que esperamos que seja acatada, no sentido de impedir a Marcha da Maconha no próximo sábado, na avenida Beira-Mar, nesta capital.

O Sr. Deputado Maurício Eskudlark - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS - Pois não!

O Sr. Deputado Maurício Eskudlark - Respeito a democracia, mas não pode existir apologia ao crime.

Quero parabenizá-lo porque a marcha é um verdadeiro absurdo. Quem estiver nessa marcha estará participando da criminalidade. Estará contribuindo para o elevado número de homicídios que acontecem no estado. E, como bem disse v.exa., a maconha é a porta da entrada para o mundo das drogas.

Parabéns pela sua iniciativa. A sociedade precisa se unir no combate às drogas e à criminalidade.

O SR. DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS - Muito obrigado, deputado Maurício Eskudlark.

Dizer não à maconha é dizer sim à vida.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reno Caramori) - Muito obrigado, deputado Ismael dos Santos.

V.Exa. tem toda a razão, realmente é caso de Polícia.

Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Neodi Saretta, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO NEODI SARETTA - Sr. presidente, sras. deputadas e srs. deputados, vou abordar, mais uma vez hoje, o tema

saúde, mas antes, como já o fiz em aparte, bem como diversos deputados, quero manifestar o desejo de que o governo do estado possa encontrar uma saída para resolver a questão dos professores.

Essa medida provisória proposta não resolve, porque achata salários, produz mais desigualdades e mais conflitos na categoria. Portanto, a nossa expectativa é de que a questão seja resolvida. Esse foi um tema muito debatido hoje e voltaremos a debatê-lo em outras ocasiões.

(Passa a ler.)

"Sr. presidente, sras. deputadas e srs. deputados, a saúde é primordial na vida de uma pessoa. E as campanhas de prevenção conseguem levar a informação para a grande maioria da população. Portanto, investir na medicina preventiva é o melhor que podemos fazer.

Na semana passada, houve o Dia Estadual de Combate às Hepatites. Em Santa Catarina, infelizmente, ainda não é fácil realizar um exame a qualquer momento para ver se há ou não o vírus, e o medicamento, que é caro, não é fornecido gratuitamente para todos os portadores das hepatites virais.

Como alerta à gravidade do vírus, trago para o debate dados alarmantes das hepatites virais em nosso Estado. A região oeste do estado é considerada a segunda zona epidêmica da hepatite B no ranking nacional. Os números da região são comparados aos da região amazônica.

Na região litorânea, a maior incidência é da hepatite C, o que gera preocupação para os próximos anos. Dados do ministério da Saúde revelam que o total de casos confirmados de hepatite B no Brasil, entre 1999 e 2009, foi 96.044. Mais de 50% dos casos concentram-se entre indivíduos de 20 a 39 anos e cerca de 90% são agudos. Esses números parecem não representar muito, tendo em vista que somos 192 milhões de habitantes, no entanto, devemos levar em consideração que são pessoas já doentes e que necessitam de tratamento. Se o exame pudesse ser feito antes de a pessoa apresentar os sintomas, os números, com certeza, aumentariam e muito.

Segundo dados da Organização Mundial da Saúde, de cada 12 pessoas no mundo uma tem hepatite. Cerca de 90% dos infectados não sabem que estão com a doença e só descobrem quando o problema está muito avançado. Vale ressaltar ainda que, segundo dados do ministério da Saúde, a hepatite é a principal causa de transplantes de fígado no Brasil. Esses dados, caros deputados, são preocupantes, e necessitamos urgentemente de uma atitude imediata para barrar a transmissão e a disseminação das hepatites virais.

No Brasil temos disponível, através do SUS, a vacinação gratuita que previne a hepatite tipo B, que pode ser feita em qualquer posto de saúde que tenha sala de vacina. O governo federal também está fazendo campanhas para que todos os jovens com até 24 anos sejam imunizados. E o reforço deve ser feito a cada dez anos. No entanto, vacinar não é a única solução. É preciso realizar exames de forma rápida e gratuita, já que atualmente são oferecidos os exames gratuitos, porém só realizados quando há indicação médica. Por ser caro, não é em todo posto de saúde que o cidadão pode chegar e dizer que quer fazer um teste das hepatites B e C.

Os Centros de Triagem e Aconselhamento oferecem esse serviço, mas

só há CTAs em algumas cidades, como Blumenau, Jaraguá do Sul, Brusque, Imbituba, Itajaí, Lages, Chapecó e Florianópolis.

E a hepatite C, a mais grave? Qual é a 'cara' da hepatite C? Estudos do ministério da Saúde, além de trabalhos bem feitos no Brasil e no exterior, mostram que se trata de pessoas acima de 40, 50 anos de idade, principalmente. São pessoas que ao longo da vida foram mais expostas ao vírus, quer por transfusão de sangue, quer por exposição inaparente a sangue contaminado em atos tão corriqueiros e banais como tomar uma injeção com seringa não descartável.

Por uma crueldade do destino, a hepatite C a cada ano de infecção torna-se mais grave. Portanto, em um cenário desses e considerando o envelhecimento de nossa população, lamentavelmente, se a gestão não mudar, as projeções mais sombrias de mortalidade por doença hepática decorrente da hepatite C serão concretizadas. O que fazer, então? Uma sugestão simples seria ofertar o teste rápido para hepatite C.

Sendo assim, srs. deputados, protocolei uma indicação ao governo do Estado, solicitando a disponibilidade de testes rápidos para detecção da hepatite C em todos os municípios de Santa Catarina. E mais, estou apresentando um projeto de lei que assegura aos residentes no estado de Santa Catarina o seguinte:

- vacinação gratuita contra as hepatites A e B;
- gratuidade no tratamento, bem como em todos os medicamentos, já que nem sempre o indicado pelo médico é fornecido pelo Estado;"

Propus um projeto semelhante quando fui prefeito no município de Concórdia, deputado Ismael dos Santos. Tornou-se lei no município, e estamos propondo agora também para o estado.

Propomos ainda:

(Continua lendo.)

"- gratuidade em todos os exames, tendo em vista que alguns não são oferecidos pelo Lacen.

Também, proponho garantir ao portador da hepatite viral, quando necessário, a realização gratuita de biopsias. E para completar, a criação de um Centro de Referência para assistência aos portadores de hepatites virais no Estado.

E como prevenir ainda é o melhor remédio, protocolei também outro projeto de lei que institui a Semana Estadual de Combate às Hepatites, que será celebrada sempre na terceira semana de maio."

Existe inclusive o Dia Estadual de Combate às Hepatites, mas estamos propondo a semana estadual de combate às hepatites, para que nesse período seja feito um debate, um esclarecimento, principalmente de ações de prevenção.

(Continua lendo.)

"A população precisa ficar atenta às formas de contágio e, inclusive, às formas de detecção e aos tratamentos. Se investirmos na prevenção, economizaremos, inclusive, nos gastos com medicamentos, internações e transplantes, mas acima de tudo estaremos salvando vidas." [sic]

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reno Caramori) - Obrigado, deputado Neodi Saretta.

Com a palavra a deputada Angela Albino, por até dez minutos.

A SRA. DEPUTADA ANGELA ALBINO - Obrigado, sr. presidente.

Não poderia deixar de debater um pouco mais sobre o piso salarial dos trabalhadores da Educação. Hoje à tarde ainda, estive na assembleia do Sinte, regional de Florianópolis e de São José, realizada no centro multiuso. A assembleia foi muito expressiva, extensa, representativa e mostrou a disposição dos professores e professoras de lutar não só pelo que é legal, mas de lutar pelo que já foi dito pelo Supremo e que deve ser aplicado.

No meu ofício de deputada não me esqueço das lides jurídicas. E com a ajuda de alguns servidores da Casa, que, aliás, eu agradeço, chegamos a uma conclusão muito simples: a medida provisória que o governo enviou é inconstitucional. O governo do estado, pela Constituição de Santa Catarina, não pode regular por medida provisória matéria que afeta a lei delegada, no caso lei complementar.

Cito objetivamente o § 2º do art. 51 da Constituição catarinense:

(Passa a ler.)

"§ 2º - É vedada a edição de medida provisória sobre matéria que não possa ser objeto de lei delegada." [sic]

Depois, o § 1º do art. 56 da nossa Constituição diz:

(Passa a ler.)

"§ 1º - Não serão objeto de delegação os atos de competência exclusiva da Assembleia Legislativa, a matéria reservada à lei complementar, nem a legislação sobre planos plurianuais, diretrizes orçamentárias e orçamentos." [sic]

Então, expressamente o governo, quando envia medida provisória, revoga a Lei Complementar n. 1.139, de 1992, que é exatamente atinente à carreira dos professores.

Portanto, é óbvio que esse assunto não é um assunto jurídico, de legalidade, de constitucionalidade, mas sequer esse parâmetro é superado pela medida provisória apresentada pelo governo de Santa Catarina. O governo não pode regulamentar por medida provisória matéria afeta à lei delegada, no caso a lei complementar, nos termos da nossa Constituição.

Não há discurso a ser feito aqui sobre o mérito disso. Claro que esse discurso nós vamos fazer, esse discurso está na ordem do dia. E vejo com grande alegria vários articulistas juntos nessa discussão, compreendendo que muitas vezes pessoas que são grandes formadoras de opinião têm dificuldade de entender a legitimidade desse grande instrumento de luta que é a greve.

É importante lembrar que todas as conquistas humanas foram alcançadas com muita luta. E no campo do direito dos trabalhadores, a maioria delas, a que nos permite o direito à aposentadoria, o direito à licença para tratamento de saúde, o direito à licença maternidade ou à própria jornada de trabalho, no mundo inteiro, foram conseguidas muitas vezes com greve.

Portanto, a greve em si precisa ser olhada sob o aspecto da conquista que se pretende. Esses trabalhadores da Educação buscam o cumprimento e a decisão do Supremo que disse que a lei que instituiu o piso nacional do Magistério é constitucional.

Nós estamos aqui defendendo esse prisma da legalidade, porque não há nem discussão a ser feita no campo do mérito. Eu não conheço uma única pessoa que de sã consciência virá aqui defender esse projeto. Duvido! Vai haver tangenciamento de tudo quanto é parte. Nós já vimos o espelho disso hoje, mas precisamos saber se os números encaixam.

Eu tenho uma sugestão para fazer. Que mandem uma planilha para nós e

ajetaremos esses números. Há 36 secretarias regionais. Vamos ver quanto custa para o estado essas 36 secretarias regionais. Vamos ver se é mais ou menos do que legitimamente os professores e professoras estão reivindicando. Vamos saber quanto custou para os cofres públicos a viagem que o governador está fazendo agora, para podermos fazer uma avaliação política disso.

Para dizermos dos números é preciso que o governo nos diga quanto custaram muitas das coisas que tem proposto. Por exemplo, qual foi o impacto da última reforma administrativa que o governo propôs? Precisamos saber qual é a decisão política, porque não vamos cair na velha esparrela: "Olha, não cabe no orçamento, que pena! Eu gosto tanto dos professores, mas não cabe no orçamento".

Srs. deputados, o orçamento é uma decisão política, é a manifestação do agente público sobre a sua intenção política, a sua decisão sobre a condução do estado.

No campo da legalidade, porque cabe ao Supremo a guarda maior da Constituição, a nossa assessoria rapidamente alcançou uma decisão do Supremo, o voto do ministro Paulo Brossard, na Adin 295-3, que se refere expressamente à medida provisória não poder regular o que é reservado à lei complementar.

Diz o ministro Paulo Brossard:

(Passa a ler.)

"[...] pois se não é lícito haver delegação legislativa em matéria reservada à lei complementar, em dobradas razões não pode ser editada por medida provisória (Constituição Federal, arts. 68, § 1º, *in fine*, e 69[...])"

Senhores, a Constituição de Santa Catarina é ainda mais explícita do que a Constituição federal, quando se trata da inviabilidade jurídica e, portanto, da inconstitucionalidade de se propor medida provisória para tratar de lei delegada.

Portanto, senhores, o tema comove a todos, obviamente que em níveis diferentes. Tenho para mim que o governador está faltando com a sociedade catarinense, ausentando-se do estado neste período. Tenho certeza de que se tivesse ocorrido outro assunto de outra monta talvez o governo tivesse voltado agora. Acho que o governador ficou devendo isso para Santa Catarina. Ele deveria ter voltado, pois são milhares de catarinenses que estão sem aula.

Eu, como mãe, fico pensando naquela mãe que sabe que naquele período o seu filho estaria na escola, mas que agora não está e não sabe quando é que ele vai estar lá. Em nome desses pais e dessas mães, em nome dessas crianças que estão fora da sala de aula, em nome da legalidade e da constitucionalidade, o governador precisa voltar imediatamente para Santa Catarina.

Não nos adianta dizer: "Estou na Catalunha vendo sobre tecnologia". Senhores, façamos isso em outro momento! Há uma tragédia em andamento no estado de Santa Catarina, que é nós permitimos que essa greve vá adiante!

Tenho a impressão de que quando o governo propõe o que propôs, hoje... E propôs, não, comunicou! Foi isto que aconteceu: não houve negociação, mas, sim, um comunicado. E quem se dispõe a negociar precisa ter lastro político para fazê-lo, e não há ainda uma demonstração de que o secretário da Educação possui esse lastro político, essa autoridade de secretário de poder dizer como vai ou não vai ser feito.

Se estamos neste momento, agora, precisamos da intervenção urgente do gover-

nador. Se não for o governador, que seja quem fale em nome dele. Nós precisamos de alguém que fale em nome do governador, que tenha lastro de negociação, senhores! Há milhares de estudantes catarinenses fora da escola, e os professores estão absolutamente legitimados para essa paralisação que estão fazendo, porque estão pedindo a lei e o que o Supremo Tribunal Federal disse que é a lei. E nós dissemos, com muita tranquilidade, no campo jurídico, que a medida provisória que o governo enviou para cá para tratar da matéria é absoluta e completamente inconstitucional. Mais do que isso, senhores, para nós, representantes do Parlamento, não é difícil saber o que vai acontecer. Amanhã os professores vão estar legitimamente, repito, lotando as galerias desta Casa, lotando os corredores desta Casa, lotando todos os gabinetes. E o ônus político de uma decisão da qual esta Casa não

participou vai ser colocado no meio deste plenário. Somos nós que vamos responder pelo que deve ser feito.

Portanto, o apelo que eu faço é para que o governador retorne imediatamente para Santa Catarina para resolver esse grande problema. Se assim não o fizer, que diga quem falará em nome dele para valer, para negociar e para nós pormos fim à greve e darmos aos trabalhadores da Educação o que o Supremo diz que lhes é de direito.

Muito obrigada!
(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reno Caramori) - Muito obrigado, deputada!

Não havendo mais oradores inscritos em Explicação Pessoal, livre a palavra a todos os srs. deputados.

(Pausa)

Não havendo mais quem queira fazer

uso da palavra, esta Presidência, de acordo com o art. 110 do Regimento Interno, comunica que são as seguintes matérias destinadas para a Ordem do Dia da 44ª Sessão Ordinária de 25/5/2011:

Discussão e votação em turno único de Projeto de Lei n. 0162/2011, de origem governamental;

Discussão e votação em primeiro turno da Proposta de Emenda à Constituição n. 0013/2010, de autoria do deputado Padre Pedro Baldissera e outros;

Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei n. 0139/2011, de autoria do deputado Edison Andriano.

Encerramos a presente sessão, convocando outra, ordinária, para amanhã, à hora regimental.

Está encerrada a sessão.

ATA DA 044ª SESSÃO ORDINÁRIA

DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 17ª LEGISLATURA

REALIZADA EM 25 DE MAIO DE 2011

PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO GELSON MERISIO

Às 14h, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Aldo Schneider - Altair Guidi - Ana Paula Lima - Angela Albino - Ciro Roza - Darci de Matos - Dóia Guglielmi - Edison Andriano - Gelson Merisio - Ismael dos Santos - Jailson Lima - Jean Kuhlmann - Jorge Teixeira - José Milton Scheffer - José Nei Ascarí - Kennedy Nunes - Luciane Carminatti - Manoel Mota - Marcos Vieira - Maurício Eskudlark - Mauro de Nadal - Moacir Sopelsa - Neodi Saretta - Nilson Gonçalves - Padre Pedro Baldissera - Reno Caramori - Romildo Titon - Sargento Amauri Soares - Silvio Dreveck - Valmir Comin - Volnei Morastoni.

SUMÁRIO

Breves Comunicações

DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Afirma que a MPV 188/2011 extinguirá o plano de carreira do Magistério estadual.

DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI - Opina que o governo estadual tem recursos orçamentários para reajustar a tabela de salários do Magistério.

DEPUTADO JEAN KUHLMANN (pela ordem) - Coloca-se à disposição para dialogar com o governo estadual.

DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA - Considera o procedimento do governo estadual com relação ao magistério equivocado, pois afronta a Constituição.

DEPUTADO NEODI SARETTA (aparte) - Enfatiza a importância de ações legislativas para redefinir financiamento da Educação.

DEPUTADA ANA PAULA LIMA (pela ordem) - Sugere a formação de comissão para intermediar o término da greve dos professores com o governador.

DEPUTADO DARCI DE MATOS (pela ordem) - Concorda com a proposta da deputada Ana Paula Lima.

DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES (pela ordem) - Aconselha a rejeição da MP 188/2011 pela CCJ.

DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI (pela ordem) - Recomenda a inclusão da comissão de Educação na negociação com o governo.

DEPUTADO JAILSON LIMA - Qualifica a MP como uma medida de desgoverno para a

Educação e defende a abertura de diálogo com o governo.

DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI (pela ordem) - Pede desculpas à Presidência.

DEPUTADO JEAN KUHLMANN (pela ordem) - Comunica que o governador está aberto ao diálogo.

DEPUTADO DARCI DE MATOS (pela ordem) - Recomenda a presença dos secretários da Fazenda e da Educação na audiência com o governador.

Partidos Políticos

DEPUTADA ANGELA ALBINO - Defende o retorno imediato do governador e a retirada da MPV 188/2011.

DEPUTADO ALDO SCHNEIDER - Anuncia a solução para o funcionamento das autoescolas.

DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES (aparte) - Parabeniza o deputado Aldo Schneider pela atuação na resolução do funcionamento das autoescolas.

DEPUTADO JEAN KUHLMANN (aparte) - Advoga que o diálogo, a convergência e a busca de soluções fazem parte da atividade parlamentar.

DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK (aparte) - Exalta o trabalho da Alesc no equacionamento do funcionamento dos CFCs.

DEPUTADO MAURO DE NADAL - Reporta-se aos conflitos envolvendo agricultores e povos indígenas.

DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Discorre sobre a campanha Adoção - Laços de Amor.

DEPUTADO MANOEL MOTA (aparte) - Parabeniza a deputada Ana Paula Lima pela campanha Adoção - Laços de Amor.

DEPUTADO MANOEL MOTA (pela ordem) - Registra a presença de Cacá Amorim, da Rede Amorim, de Sombrio.

DEPUTADO JEAN KUHLMANN - Aborda a necessidade de uma reforma tributária no país; apela pela conclusão da nova delegacia regional de Blumenau; alerta para a falta de mão de obra no vale do Itajaí.

DEPUTADO MARCOS VIEIRA - Defende-se de ataques do deputado Dirceu Dresch.

DEPUTADO SILVIO DREVECK - Destaca que o governo deve dialogar e propor um escalonamento do pagamento ao Magistério.

DEPUTADO RENO CARAMORI (aparte) - Opina que os professores precisam de uma resposta do governo para que não fiquem desmotivados.

DEPUTADO KENNEDY NUNES (pela ordem) - Registra a presença de Marinei da Silva, participante do programa um dia de deputado.

Ordem do Dia

DEPUTADO JEAN KUHLMANN (pela ordem) - Esclarece dúvida da bancada do PP sobre o PL n. 0162/2011.

Explicação Pessoal

DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Considera a MPV 188/2011 um mau negócio para todo servidor público; tece comentários sobre a audiência pública que tratou do funcionamento das autoescolas.

DEPUTADO KENNEDY NUNES - Condena o MEC por produzir material didático apelidado de *kit gay* para ser distribuído às escolas públicas do país.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

Solicito ao sr. secretário que proceda à leitura da ata da sessão anterior.

(É lida e aprovada a ata.)

Solicito à assessoria que distribua o expediente aos srs. deputados.

Srs. deputados e sras. deputadas, antes de iniciarmos as Breves Comunicações, parece-me importante explicar a todos os srs. professores e professoras que aqui estão o rito que toda medida promissória possui nesta Casa e que será o mesmo que pelo qual tramitará a MP que foi lida no plenário na manhã de ontem. Ela foi encaminhada à comissão de Constituição e Justiça, que possui o prazo que julgar necessário para dar o seu parecer sobre a constitucionalidade da matéria. Após isso, virá ao plenário para que se decida acerca da sua admissibilidade. Depois ela retorna à comissão de Constituição e Justiça, tendo um novo prazo para a análise do mérito e somente após isso, num prazo de 45 a 60 dias, estará apta para ser votada.

Portanto, não há qualquer encaminhamento para que se antecipe esse processo.

Digo isso para que não haja qualquer dúvida de que nessa semana ou na semana que vem será votada a medida provisória. Ela não será votada antes de cumprir todo o rito regimental e também, é claro, pelo tempo que for necessário para que haja um entendimento entre a categoria e o governo.

Por outro lado, essa MP somente não tramitará se for retirada pelo governo, o que até agora não aconteceu. Ela tem força de lei e está produzindo seus efeitos no que diz respeito à vigência, mas para a sua aprovação terá o rito que acabei de citar.

Há, portanto, todo o tempo necessário, antes da sua votação, para o diálogo e o entendimento com o governo. No que diz respeito a esta Casa, estamos absolutamente dispostos e empenhando-nos para que haja um entendimento.

Passaremos às Breves Comunicações.

Com a palavra a primeira oradora inscrita, deputada Ana Paula Lima, por até dez minutos.

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Sr. presidente, srs. deputados, sra. deputada Luciane Carminatti, professores e professoras de rede pública do estado que se fazem presentes nesta Assembleia Legislativa, telespectadores que nos acompanham pela TVAL, ouvintes da Rádio AleSC Digital.

Quero comentar que, na tarde de ontem, tivemos a oportunidade de ouvir, nesta Casa, as lideranças do Sindicato dos Trabalhadores na Educação de Santa Catarina, a professora Alveté Pasin Bedin e a professora Anna Júlia Rodrigues. Além disso, nos bastidores conversamos com a presidente da Associação Catarinense de Professores, professora Maria de Andrade Silva.

(Passa a ler.)

"Ficou, srs. deputados, absolutamente claro que o magistério catarinense rejeita com veemência a proposta de extinção da carreira apresentada pelo governo do estado. Pois é exatamente disto que trata a proposta do governo: extinguir a carreira do magistério catarinense.

(Palmas das galerias)

Creio que nós, deputados e deputadas, precisamos ouvir humildemente a voz e o sentimento dos nossos professores. E por isso trago à tribuna, para conhecimento de todos, o depoimento da professora Gabriela Maria Lunelli Schlup, recebido por *e-mail*, um entre tantos outros milhares de *e-mails* que recebemos e que sintetiza a angústia dos educadores e a expectativa diante do posicionamento da Assembleia Legislativa.

Diz o seguinte a professora Gabriela:

"Olá, deputados e deputadas, representantes legislativos deste povo barriga-verde que quando digitou seus números na urna depositou em vocês a confiança e a esperança de um Estado Melhor.

Venho através deste lhes pedir encarecidamente apoio a nossa causa. Acredito que alguns, e me perdoem os outros, nem saibam o que está ocorrendo. Portanto, vou lhes explicar.

Em 2008 foi estabelecida a Lei n. 11.738/2008 que regulamenta o piso salarial profissional nacional para os profissionais do magistério público da educação básica. Esta lei diz que nenhum professor deve ganhar um piso (entendido como vencimento, sem gratificações) menor que R\$ 1.187,00.

Pois bem, em nosso estado um professor com somente o ensino médio ganhava R\$ 609,00 como vencimento. Santa Catarina, vergonha nossa, entrou com uma

Ação Direta de Inconstitucionalidade questionando essa lei, que foi revista pelo STF, que julgou, a revisão, inconstitucional em abril deste ano. Em busca do cumprimento dessa lei fomos a Florianópolis no dia 11 de maio e optamos pela greve.

Na segunda-feira passada, dia 23, o governo reuniu-se com os representantes do Sinte e propôs pagar o piso mínimo estabelecido, de R\$ 1.187,00, porém, o piso pago a quem não tem graduação e a quem é habilitado como eu, Gabriela, é o mesmo - sou bacharel e habilitada em História pela Furb. Exatamente, quem nunca estudou terá o mesmo salário de quem passou, como eu, quatro suados anos indo todos os dias da cidade de José Boiteux a Blumenau, gastou com mensalidades, com transportes, fez cursos de capacitação, e mais, a diferença de salário entre quem tem apenas o ensino médio para quem tem doutorado, beira R\$ 200,00.

Agora vejam que absurdo. Em nenhuma empresa um trabalhador iniciante ganha o mesmo salário que um funcionário que está trabalhando nesta empresa há anos. Nas Forças Armadas, um soldado não ganha o mesmo soldo de um general! E por que nós, professores, temos que ganhar dessa forma? O nosso governador em exercício enviou para esta Casa uma medida provisória estabelecendo este piso sem valorização e incentivo à formação profissional do professor para que os deputados votem. Então eu peço, mais uma vez, que v.exas. não façam isso com essa classe que luta tanto por um estado melhor, pensem em seus filhos que passaram pelas mãos de professores, provavelmente em escolas particulares, não é o nosso caso, durante as campanhas é dada tanta ênfase à Educação e agora estão nos rebaixando. O governo não está respeitando o Plano de Cargos e Salários que é lei em nosso estado. Queremos apenas justiça, não estamos lutando simplesmente por um aumento de salário, mas pelo cumprimento de uma lei.

Santa Catarina sempre ficou acima da média nacional do Ideb, ou seja, há qualidade, mas falta motivação.

Muitos devem ter ficado assustados quando citei, acima, o caso de um professor que tem apenas o ensino médio, mas é essa a realidade do nosso estado, ninguém mais quer ser professor, estudar para ganhar o que ganhamos e sermos tão desvalorizados. Dessa forma, as escolas veem como única forma chamar professores sem qualificação.

Mesmo a maioria de vocês sendo do partido do governo peço que agora, neste momento, esqueçam os partidos, porque agora ele tem que ser o povo, aqueles que vocês representam. Não nos envergonhem, mostrem que o nosso voto valeu à pena, que vocês não estão aqui somente pelo teto salarial e que nos apoiam.

Mesmo sabendo que muitos de vocês nem chegarão a ler esse *e-mail*, peço aos poucos que o farão, que deem sua posição.

Espero não ter ofendido ninguém, mesmo porque não é minha intenção, apenas quero fazê-los enxergar nossa realidade, que lhes parece tão distante. Espero que tenha me feito entender.

Um grande e caloroso abraço de uma professora que clama pela valorização da sua classe e, conseqüentemente, pela valorização da Educação neste estado'."

Essas são palavras da professora Gabriela, deputada Luciane Caminatti, um desabafo, que v.exas. também devem ter recebido.

Então a resposta que temos para a professora Gabriela e para vocês, professoras e

professores do estado de Santa Catarina, é que nós, do Partido dos Trabalhadores, votaremos contra a MP encaminhada a esta Casa. Em primeiro lugar, pelas palavras contundentes da professora Gabriela, e sei que é o sentimento de todos vocês, palavras que nos fazem exigir do governo e dos parlamentares uma posição de apoio à luta do Magistério catarinense. Em segundo lugar, não podemos aprovar essa MP porque a consideramos imoral e ilegal.

Peço, então, srs. deputados, aos integrantes da comissão de Constituição e Justiça que na próxima terça-feira debatam a admissibilidade dessa medida provisória e que não a admitam, porque é vergonhosa.

(Palmas das galerias)

Há dois anos esses professores estão esperando uma resposta deste governo. O antigo governador, Luiz Henrique da Silveira, nos envergonhou, envergonhou o povo catarinense, porque não cumpriu uma lei aprovada no Congresso Nacional e sancionada pelo presidente da República.

O salário ainda é muito pequeno, R\$ 1.187,00, diante da grandiosidade do trabalho que vocês exercem, mas esse piso precisava estar sendo pago há dois anos. Não deveríamos estar discutir isso, pois os professores esperaram com muita paciência a decisão do STF e ganharam. Assim, o que deveríamos estar discutindo hoje, nesta Casa, é o pagamento do retroativo.

(Palmas das galerias)

O governo do estado tem, neste momento, a grande oportunidade, sr. presidente, de buscar um caminho. Ontem as professoras Alveté Pasin Bedin e Anna Júlia Rodrigues vieram a esta Casa pedir que abrissemos um canal de negociação com a categoria. O Sinte está disposto a negociar. Agora, nem o Sinte, nem a categoria e muito menos nós, parlamentares, podemos colocar a nossa digital para o fim da carreira do Magistério! Não podemos deixar que essa medida provisória prospere, ela tem que ter um fim já na comissão de Constituição e Justiça.

(Palmas das galerias)

Essa MP não tem nem que vir para este plenário, deve acabar na CCJ e ser devolvida ao governo, que deverá enviar uma coisa concreta, uma coisa satisfatória, que não seja nem ilegal, nem imoral.

Era isso, sr. presidente, o que tínhamos a dizer.

Muito obrigada!

(Palmas das galerias)

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - A próxima oradora inscrita é a sra. deputada Luciane Carminatti, a quem concedemos a palavra por até dez minutos.

A SRA. DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI - Boa-tarde a todos os meus colegas professores e professoras, orgulha-nos muito os ter aqui. Tenham certeza de que cada vez que vocês vêm a esta Casa tornam-na mais democrática, mais justa e mais verdadeira.

Sejam bem-vindos!

Quero aproveitar este momento, no dia de hoje, para falar sobre a Lei n. 11.738. Temos escutado muitas informações equivocadas com relação a essa lei e diria, inicialmente, que ela talvez seja a maior conquista do Magistério.

O § 1º do art. 2º da referida lei é muito claro quando diz que estabelece o vencimento inicial da carreira do Magistério.

Senão, vejamos:

(Passa a ler.)

"§ 1º. O piso salarial profissional nacional é o valor abaixo do qual a União, os

Estados, o Distrito Federal e os Municípios não poderão fixar o vencimento inicial das carreiras do Magistério Público da Educação Básica, para a jornada de, no máximo, 40 (quarenta) horas semanais.”[sic]

Já o art. 3º da mesma lei reza o seguinte:

(Continua lendo.)

“Art. 3º. O valor de que trata o art. 2º desta Lei passará a vigorar a partir de 1º de janeiro de 2008, e sua integralização, como vencimento inicial das carreiras dos profissionais da educação básica pública, pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios será feita de forma progressiva e proporcional, observado o seguinte:[...]”[sic]

Em seguida, o art. 4º diz:

(Continua lendo.)

“Art. 4º. A União deverá complementar, na forma e no limite do disposto no inciso VI do *caput* do art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e em regulamento, a integralização de que trata o art. 3º desta Lei, nos casos em que o ente federativo, a partir da consideração dos recursos constitucionalmente vinculados à Educação, não tenha disponibilidade orçamentária para cumprir o valor fixado.”[sic]

Portanto, não dá para este governo nos dizer que não há recursos. Este governo tem que dizer que o outro governo, que é da mesma aliança, preferiu entrar na Justiça a pagar o piso. Essa que é a verdade! Deveria, naquele momento, ter utilizado o espírito da lei e o que diz o § 1º, ou seja, que cabe ao ente federado justificar a necessidade, a incapacidade, enviando, inclusive, ao ministério da Educação a planilha fundamentada comprovando a necessidade de complementação.

(Palmas das galerias)

O fato é, sra. deputada, srs. deputados, que não foi feito isso, o governo anterior não fez isso, preferiu entrar na Justiça a apresentar essa planilha para mostrar que não poderia pagar. Por que não apresentou essa planilha? É porque há recursos para pagar!

(Palmas das galerias)

Quero dizer que da ementa do art. 6º consta o seguinte:

(Passa a ler.)

“Art 6º. A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios deverão elaborar ou adequar seus Planos de Carreira e Remuneração do Magistério até 31 de dezembro de 2009, tendo em vista o cumprimento do piso salarial profissional nacional para os professores do magistério público da educação básica, conforme disposto do parágrafo único do art. 206 da Constituição Federal.”[sic]

(Palmas das galerias)

Como professora, afirmo: a maior conquista da nossa categoria foi a Lei n. 11.738/2008. Mas temos que extrair da lei muito mais, ou seja, temos que entendê-la no seu espírito, porque é uma lei que veio para dizer a este país que para ser sério é preciso investir no professor. Para tanto, ele tem que ter salário diferenciado e não posso conformar-me em ver professores fazendo mestrado e saindo da sala de aula. Por que saem da sala de aula? Por que vão para a França? Porque na França há doutor dando aula para crianças de apenas quatro anos de idade! Isso não há aqui!

Vamos analisar um pouco as tabelas e saber o seu significado. Na tabela vigente temos um piso inicial de R\$ 609,46, que no final de carreira chega a R\$ 1.755,83. Essa é a tabela atual. Na tabela da medida provisória que está nesta Casa, o piso inicial começa com

R\$ 1.187,00, chegando a R\$ 1.755,64 no final. Ou seja, quem é professor por amor, por paixão, por opção, que fica na carreira, que estuda, que se dedica, tem que colocar o seu certificado na lata do lixo porque não vale nada!

(Palmas das galerias)

De acordo com essa tabela, ficar no Magistério é um castigo, porque entra na carreira com R\$ 1.187,00, passa 30 anos estudando, trabalhando para receber R\$ 1.755,64 ao final. Qualquer outra profissão, sem estudar, paga mais do que isso.

Por último, quero dizer que a tabela que não é uma utopia, é a tabela que a lei prevê e que o estado tem dinheiro para pagar. Nessa tabela o salário inicial é de R\$ 1.187,97 e no final de carreira o salário fica em R\$ 3.422,50.

(Palmas das galerias)

Não estou aqui apenas para dizer que temos que defender a Educação, mas, como educadora, quero dizer que temos que lutar e que existe dinheiro para pagar o piso nacional. Vejam! Na tabela colocada pelo governo, as despesas chegam a R\$ 145 milhões. Isso representa 1% do Orçamento. Já a tabela proposta pela Lei n. 11.738 compromete 3% do Orçamento.

Portanto, pelos números apresentados pelo governo, podemos chegar até o limite prudencial, que não é nem o último limite, o limite legal. Podemos chegar a 46,55%. Portanto, se hoje estamos com 42%, temos uma margem ainda de 4,55%. Mesmo o governo implantando a tabela da Lei n. 11.738, ainda sobram R\$ 200 milhões por mês.

(Palmas das galerias)

Quero, neste momento, dirigir-me aos deputados governistas e dizer que estou aqui, na condição de deputada, para defender esta tabela, não a que está tramitando na Casa, mas a tabela que lutei a vida inteira para ver implementada nos contracheques dos professores.

Quero dizer ainda que o governador Raimundo Colombo se elegeu construindo uma imagem de diálogo, uma imagem de um governador que colocava as pessoas em primeiro lugar. Essa imagem não está consolidada. Concretizamos a imagem através de ações. É assim que nos credenciamos.

Deputado Jean Kuhlmann, v.exa. que está na liderança do governo, estou à disposição para discutir com o governo todas as possibilidades orçamentárias, porque tenho a convicção de que há recursos para pagar essa tabela. Estou à disposição do governo. Não quero greve, quero ver as escolas funcionando, mas quero professores com vontade de dar aula e podendo manter suas famílias com dignidade. É isso que quero!

Portanto, governador, volte logo, sente conosco e vamos encontrar um caminho para ajustar as finanças e pagar o piso nacional do Magistério.

Muito obrigada!

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O Sr. Deputado Jean Kuhlmann - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Jean Kuhlmann.

O SR. DEPUTADO JEAN KUHLMANN - Quero pedir à deputada Luciane Carminatti, na condição de líder do governo, que me encaminhe cópia desse material para tentarmos estabelecer aquilo que...

(Manifestações das galerias)

Deputada Luciane Carminatti, se v.exa. quer dialogar, é isso que quero fazer também. Já havia me comprometido, no dia de

ontem, a dialogar, a conversar e a tentar ser um elo, no sentido de buscar um encaminhamento que solucionasse o impasse. Estou à disposição para isso e é dessa forma que entendo que a deputada quer agir.

Repito, quero colocar-me à disposição de todos os deputados e assim, se a deputada puder encaminhar-me cópia desse material para que possa levá-lo ao secretário da Educação, será muito importante. Estou fazendo o meu papel, o do diálogo.

(Palmas das galerias)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Padre Pedro Baldissera, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA - Gostaria de cumprimentar o sr. presidente, os deputados e as deputadas, os nossos educadores e educadoras, e refletir, como já fiz anteriormente, sobre este momento que vivemos em Santa Catarina, à luz da sustentação legal, jurídica, da medida provisória encaminhada a esta Casa.

Falei na tarde de ontem que, à luz da Constituição do Estado de Santa Catarina, art. 57, inciso IV, fica bem claro que, em se tratando do regime jurídico único dos servidores públicos estaduais e das diretrizes para a elaboração do plano de carreira, não se pode, em hipótese alguma, utilizar medida provisória. O art. 57 é bem claro quando diz que as leis complementares serão aprovadas por maioria e que são elas que tratam desse assunto.

Por isso, fiz um apelo às lideranças da base do governo para que estudassem o problema da legalidade, porque a MP afronta princípio da Constituição do Estado de Santa Catarina e da Constituição Federal, já que o governo deveria ter tratado da questão através de lei complementar. Então, quero mais uma vez deixar registrado que a forma, a maneira, do encaminhamento está equivocada, pois afronta tanto a Constituição do estado quanto da união.

Srs. deputados, não vamos entrar na questão da luta porque todos conhecem nosso posicionamento, nosso compromisso em relação aos educadores, mas gostaríamos de dizer que temos tido vários encaminhamentos nesta Casa em relação tanto à Educação quanto à Saúde. São dois setores públicos estratégicos, fundamentais, que devem ser sempre prioridade na atuação e nos programas de governo.

Nesse sentido, encaminhamos uma ação popular e v.exa., deputado Neodi Saretta, é autor de uma emenda à Constituição de Santa Catarina, que trata do mesmo tema, ou seja, da exclusão dos inativos para fins de cálculo do percentual exigido pela legislação. E não é como as más línguas dizem, ou seja, que estamos retirando os inativos da folha de pagamento, tentando confundir a opinião dos próprios inativos que tanto trabalharam, que tanto se dedicaram e não são valorizados nem reconhecidos.

O Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina ano após ano vem pedindo a todos os governos que, para fins de cálculo do percentual exigido, excluam os inativos.

No ano passado, nesta Casa, aprovamos uma emenda à Constituição, de autoria do nosso colega Dado Cherem, excluindo da folha, para fins de cálculo do percentual da Saúde, os inativos. E o governador já determinou o cumprimento da legislação.

Apenas para ilustrar, de 2003 a 2010 foram gastos nada mais nada menos do que R\$ 2,8 bilhões para o pagamento dos

inativos. É um grande valor, mais de R\$ 300 milhões por ano. Esperamos que o governo do estado de Santa Catarina faça sobrar dinheiro para cumprir o plano de carreira e de cargos e salários dos servidores da Educação.

O Sr. Deputado Neodi Saretta - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA - Pois não!

O Sr. Deputado Neodi Saretta - Parabenizando-o pela linha de raciocínio, que acho importante, quero contribuir com o seu pronunciamento.

Então, vamos deixar claras duas ações importantes que estão sendo implementadas: uma por v.exa., no âmbito judicial, através de uma ação popular, para garantir que os recursos da Educação sejam de fato destinados à manutenção e ao desenvolvimento do ensino; e outra, de minha autoria, através de uma PEC, cuja admissibilidade já foi aprovada em plenário.

Foi muito importante v.exa. ter-se lembrado da tentativa de algumas pessoas de confundir a opinião pública. Como essa emenda constitucional resolve grande parte da questão do caixa, da falta de recursos, começaram a dizer que ela se destina a retirar os inativos da Educação. Ora, isso não é verdade, os funcionários aposentados continuam vinculados ao estado e à Educação. A emenda trata de recursos para pagar os inativos, pois esse montante não pode ser contabilizado dentro dos 25% constitucionais. São mais recursos, são R\$ 240 milhões. Inclusive, com esse valor dá para cumprir a tabela que o Magistério defende.

Além dessa emenda, que acho ter grande perspectiva de ser aprovada nesta Casa, há também uma PEC que propõe o aumento dos recursos da Educação de 25% para 30%. Acho que aí, sim, solucionaríamos o problema do financiamento.

(Palmas das galerias)

O SR. DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA - Nessa mesma direção, também gostaria de dizer que em outros momentos já colocamos isso. Todos os nossos educadores têm conhecimento que desde a sua constituição o Fundo Social está desobrigado de investir os percentuais constitucionais tanto na Educação quanto na Saúde. O Fundo Social arrecada anualmente cerca de R\$ 300 milhões, mas não recolhe os 25% da Educação e os 12% da Saúde. Somente aí vejam vocês quantos recursos a mais haveria para investir na Educação!

Então, o argumento de que não existem recursos é inverídico, não se sustenta, porque além de tudo a receita do estado tem crescido em torno de 17%. E é nessa lógica, nessa linha, que queremos dar continuidade ao processo e aguardar a volta do governador para que, além de receber os educadores e educadoras, também dê uma resposta concreta, real, para que toda a tabela de cargos e salários construída ao longo de toda a história do magistério, com muita luta, com muita dedicação, não seja jogada ao vento.

Parabéns pela mobilização, atrás de vocês estão não apenas os seus alunos, mas também suas famílias. Boa luta! Bom trabalho! Contem conosco!

Muito obrigado!

(Palmas das galerias)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

A Sra. Deputada Ana Paula Lima - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Com a palavra, pela ordem, a sra. deputada Ana Paula Lima.

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - O momento que estamos vivendo no estado de Santa Catarina é grave, a Educação está parada, as crianças estão sem aula e não temos tempo para analisar essa medida provisória, não temos tempo para esperar até terça-feira, sr. presidente.

Então, o encaminhamento é que este Parlamento, que deve fazer este papel, crie uma comissão, que o líder do governo se pronuncie neste momento e que amanhã nos dirijamos ao governo do estado, juntamente com o sindicato da categoria, para dar um basta nisso tudo.

Esperar até terça-feira para apreciar a admissibilidade da medida provisória, para depois discutirmos neste plenário?! É muito tempo!

Então, gostaria que v.exa. acatasse esse encaminhamento, que formássemos uma comissão neste momento, com o líder do governo e com representantes do sindicato, para pleitear uma audiência com o governador e resolver esse grave problema.

Muito obrigada!

(Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Deputada Ana Paula Lima, v.exa. ouviu nossa explicação sobre a tramitação das medidas provisórias. Contudo, nada impede que v.exa., uma parlamentar eficiente, competente, combine com o líder do governo a formação de uma comissão de deputados para ir até o governador. Temos essa prerrogativa. Todos os deputados têm essa prerrogativa.

O Sr. Deputado Darci de Matos - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Darci de Matos.

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Sr. presidente, como líder da bancada do Democratas, futuro PSD, concordo plenamente com a proposição da eminente deputada Ana Paula Lima, porque o mínimo que esta Casa pode fazer - aliás, a gênese do Parlamento é a interação com as pessoas, é o debate à exaustão - é a constituição de uma comissão, que poderá ser formada pelo líder do governo, que neste momento é o eminente deputado Jean Kuhlmann, e os líderes das demais bancadas, para que possamos abrir um canal de negociação diretamente com o Poder Executivo.

Não tenham dúvida, srs. professores e professoras, que o nosso governador Raimundo Colombo sempre respeitou os professores e haveremos...

(Manifestações das galerias)

Queremos contribuir, vamos chegar, através dessa comissão, a um entendimento que seja bom para os professores, que merecem, que precisam de respeito, e bom para Santa Catarina.

(Palmas das galerias)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Deputada Ana Paula Lima, acho que podemos fazer conforme a sugestão de v.exa. e a proposta do deputado Darci de Matos. Sugiro ainda que se inclua o presidente ou mesmo todos os membros da comissão de Educação desta Casa.

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Sr. presidente, quem tem que abrir o canal de negociação é o líder do governo. Acho que o líder do governo tem que se pronunciar. Ele que tem que falar com o governador, senão assumo a liderança do governo!

(Palmas das galerias)

O Sr. Deputado Sargento Amauri Soares - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Sargento Amauri Soares.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Sr. presidente, agradecendo a oportunidade, gostaria de registrar que a comissão de Constituição e Justiça da Assembleia ficou aberta justamente em virtude da chegada e da leitura, na tarde de ontem, da Medida Provisória n. 188/2011. Portanto, a CCJ poderia reunir-se hoje ou amanhã e eu, como seu integrante, já me manifesto pela inadmissibilidade dessa medida provisória.

Então, está aberta a possibilidade de a comissão de Constituição e Justiça se manifestar, ainda no dia de hoje, a respeito dessa medida provisória e acatar a posição da maioria dos servidores públicos do magistério aqui presentes, ou seja, a sua não admissão e a posterior abertura de diálogo com o Poder Executivo.

Era isso, sr. presidente!

(Palmas das galerias)

A Sra. Deputada Luciane Carminatti - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Com a palavra, pela ordem, a sra. deputada Luciane Carminatti.

A SRA. DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI - Sr. presidente, estamos tentando implementar o processo do diálogo com vistas à solução do impasse. Inclusive, conversando com os deputados Darci de Matos e Jean Kuhlmann, líder do governo, opinei que na comissão fosse incluída a comissão de Educação da Casa, da qual sou vice-presidente, posto que dela também fazem parte vários parlamentares da base do governo.

Então que os deputados da comissão de Educação, juntamente com as lideranças dos partidos, sentem-se com o governo, deputado Mauro de Nadal, apresentem todos esses números e cheguem a um entendimento, a fim de que o Sinte, que está reivindicando tanto essa negociação, possa sentar à mesa e ajudar a conseguir uma saída justa para a categoria do Magistério.

(Palmas das galerias)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Muito obrigado, deputada Luciane Carminatti.

O próximo orador inscrito é o deputado Jailson Lima, a quem concedo a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO JAILSON LIMA - Sr. presidente, a deputada Ana Paula Lima se propôs a ser líder do futuro PSD nesta Casa, partido que estará na base de apoio do nosso governo federal, que tem tratado a Educação um pouco melhor do que este estado está fazendo, pois estabeleceu o piso nacional dos professores, que até 2008 inexistia neste país.

Quero parabenizar o deputado Darci de Matos que é da base do governo e mostrou-se preocupado. Então, em vez de ter sido vaiado, deveria ter sido aplaudido, porque são poucos os que se manifestam da forma como ele o fez, preocupado com os problemas da Educação e do seu encaminhamento.

Sou um parlamentar da Oposição, deputado Darci de Matos, mas parabenizo v.exa. porque o que se vê no debate da Educação, neste exato momento, deputado Moacir Sopelsa, não é apenas uma medida provisória, mas uma medida de desgoverno.

Sendo assim, quero fazer um comparativo com o governo do PT no Rio Grande do Sul, cuja renda *per capita* é inferior à de Santa Catarina, sendo a arrecadação proporcionalmente menor que a nossa. É um governo cuja folha de pagamento atinge um percentual maior do que a

de Santa Catarina em relação à receita. Contudo, Tarso Genro chamou o sindicato, chamou as associações, estabeleceu uma perspectiva para a Educação e os professores entenderam as limitações do estado.

É lógico que existem limitações! Eu, que fui prefeito, sei disso. Agora, o Piauí tinha limitações, mas o governo do PT implantou o piso nacional de salários, porque sempre priorizou a Educação.

Neste estado, entretanto, o governo editou uma medida provisória que acabou com o pouco que havia do plano de cargos e salários e que anulou qualquer estímulo e fomento a qualquer professor que queira estudar mais e distribuir o conhecimento adquirido em sala de aula, procurando mudar o contexto denegrado da educação neste país.

Condeno a edição dessa medida provisória, assim como condeno a edição exagerada de MPs em Brasília. Inclusive, o governo federal tem editado medidas provisórias em circunstâncias diferentes.

O governo de Santa Catarina tem que abrir, sim, o diálogo. E se não souber o que fazer para cuidar das pessoas, como dizia seu *slogan* de campanha, ligue para o Rio Grande do Sul e aprenda como se negocia com os professores.

Quero passar o restante do tempo para a nossa companheira Luciane Carminatti.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

(Assoma à tribuna uma representante do movimento paredista do Magistério.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) (Faz soar a campanha) - Esta Presidência vai considerar que os trabalhos haviam sido suspensos e que agora a sessão foi reaberta.

Além disso, desejamos fazer alguns esclarecimentos a fim de que não pareça que passou despercebida a agressão ao nosso Regimento Interno, uma vez que segundo ele somente os deputados podem ocupar a tribuna deste plenário durante o andamento da sessão. Não foi o que ocorreu, mas parece-me que a deputada Luciane Carminatti não agiu de má-fé, mas por desconhecimento do Regimento Interno. Sua convidada, deputada, poderia ter feito uso da palavra desde que a sessão tivesse sido suspensa.

Fazemos esse esclarecimento para que não se pense que não estamos respeitando o Regimento Interno do Poder Legislativo. Esta é uma Casa de Leis, deve respeitar todos e merece respeito! A galeria precisa respeitar também!

Deputada Luciane Carminatti, repito, acredito que v.exa. não tenha agido de má-fé, mas não poderíamos deixar passar em branco uma ocorrência desse tipo, a fim de que todos os deputados e deputadas saibam que quem preside a sessão neste momento está atento para o cumprimento do Regimento Interno.

A Sra. Deputada Luciane Carminatti - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Com a palavra, pela ordem, a sra. deputada Luciane Carminatti.

A SRA. DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI - Sr. presidente, quero pedir desculpas pelo ocorrido, pois deveria ter requerido a suspensão da sessão a v.exa.

De qualquer forma, foi muito importante a manifestação da professora e agradeço a atenção de todos os srs. deputados que ouviram o belíssimo depoimento.

Muito obrigada!

O Sr. Deputado Jean Kuhlmann - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Jean Kuhlmann.

O SR. DEPUTADO JEAN KUHLMANN - Sr. presidente, isto é o que torna bonita a democracia, o direito à livre expressão!

(Palmas das galerias)

Quero pedir desculpas porque não pude acompanhar a manifestação da professora, justamente porque estava ao telefone mantendo um contato com o governador em exercício, Eduardo Pinho Moreira, no sentido de fazer uma intermediação entre a classe do Magistério e o Poder Executivo. Sua Excelência se pôs à disposição - e posteriormente preciso conversar com os líderes das bancadas - para receber um deputado estadual de cada bancada, juntamente com o presidente da comissão de Educação. Ainda não consegui, em função da agenda do governador, definir local e data, mas ele está à disposição para conversar com os deputados, já que é um pedido desta Casa.

(Palmas das galerias)

O Sr. Deputado Darci de Matos - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Darci de Matos.

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Sr. presidente, em primeiro lugar, faço um apelo ao líder do governo no sentido de que consiga definir o horário e a data da conversa com o governador até o final desta sessão, a fim de que possamos organizar-nos.

Em segundo lugar, quero parabenizar o vice-líder do governo pela ação rápida, porque por proposição da deputada Ana Paula Lima abrimos definitivamente um canal de negociação com o governador em exercício, Eduardo Pinho Moreira. E proponho que nessa reunião esteja presente, é claro, o secretário da Fazenda e o secretário da Educação, Marco Tebaldi.

(Palmas das galerias)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Passaremos ao horário reservado aos Partidos Políticos.

Hoje, quarta-feira, os primeiros minutos são destinados ao PCdoB.

Com a palavra a deputada Angela Albino, por até cinco minutos.

A SRA. DEPUTADA ANGELA ALBINO - Sr. presidente, quero saudar todas as pessoas que vieram a esta Casa na tarde de hoje. Como tenho somente cinco minutos, vou economizar parte do tempo. Como já discuti com vocês, ontem, a impossibilidade jurídica da medida provisória, a inconstitucionalidade de tratar por medida provisória tema de lei complementar, não temos mais que versar sobre isso. A decisão do Supremo Tribunal Federal, da lavra do ministro Paulo Brossard, na Adin 295-3, diz que não é lícito haver delegação legislativa em matéria reservada à lei complementar. Portanto, com dobradas razões não pode ser editada por medida provisória.

Está clara para nós, do ponto de vista jurídico, a inviabilidade da manutenção da medida provisória. Mas não estamos falando aqui da frieza da lei. Estamos falando de decisão política. E a primeira decisão política necessária é que o governador volte imediatamente para Santa Catarina.

Quero saudar o líder do governo, deputado Jean Kuhlmann - e o deputado Elizeu Mattos que se cuida porque ele está muito bem na função e transita muito bem em todas as bancadas -, mas sei que o vice-governador vai dizer: "Olha, mais do que isso somente com o governador".

Há milhares de crianças fora da escola. Como eu, que sou mãe, muitas mulheres não sabem o que fazer com seus filhos. Vocês também têm uma vida para tocar. Quem faz greve na verdade não quer estar em greve, mas, sinceramente, não vejo outra pessoa que possa discutir sobre esse assunto que não seja o próprio governador. Assim, temos que fazer um apelo para que ele volte imediatamente para Santa Catarina. Há um estado de calamidade e uma fala precisa ser feita. O governador precisa admitir publicamente o grande erro que foi ter entrado com a Adin, pois foi ela que causou essa greve. Essa Adin deixou um passivo e daqui a pouco vão dizer: "Desculpa, a dívida está impagável. Já ficou assim por tanto tempo que não há mais como pagá-la."

Esse erro precisa ser revisto na prática. Queremos a autocritica na prática, no envio de uma lei complementar para a Assembleia, que tramitará na maior celeridade possível nesta Casa, tenho certeza. Já estamos coroaos demais para pegadinhas de malandro. Não tem cabimento! Uma hora dizem: "Vamos fazer, mas com penduricalhos". Depois dizem que não é isso. Alguém tem dúvida de que estão empurrando com a barriga até que alguém que decida possa resolver? Para mim, isso está claro.

Vejam que hoje, em Criciúma, o prefeito Clésio Salvaro decidiu aplicar o piso, e há dois anos - e quem é da Educação vai lembrar - tentou fazer o que o governo do estado está fazendo agora. O deputado Dóia Guglielmi, que é de Criciúma, conhece essa realidade. O próprio prefeito Clésio Salvaro, que há dois anos tentou fazer uma tabela como a que foi apresentada aqui, já se convenceu e está aplicando o piso. Inclusive, quero parabenizar o prefeito Clésio Salvaro.

Falando de custos, não tem mais conversa para boi dormir do que essa. Sabemos o que este estado arrecada. Sabemos o que custam 36 SDRs. Sabemos o que custa o estado. Sabemos o quanto custa fazer uma propaganda pedindo que os professores voltem às salas de aula. Então, a decisão é política. O que é isso?

(Palmas das galerias)

Se algum marqueteiro convenceu o governador, o vice-governador ou quem está no comando do barco - porque às vezes não dá para saber muito bem quem é o comandante - de que essa propagandinha jogaria a população contra esse pedido justo, legal, constitucional e absolutamente humano, que é o pagamento do piso salarial nacional, vai ter que devolver o dinheiro, porque não vai ser desse jeito que se resolverá essa questão. Não vai ser desse jeito que vão colocar o estado de Santa Catarina contra os professores, porque nós, pais e mães catarinenses, sabemos o papel dos professores. Vocês já não ensinam mais matemática, português, inglês e geografia. Vocês ensinam as crianças desde escovar os dentes até combater a homofobia. Isso tudo agora deve fazer parte da grade curricular porque a família já não dá mais conta de ensinar os filhos. Vocês, professores, que estão aqui viraram os grandes pais dos nossos filhos. E é com esse olhar que vamos estar com vocês e essa medida provisória não pode sobreviver.

O governador tem o apoio de 31 deputados. Parabenizo os deputados da base do governo que estão ouvindo-me. Vocês estão vendo que são poucos. Eles devem ser parabenizados porque estão dispostos a abrir um canal de negociação, mas a medida não pode vir para cá, no sentido de que o governador não

faça valer a sua maioria, mas, sim, a maioria das ruas que são vocês.

(Palmas das galerias)

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jailson Lima) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PSDB.

Não havendo deputados do PSDB que queiram fazer uso da palavra, passaremos ao horário destinado ao PMDB.

Com a palavra o deputado Aldo Schneider, por até 15 minutos.

Gostaria somente de pedir por gentileza, encarecidamente, um pouco de silêncio para o pronunciamento do deputado Aldo Schneider

O SR. DEPUTADO ALDO SCHNEIDER - Quero inicialmente saudar o presidente em exercício, as deputadas, os deputados, os telespectadores da TVAL e os ouvintes da Rádio AleSC Digital.

Neste momento, em nome da bancada do PMDB, faço uma manifestação sobre uma audiência pública ocorrida na manhã de hoje, neste plenário, quando discutimos a situação das autoescolas de Santa Catarina.

Através de uma comissão de deputados desta Casa fizemos uma tratativa com a secretaria de estado da Segurança Pública, com o Detran, com a PGE e com o Ministério Público, buscando alguns encaminhamentos no sentido de regularizar definitivamente, através de um Termo de Ajustamento de Conduta, a situação das autoescolas em Santa Catarina.

Sendo assim, gostaria de tornar público para toda Santa Catarina que, através de um esforço empreendido por este Poder e por todos os deputados que o compõem, conseguimos fazer a integração de vários órgãos governamentais para juntos construirmos um TAC para regularizar essa situação em nosso estado.

Esse Termo de Ajustamento de Conduta foi amplamente discutido com as autoridades governamentais, e aí cito o governador Raimundo Colombo, o governador em exercício, Eduardo Pinho Moreira, o secretário de estado da Segurança Pública, dr. César Grubba, o diretor-geral do Detran, Vanderlei Rosso, e o promotor de Justiça responsável pela área da moralidade pública em Santa Catarina, dr. Aor Steffens Miranda.

Dessa forma, a partir das 8h do dia de hoje estão liberadas todas as autoescolas que estavam temporariamente impedidas de atuar nos municípios do estado. O TAC em questão estabelece as regras do edital de licitação e talvez dentro de 15 dias esteja publicado no Diário Oficial do Estado.

Havia uma discussão e várias vertentes de entendimento. Por isso, esta Casa, através de alguns parlamentares, estabeleceu um entendimento com o Executivo estadual, após contínuas reuniões, resolvendo um problema que estava afligindo a sociedade catarinense em relação aos centros de formação dos condutores, as antigas autoescolas.

Então, quero dar o testemunho de que através do diálogo, indiscutivelmente, é possível buscar a saída para os problemas que o dia a dia nos apresenta. Vivemos numa sociedade democrática em que as pessoas têm a livre condição de dizer o que pensam, mas também a obrigação de respeitar as opiniões diferentes. Esse TAC que o Ministério Público promoveu juntamente com alguns órgãos do governo do estado é uma demonstração inequívoca de que juntamos os diferentes, deputado Darci de Matos, que entenderam que

deveriam seguir um mesmo caminho. Isso nos prova, deputado Ismael dos Santos, que é possível, através do diálogo, construir algo que no primeiro momento parecia impossível.

Logicamente que nós, durante muitos dias, procuramos vários agentes governamentais, e quero, de público, agradecer a forma como fomos recebidos e como fomos tratados. Ao final, prevaleceu o bom senso e aparando as diferenças construímos a solução para toda uma categoria, as mais 400 autoescolas catarinenses.

O Sr. Deputado Sargento Amauri Soares - V.Exa. me permite um aparte?

O SR. DEPUTADO ALDO SCHNEIDER - Pois não!

O Sr. Deputado Sargento Amauri Soares - Deputado, primeiramente quero dizer que, quiçá, consigamos, nesta questão do magistério, estabelecer um diálogo que possa levar a uma solução pelo menos razoável para o conjunto da sociedade catarinense, para o conjunto dos trabalhadores do Magistério, dos poderes constituídos. Esta Casa desempenhou um papel importante, como ficou comprovado, na solução dos problemas das autoescolas.

Desejo registrar que a sua participação nesse processo foi fundamental, não obstante ter sido eu o autor do requerimento pedindo a realização da audiência pública. Isso há mais de dois meses, antes de começarmos a conversar a respeito desse assunto. Mas com certeza, quando v.exa. assumiu essa posição e a partir do seu trabalho, da sua articulação com as autoridades do governo às quais v.exa. se referiu, é que a coisa começou a andar no sentido de haver uma saída negociada, uma saída possível dentro da legalidade, dentro da negociação, dentro da boa política. Quiçá tivéssemos mais 39 deputados como v.exa., com esse interesse, com essa vontade, com esse empenho, e com certeza este Parlamento estaria mais forte.

Esse é um registro público que precisava ser feito, pois v.exa., que está aqui há apenas 120 dias, com certeza vai fazer história neste Parlamento. Parabéns pela sua atitude!

Participei desse processo, mas a verdade é que como deputado de Oposição não teria condições de fazer as construções que v.exa., juntamente com o deputado Maurício Eskudlark, fez. Creio mesmo que v.exa. esteve à frente dessas articulações, com a ajuda, é claro, de outros deputados.

Mais uma vez, meus parabéns!

O SR. DEPUTADO ALDO SCHNEIDER - Obrigado, deputado!

O Sr. Deputado Jean Kuhlmann - V.Exa. me permite um aparte?

O SR. DEPUTADO ALDO SCHNEIDER - Pois não!

O Sr. Deputado Jean Kuhlmann - Vou ser extremamente breve, deputado, mas quero dizer que hoje me sinto feliz em ser deputado estadual, porque vejo nesta Casa um dos grandes motivos da existência do Parlamento, que é não somente reivindicar as prioridades das comunidades, mas também ser o elo entre os vários poderes estaduais.

Quero parabenizar v.exa., parabenizar os deputados Maurício Eskudlark e Sargento Amauri Soares, enfim, todos os parlamentares, porque realizamos uma audiência pública muito franca, muito aberta, muito transparente, ouvindo todas as partes e dando o direcionamento para a solução.

Realmente foi para isto que eles vieram aqui: para ouvir, de forma clara, o diretor do Detran dizer quais os encaminhamentos e o que ele poderia fazer. E daí nós, deputados

estaduais, também pudemos exercitar o nosso papel no processo.

Por isso, quero parabenizá-lo pela condução dos trabalhos, assim como também o deputado Marcos Vieira, que preside a comissão de Segurança Pública, e todos que participaram, hoje de manhã, da audiência pública, porque realmente o diálogo, a convergência e a busca das soluções também fazem parte do nosso papel, como parlamentares.

O SR. DEPUTADO ALDO SCHNEIDER - Muito obrigado, deputado Jean Kuhlmann.

O Sr. Deputado Maurício Eskudlark - V.Exa. nos concede um aparte?

O SR. DEPUTADO ALDO SCHNEIDER - Pois não!

O Sr. Deputado Maurício Eskudlark - Nobre deputado Aldo Schneider, não poderia deixar de parabenizar v.exa. pelo dinamismo, pelo empenho, pela preocupação e pela motivação na busca de uma solução em todas as reuniões.

Realmente nesta Casa ecoam todos os problemas e soluções para a população catarinense. E vimos que com trabalho e determinação, procurando a Procuradoria-Geral do Estado e o governo, consegue-se mudar, muitas vezes, opiniões já enraizadas de que as coisas deveriam ser sempre de determinada maneira.

Está de parabéns v.exa. por ter sido encontrado esse caminho. Com certeza não é ainda o caminho definitivo, mas ele será pavimentado e ajustado e esta Casa participará efetivamente, através de v.exa. e do deputado Sargento Amauri Soares. Tudo aconteceu como tinha que acontecer. Se tivéssemos planejado, não teria dado tão certo.

Eu acredito que há a mão de Deus em tudo, e aquela audiência pública foi especial e acabou culminando com a reabertura das autoescolas.

Parabéns a v.exa.!

O SR. DEPUTADO ALDO SCHNEIDER - Agradeço a intervenção de v.exa.

Sr. presidente, o restante do tempo do partido será ocupado pelo deputado Mauro de Nadal.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jailson Lima) - Ainda dentro do horário do PMDB, com a palavra o deputado Mauro de Nadal.

O SR. DEPUTADO MAURO DE NADAL - Gostaria de cumprimentar o sr. presidente, as sras. deputadas, os srs. deputados e, de uma forma toda especial, registrar a meritória luta dos professores do estado catarinense na busca da valorização do seu trabalho, nada mais justo, que é a formação da consciência das crianças, dos nossos filhos que, hoje, estão na busca do conhecimento.

O tema que me traz à tribuna nesta tarde, sr. presidente, é uma questão que está tirando o sossego, há mais de 11 anos, de inúmeras famílias de pequenos agricultores do extremo oeste de Santa Catarina e, de uma forma toda especial, de várias outras famílias de pequenos agricultores do estado inteiro. Trata-se dos conflitos envolvendo agricultores e povos indígenas.

É evidente que vários são os encaminhamentos e que várias são as regiões, e cada região tem as suas peculiaridades e os seus encaminhamentos. Porém, cabe destacar o princípio da titularidade dessas terras, principalmente os conceitos de propriedade elencados na Carta Maior, na Constituição federal.

No art. 5º, a Carta nos traz o seguinte:

(Passa a ler.)

“Art. 5º. [...]”

XXII - É garantido o direito de propriedade;”

O direito de propriedade é um direito individual e, como todo direito individual, uma cláusula pétrea.

Porém, a função social da propriedade também merece um destaque. E conseguimos, no mesmo art. 5º, retirar que o direito de propriedade não é um direito absoluto. Assim, o proprietário tem que dar uma função social a ela.

(Continua lendo.)

“Art. 5º. [...]”

XXIII - A propriedade atenderá a sua função social; [...]”[sic]

Lá na região oeste, principalmente no interior dos municípios de Cunha Porã e Saudades, há essa peculiaridade caracterizada. Lá a função social da propriedade está posta, presente, a todos que quiserem ver. Lá a verdadeira reforma agrária deste país já aconteceu, sendo que os pequenos agricultores conseguem gerar riqueza, alimentar os seus sonhos e sobreviver em áreas de apenas 14ha, 15ha e 20ha de terras.

Contudo, através de uma portaria do ex-ministro Tarso Genro, de 2007, a Portaria n. 790, foi autorizado que a Funai procedesse aos trabalhos de demarcação lá no interior. E podemos novamente ver que o direito a propriedade não é realmente um direito pétreo porque de uma hora para outra simplesmente as pessoas deixam de considerar todos os estudos, toda uma vida e acabam autorizando órgãos do próprio governo a fazer intervenções na propriedade, a fazer demarcações em áreas das quais os pequenos agricultores têm escritura pública, muitas delas desde 1920.

Há que se ressaltar, sr. presidente, que todas essas áreas foram adquiridas pelos agricultores. E o medo que acaba tomando conta de toda a região é que os índios que foram levados à região de Saudades e Cunha Porã vieram do vizinho estado do Rio Grande do Sul, da região de Nonoai, e hoje estão ocupando áreas em Chapecó destinadas aos kaingang. Assim, os kaingang já fixaram uma data para a retirada desses indígenas de lá. E a preocupação maior dos dois municípios é justamente para onde eles serão levados.

Por isso, vários trabalhos foram realizados nesses últimos dias para buscar, junto ao governo federal, primeiramente, uma manifestação da Funai no sentido de proibir que os índios voltem à região, porque o temor da população, das lideranças e dos prefeitos dos dois municípios é exatamente o conflito que acabará acontecendo, porque os agricultores que lá residem com suas famílias não vão deixar a sua propriedade.

Então, o nosso medo é justamente esse embate que irá acontecer. O que vamos fazer para resolver esse problema a curto prazo? O prazo está aí, é o dia 8 de junho. Os guaranis que estão na aldeia dos kaingang, em Chapecó, precisam deixar aquele local. E o que vamos fazer agora?

Por isso a nossa luta, sr. presidente. Estivemos, dias atrás, em Brasília, numa audiência com o advogado-geral da União, o ministro Luís Inácio Lucena Adams, assim como estivemos também conversando com o governador Raimundo Colombo, e ambos demonstraram interesse em contribuir para que esse processo seja solucionado. Mas a solução única e viável, no entendimento dos agricultores, é a permanência dessas famílias e a transferência dos guaranis para uma nova área de terra.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jailson Lima) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PT.

Com a palavra a sra. deputada Ana Paula Lima, por até dez minutos.

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Sr. presidente, srs. deputados e sras. deputadas, venho à tribuna, hoje, no horário do Partido dos Trabalhadores, para falar de um tema que nessa semana foi objeto de discussão. Hoje, 25 de maio, é o Dia Nacional da Adoção. Falo isso porque, deputada Angela Albino, somos todos iguais e diferentes, porém não temos o direito de ser indiferentes.

Digo isso, inicialmente, para lembrar a campanha desta Casa, juntamente com o Tribunal de Justiça de Santa Catarina, com o Ministério Público e com a Ordem dos Advogados do Brasil, que foi deflagrada no último dia 23, segunda-feira: Adoção - Laços de Amor.

(Passa a ler.)

“Com essa campanha, nós, parlamentares, Tribunal de Justiça, Ministério Público e Ordem dos Advogados do Brasil, queremos despertar e sensibilizar a sociedade e os poderes públicos para a adoção de crianças e adolescentes em Santa Catarina, pois atualmente há um descompasso entre o desejo e a realidade.

Enquanto a maioria das crianças legalmente aptas para a adoção tem idade acima de oito anos, 98% das famílias que se dispõem a adotar preferem crianças até três anos de idade. Temos que, de uma vez por todas, srs. parlamentares, discutir a adoção tardia.”

Faço aqui um parêntese para elogiar a iniciativa, primeiramente, do presidente deste Poder, deputado Gelson Merisio, pela sensibilidade de trazer para esta Casa, juntamente com os demais poderes, a discussão de um tema tão importante.

(Continua lendo.)

“Entendemos, srs. parlamentares, que não existe idade específica para a adoção. O que precisamos é disposição para amar continuamente um filho, e esse amor não é restrito à idade.

Ontem, assistindo a uma reportagem na televisão, a repórter perguntou o seguinte para uma criança: ‘O que você gostaria de dizer para as pessoas que estão na lista de espera para adotar uma criança?’ E a criança respondeu: ‘Eu diria para elas que as crianças maiores dão as mesmas alegrias que as crianças pequenas.’

É importante ressaltar que, ao trazermos para a sociedade esse debate, não estamos falando de números, mas de vidas que seguem em casas de acolhimento não porque não existam famílias interessadas na adoção. Infelizmente, srs. deputados, muitas vezes a lentidão e a burocracia dificultam o acesso de uma criança a um lar, frustrando também as famílias que querem adotar. A adoção, mais do que tudo, significa garantir direitos previstos na nossa Constituição e ratificados no Estatuto da Criança e do Adolescente, ou seja, oportunizar à criança ou ao adolescente o direito a uma convivência familiar.

Quando a Assembleia Legislativa se dispõe a lançar a campanha Adoção - Laços de Amor, em parceria, como já falei, com o Tribunal de Justiça, o Ministério Público e a OAB, é fundamental termos clareza das barreiras que precisam ser dadas à

sociedade. É preciso que o Tribunal de Justiça, por exemplo, esteja preparado para viabilizar e agilizar a adoção. Por que não podemos ter, pelo menos nas cidades de grande porte, mais de uma Vara da Infância e Juventude?

É preciso também a integração de todos os segmentos da sociedade para conscientizar, quebrar paradigmas, derrubar mitos e agilizar a questão relativa à adoção tardia.

Não podemos mais admitir, srs. deputados, que em Santa Catarina, e até no país, chegue-se à adoção tardia tanto por omissão do estado quanto por não haver famílias que queiram afiançar um direito elementar e primário do ser humano: a convivência familiar.

Esses números nos fazem refletir sobre a importância da discussão da adoção tardia, não esquecendo ainda a adoção sem escolha de etnia, sem escolha de sexo, a adoção de irmãos e a adoção de crianças com necessidades especiais.

Cabe aqui fazer um apelo, srs. parlamentares, ao Tribunal de Justiça de Santa Catarina, que está nessa cruzada juntamente com a Assembleia Legislativa e que se coloca como um parceiro nessa empreitada.

Ora, catarinense, é preciso entender que a adoção não existe para suprimir as carências de milhares e milhares de famílias que ainda estão na fila da espera. A adoção não está aí para suprimir as nossas carências afetivas e carências pessoais e para buscar o filho e a filha ideais.

Como bem frisou um palestrante na última segunda-feira, os pais biológicos também têm, todos os dias, deputada Luciane Carminatti, que adotar os seus filhos. É dessa forma que a adoção é, acima de tudo, uma experiência humana com múltiplas expressões. E digo isso também, srs. parlamentares, sra. deputada e público catarinense, por experiência própria, uma vez que sou mãe de dois filhos adotivos, uma menina e um menino.

A adoção, srs. parlamentares, requer uma abertura permanente para o estudo, o debate e a troca de experiências para sensibilizar a nossa sociedade. Porque é inadmissível ainda encontrarmos em nosso estado e também no Brasil milhares e milhares de crianças e adolescentes esperando não melhores condições financeiras, mas esperando apenas o momento de chamar uma mulher e um homem de mãe e pai.

Amanhã, quinta-feira, estarei na cidade de Gaspar, juntamente com o prefeito municipal e outros parlamentares, para visitar algumas casas de acolhimento.

E aqui faço um registro e um agradecimento muito especial aos grupos de apoio à adoção em Santa Catarina, que são peças fundamentais nesse debate tanto para pais quanto para filhos adotivos: não se sintam sozinhos na sua experiência particular de uma família constituída pelos laços do afeto e não pelos laços de sangue.

Digo isso porque também fiquei surpresa, sr. presidente, deputado Nilson Gonçalves, com o relato da promotora de Justiça, dra. Priscilla Linhares Albino, e da juíza da comarca de Gaspar, dra. Ana Paula Amaro da Silveira, sobre as devoluções de crianças e adolescentes. É lamentável que isso exista em Santa Catarina e no Brasil.

Por isso é importante também, depois que uma mulher ou um homem adotam uma criança ou um adolescente, que haja um acompanhamento permanente. Mas, acima de tudo, é de fundamental importância que as barreiras ainda existentes sejam rompidas

através de informação e da conscientização humanitária. Que os paradigmas se quebrem e que o preconceito existente em torno da adoção, principalmente a adoção tardia, não tenha mais lugar na nossa sociedade. Afinal, o futuro de milhares de meninos e meninas do nosso país depende de um novo olhar."

Por isso a importância dessa campanha que se vai estender até o final deste ano. E com ela todos poderão verificar, com propagandas inclusive na televisão, casos de famílias que adotaram crianças tardiamente e que deram certo. Afinal, não existe idade para amar e não existe idade para escolher. Para uma mãe biológica, deputada Luciane Carminatti, cresce a barriga, para uma mãe adotiva cresce o coração.

Propaguem essa ideia! Esse é um tema apaixonante! Estamos nessa vida apenas de passagem. Então, que a nossa passagem por aqui seja feita da melhor forma possível. Não podemos deixar que milhares e milhares de crianças fiquem nas casas de acolhimento. Elas só podem ficar lá até os 18 anos. Quando atingem essa idade, têm que sair das casas de acolhimento, e o destino que terão não sabemos qual será!

Por isso, srs. deputados, propaguem essa ideia. Vamos falar desse tema, sim! Ele é importante para que a sociedade também discuta, quebrando, assim, preconceitos com relação à adoção.

Friso também, sra. deputada - e v.exa. é professora - e srs. parlamentares, que esse tema precisa ser discutido nas nossas escolas, com os nossos professores. Não tem que haver distinção entre uma criança nascida de uma família biológica e uma criança adotada por uma família.

O Sr. Deputado Manoel Mota - V.Exa. me concede um aparte.

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Pois não!

O Sr. Deputado Manoel Mota - Quero cumprimentá-la, deputada Ana Paula Lima. V.Exa. reporta-se a um tema muito profundo, até porque quantas crianças que estão vivendo nos orfanatos poderiam estar, evidentemente, morando nas casas de pessoas, tendo uma vida digna e muito melhor.

Então, acho que é preciso fazer um mutirão em Santa Catarina, de uma vez por todas, com juízes, promotores e pessoas que estão inscritas na lista de espera para adotar uma criança, para que possamos dar uma resposta a Santa Catarina.

Quero cumprimentá-la porque esse tema é de fundamental importância.

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Muito obrigada, deputado Manoel Mota. Podemos e devemos ser responsáveis pelo destino de muitas crianças e adolescentes.

Muito obrigada aos srs. parlamentares que acompanharam essa parceria entre o Tribunal de Justiça, o Ministério Público, a Ordem dos Advogados do Brasil e esta Casa, num tema tão importante, que é o destino do ser humano.

Muito obrigada!
(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O Sr. Deputado Manoel Mota - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nilson Gonçalves) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Manoel Mota.

O SR. DEPUTADO MANOEL MOTA - Quero, com muita honra, registrar a presença de Cacá Amorim, da Rede Amorim, de Sombrio, rádio e jornal, que tem dado uma cobertura sensacional todas as sextas-feiras para que seja construída a Interpraia no sul do estado.

A Rede Amorim faz um trabalho grande, participou de um movimento para a conclusão da ponte, que aconteceu; participou do movimento da serra do Faxinal, cujas obras já tiveram início; e também o trevo do japonês é um trabalho seu. Neste momento, está engajada para a consecução da Interpraia.

Então, queremos convidar os parlamentares do sul do estado para comparecerem na próxima sexta-feira, às 7h, no Morro dos Conventos, para discutirmos sobre uma obra fundamental para toda a região sul do estado. Uma obra que vai alcançar...

(Manifestação interrompida por término do tempo regimental.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nilson Gonçalves) -

Já que foi quebrado o protocolo regimental da Casa, avançaremos além das 16h para atender a todas as bancadas dentro do horário destinado aos Partidos Políticos.

O próximo espaço pertence ao DEM e tem a palavra o deputado Jean Kuhlmann, por até 11 minutos.

O SR. DEPUTADO JEAN KUHLMANN - Sr. presidente, sras. deputadas e srs. deputados, quero trazer alguns assuntos na tarde de hoje e primeiramente registro a minha presença, ontem, na Câmara de Vereadores de Blumenau, onde tive a oportunidade de ouvir uma palestra do ex-governador, ex-deputado federal, Germano Rigotto, do PMDB do Rio Grande do Sul, que falou sobre o sistema tributário do nosso país e sobre a necessidade de fazermos uma reforma tributária de fato e não um remendo tributário. Falou também da incidência de tributos sobre vários produtos e o quão pesada é a carga tributária no Brasil.

Realmente fiquei muito atento às colocações, deputado Kennedy Nunes, e vi o quanto isso é prejudicial para o crescimento do país. O próprio ex-governador Germano Rigotto explicou o quanto este país poderia crescer, gerar mais empregos e remunerar melhor os seus trabalhadores se houvesse uma carga tributária menor sobre a mão de obra e os insumos. Enfim, o quanto este país poderia crescer, gerar renda e riqueza se realmente a carga tributária não fosse tão pesada.

Um exemplo de carga tributária que gostaria de citar e que às vezes as pessoas não têm conhecimento é o seguinte: quando se vai comprar uma televisão, pergunta-se: "Quanto custa essa televisão?" Por que ninguém pergunta ao vendedor quanto vai-se pagar de imposto? Os srs. deputados sabiam que quando compramos uma televisão no valor de R\$ 2.000,00, 44% são impostos? Quando compramos uma geladeira, deputado Kennedy Nunes, por exemplo, que é insumo básico, uma necessidade de toda família brasileira, 37% são impostos; num aparelho de DVD, 50% são impostos! Num carro popular, que, como o nome diz, é popular, a carga tributária chega a 37,5%. Imaginem se não fosse popular!

Enfim, tudo tem imposto, tudo é muito caro neste país por causa da alta carga tributária. Logo, há necessidade de uma reforma tributária para adequarmos, por exemplo, a remuneração dos cidadãos, já que se tivéssemos uma carga tributária menor sobre a mão de obra, conseguiríamos até pagar melhor o trabalhador, o que daria mais condição de crescimento e mais condições de subsistência à família brasileira.

Sr. presidente, não adianta tapar o sol com a peneira! Germano Rigotto relatou que quando era deputado federal, líder do governo no Congresso Nacional, responsável pela Comissão da Reforma Tributária, o problema não estava diretamente ligado ao partido que

estava governando o país à época, o fato é que dentro da própria estrutura do governo existem, deputado Romildo Titon, setores que não querem perder arrecadação e outros que desejam o crescimento. Assim, a máquina do governo não se entende e por isso não se consegue evoluir nessa tão falada, tão bendita e tão necessária reforma tributária.

Deveríamos ter um sistema tributário justo, dividido de forma adequada, no qual quem ganha menos paga menos e quem ganha mais paga mais. Tenho certeza de que o Brasil crescerá muito mais, gerará muito mais emprego e renda e, por consequência, proporcionará mais qualidade de vida à população. A má distribuição da arrecadação tributária e a má aplicação dos recursos arrecadados fazem com que o Brasil não cresça tanto.

Quero aproveitar este momento para fazer um convite a todos os parlamentares. Este deputado, juntamente com o deputado Aldo Schneider, estará promovendo, nesta quinta-feira, uma sessão solene em Gaspar, em homenagem aos 150 anos da Paróquia São Pedro Apóstolo. Trata-se de uma comunidade que cresceu, que se desenvolveu em volta de uma paróquia e que, com certeza, fez um grande trabalho e prestou uma grande contribuição ao crescimento de Gaspar.

Gostaria de convidar todos os parlamentares para que estejam presentes nessa homenagem. Tenho certeza de que quando homenageamos quem dá um bom exemplo, alguém que trabalhou de forma positiva para o crescimento intelectual, cultural ou espiritual de uma comunidade, estamos prestando um grande serviço ao nosso estado.

Srs. deputados, gostaria de agradecer ao deputado Ismael dos Santos, que esteve comigo, na semana passada, conversando com o secretário de Segurança Pública sobre o problema da delegacia regional de Blumenau, que teve uma alteração de projeto no meio da obra e por isso haverá necessidade de complementação do processo licitatório. Há necessidade de um investimento de aproximadamente R\$ 1 milhão para que a obra seja concluída, naquela que será uma das maiores delegacias regionais de Santa Catarina, uma das mais modernas, que ficará perto da Vila Germânica, em Blumenau.

É um prédio muito bonito, em estilo enxaimel, valorizando a cultura germânica do vale do Itajaí, valorizando também o trabalho dos nossos colonizadores, um prédio que além de ter um bom funcionamento para quem procurar a Polícia Civil, também será um local agradável para o trabalhador prestar um bom atendimento ao cidadão.

E é nessa linha que queremos agradecer a atenção de secretário de Segurança Pública e reiterar o apelo que lhe fizemos, no sentido de que a delegacia regional de Blumenau seja realmente concluída até o final do ano, que a obra não fique parada e que o novo processo licitatório, referente à segunda etapa, realmente aconteça, porque o povo de Blumenau espera ansioso pelo término da obra.

Finalizando, sr. presidente, srs. e sras. deputadas, quero abordar algo positivo. É que ao ler os jornais de hoje verifiquei que eles falam de Blumenau, informando que há vagas nos *shoppings centers* que serão inaugurados, pois os empreendedores não conseguem mão de obra, deputado Jorge Teixeira, para trabalhar. São empreendimentos e mais empreendimentos que estão sendo feitos no município de Blumenau, pessoas arrojadas que querem o crescimento da cidade, são obras em pontos comerciais, particulares, são obras

públicas como a ponte do Badenfurt, como o prolongamento da via expressa para poder fazer a passagem tranquilamente pela BR-470 e pavimentação de várias vias.

Isso demonstra realmente o crescimento da cidade, a pujança, o empreendedorismo do blumenauense e a vontade de fazer com que a cidade cresça. Que cada cidadão catarinense, que cada pessoa realmente invista em seu município, na sua região, para que possamos ver o nosso estado crescer cada vez mais, gerando mais emprego, mais renda e mais qualidade de vida. Que o governador Raimundo Colombo, que regressa agora da Europa, consiga trazer indústrias de tecnologia que produzam com alto valor agregado, deputado Manoel Mota, porque são indústrias que pagam um salário melhor, mais decente para o cidadão sustentar sua família. É dessas indústrias que não poluem, que utilizam alta tecnologia e geram produtos com valor agregado que temos que nos esforçar para trazer. É somente assim que vamos garantir o crescimento de Santa Catarina e a qualidade de vida que todos os catarinenses merecem e querem ter.

Muito obrigado!
(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nilson Gonçalves) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PSDB.

Com a palavra o sr. deputado Marcos Vieira, por até nove minutos.

O SR. DEPUTADO MARCOS VIEIRA - Sr. presidente, sras. deputadas e srs. deputados, quero cumprimentar, com todo o respeito, os telespectadoras da TVAL, os ouvintes da Rádio AleSc Digital e o público que nos acompanha.

Ocupo a tribuna, na tarde de hoje, deputado Manoel Mota, para esclarecer, de uma vez por todas, alguns fatos que aconteceram nos últimos 30 dias, quando sofri, por diversas vezes, ataques do deputado Dirceu Dresch na imprensa catarinense, afirmando que fora o deputado Marcos Vieira quem fizera o substitutivo global ao PLC 0063/2009 ou, então, quem introduzira no substitutivo global o art. 31 e seus parágrafos, concedendo o benefício da aposentadoria com os vencimentos de deputado àqueles servidores públicos que exercessem eventualmente algum mandato na Assembleia Legislativa.

Sofri, sim, ataques! E a imprensa registrou os referidos ataques e quero ler um deles. Diz o seguinte:

(Passa a ler.)

“Ataque

O deputado petista Dirceu Dresch apontou e cobrou do deputado Marcos Vieira a responsabilidade pela alteração do texto da lei que permite que ex-deputado, sendo servidor público, se aposente com o salário de parlamentar, o que vem gerando aposentadorias milionárias. ‘Como homem público, ele deveria assumir os seus atos ao invés de gastar tempo negando o inegável.’”

Afirma ainda o deputado Dirceu Dresch que este deputado, na condição de servidor público, seria um dos beneficiados pelo art. 31.

Venho à tribuna, srs. deputados, para atender, finalmente, a um apelo da própria imprensa catarinense, pois se de um lado eu afirmava que não era o autor do substitutivo global nem da emenda, de outro lado o deputado Dirceu Dresch continuava a afirmar que eu era o autor.

Deputado Silvio Dreveck, a imprensa pediu que este deputado ou o deputado Dirceu

Dresch fossem buscar a verdade dos fatos junto à Assembleia Legislativa, junto à Diretoria Legislativa mais precisamente, para trazer a público com exatidão os fatos ocorridos na tramitação do Projeto de Lei Complementar. E para que pudesse chegar ao momento presente, dirigi-me ao presidente desta Casa no dia 18 do corrente, através de um requerimento com quatro questionamentos, que foi devidamente respondido, os quais passo a ler.

“EXCELENTÍSSIMO SENHOR DEPUTADO GELSON MERISIO - PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA REQUERIMENTO

O Deputado que este subscreve, com amparo no art. 19, inciso I, alínea ‘a’, c/c o art. 200, inciso I, ambos do Regimento Interno, e tendo em vista os acontecimentos recentes sobre a tramitação do Projeto de Lei Complementar n. 063/09, vem à presença de V.Exa. para expor e ao final requerer:

- Considerando que a tramitação do Projeto de Lei Complementar n. 0063/09 está causando um grande debate, em especial quanto à Emenda Substitutiva Global e seu correspondente art. 31 e parágrafos, o que tem gerado diversos ataques do Deputado Dirceu Dresch contra este Deputado;

- Considerando que referido projeto deu origem à Lei Complementar n. 485/2010 e posteriormente ao Projeto de Lei Complementar n. 0004.0/2011, que tem por objeto revogar o art. 31 e parágrafos da referida lei por suposta inconstitucionalidade, e;

- Considerando que estou sendo acusado na imprensa pelo Deputado Dirceu Dresch de que sou o autor/responsável por apresentar a Emenda Substitutiva Global, bem como, emenda ao Projeto de Lei Complementar n. 063/09, introduzindo o art. 31 e seus parágrafos e que os referidos ataques recebidos têm provocado inúmeras publicações negativas na mídia do Estado contra a minha pessoa, como se comprova pelas publicações em anexo, de diversos jornais, entre os quais, *Notícias do Dia, Diário do Iguaçú, Destaque Santa Catarina e São Joaquim On-Line*, entre outros (cópias em anexo) e, no intuito de comprovar as inverídicas manifestações, REQUER à V.Exa. se digne mandar expedir o que segue:

1) Certidão afirmando quem é o autor da única Emenda Substitutiva Global apresentada ao Projeto de Lei Complementar n. 0063/09;”

Foi a seguinte a resposta a esse nosso pedido:

(Passa a ler.)

“1 - em resposta à pergunta n. 1: a única Emenda Substitutiva Global constante às fls. 36 a 49 dos autos do Projeto de Lei Complementar n. PLC/0063.0/2009, aprovada na Comissão de Constituição e Justiça (fl. 50), é de autoria e foi assinada pelo Líder do Governo Deputado Elizeu Mattos;”

Em seguida, fizemos uma segunda solicitação:

(Continua lendo.)

“2) Certidão afirmando se o Deputado Marcos Vieira é autor de Emenda incluindo o art. 31 e seus respectivos parágrafos na Emenda Substitutiva Global acima citada, ou no texto da redação final;”

Eis a resposta da AleSc a essa questão: (Continua lendo.)

“2 - em resposta à pergunta n. 2: o Deputado Marcos Vieira não apresentou qualquer Emenda alterando o texto do art. 31 da Emenda Substitutiva Global (fls. 36 a 49), nem ao texto aprovado na redação final do Projeto de Lei Complementar n.º PLC/0063.0/2009 (fls. 65 a 78);”

Solicitação n. 3:

(Continua lendo.)

“3) Certidão afirmando se este Deputado foi o Relator do Projeto de Lei Complementar n. 0063/09, acatando a Emenda Substitutiva Global apresentada pelo Líder do Governo;”

Foi esta a informação da Diretoria Legislativa desta Casa:

(Continua lendo.)

“3 - em resposta à pergunta n. 3: no âmbito das Comissões de Constituição e Justiça (fl.13) e Finanças e Tributação (fl.52), o Projeto de Lei Complementar n. PLC/0063.0/2009 teve como Relator o Deputado Marcos Vieira;”

E a última informação pedida foi a que segue:

(Continua lendo.)

“4 - em resposta à pergunta nº 4: a redação final aprovada pelo Plenário em 16/12/2009, em relação ao art. 31 do Projeto de Lei Complementar n. PLC/0063.0/2009 é a mesma da redação da única Emenda Substitutiva Global de fls. 36 a 49, de autoria e assinada pelo Líder do Governo, Deputado Elizeu Mattos.”[sic]

Assim informou este Parlamento:

(Continua lendo.)

“4 - em resposta à pergunta nº 4: a redação final aprovada pelo Plenário em 16/12/2009, em relação ao art. 31 do Projeto de Lei Complementar n. PLC/0063.0/2009 é a mesma da redação da única Emenda Substitutiva Global de fls. 36 a 49, de autoria e assinada pelo Líder do Governo, Deputado Elizeu Mattos.”[sic]

Para encerrar, sr. presidente - e infelizmente o deputado Dirceu Dresch não está aqui -, quero deixar que o grande público responda: quem é o mentiroso? É o deputado Marcos Vieira ou o deputado Dirceu Dresch?

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nilson Gonçalves) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PP.

Com a palavra o deputado Silvio Dreveck, nosso representante do planalto norte, por até nove minutos.

O SR. DEPUTADO SILVIO DREVECK - Obrigado, sr. presidente!

Srs. deputados, sras. deputadas, deputado Nilson Gonçalves, que preside esta sessão neste momento, já tivemos, no dia de hoje, desta tribuna várias manifestações sobre vários assuntos. Mas o assunto em evidência está por conta da greve dos professores, por conta da insatisfação com a medida provisória.

Assim, não posso deixar de pelo menos registrar o que alertava desde 2008, quando foi criada a lei do piso. O que está ocorrendo agora começou lá em 2008, deputado Kennedy Nunes - v.exa. que estava aqui e várias vezes também manifestou a sua preocupação, como eu manifestei, como os deputados Reno Caramori, Joares Ponticelli, Valmir Comin e Lício Mauro da Silveira, de saudosa memória -, no momento em que a lei do piso nacional de salário do Magistério entrou em vigor. O que aconteceu, e não podemos neste momento omitir, é que na época o governador Luiz Henrique não concordou em pagar e entrou na Justiça com uma Adin.

Pois bem, agora houve a sentença final reconhecendo a constitucionalidade da lei e independentemente quem é o governador - poderia ser Ideli Salvatti ou Angela Amin - trata-se de um compromisso de estado. Não é verdade, deputados Jorge Teixeira e Ciro Roza, que regressa a esta Casa e que certamente dará uma grande contribuição por sua

experiência como prefeito?! O governador que assumiu não é o responsável pela Adin, mas representa o estado e cabe-lhe pagar o que a lei determina. Não há o que discutir quando há uma sentença. Assim, temos que separar um pouco as coisas: o piso não se questiona mais, ele tem que ser pago, tanto é que adentrou a esta Casa uma medida provisória destinada a respaldar o pagamento, posto que não seria justo que os professores ficassem esperando ainda mais tempo.

A outra questão refere-se aos professores que já estão em atividade há mais tempo, que têm mais tempo de serviço, que têm graduação, pós-graduação e doutorado, cuja tabela de vencimentos, na verdade, ficou praticamente sem alteração tanto vertical quanto horizontal.

Nesse aspecto, deputado Reno Caramori, penso que o governo tem que dialogar porque a melhor solução é o diálogo; o governo tem que fazer uma proposta, receber uma contraproposta, pois já que não pode pagar de imediato, ofereça um escalonamento. Agora, o que não pode ocorrer é a ruptura do diálogo!

Não tive a oportunidade de me manifestar quando os professores estiveram aqui, mas quero dizer que a nossa bancada é favorável ao diálogo e dele vai participar até chegarmos a uma negociação. Inclusive, o deputado Jean Kuhlmann, vice-líder do governo, já se manifestou e colocou-se à disposição.

Agora, não é justo não criar a possibilidade do diálogo para negociar, para fazer uma proposta a esses professores que há anos esperam um retorno do estado, senão ficarão desmotivados, continuarão em greve, que não é boa para ninguém, principalmente para os estudantes. Sei que em muitas cidades há a participação de crianças no movimento, mas não vejo isso como saudável. Então, o quanto antes houver o diálogo, a negociação, melhor para todos, principalmente para os estudantes de Santa Catarina.

O Sr. Deputado Reno Caramori - V.Exa. me permite um aparte?

O SR. DEPUTADO SILVIO DREVECK - Pois não!

O Sr. Deputado Reno Caramori - Deputado, as coisas estão bem claras, ou seja, esta Casa tem a grande responsabilidade de cumprir com a sua função parlamentar.

Quando o então governador Luiz Henrique da Silveira entrou com uma Adin contra a lei federal do piso salarial, comentamos, nas nossas reuniões de terça-feira, que seria muito prejudicial ao estado, não ao governo de então, não cumprir a lei. Mesmo assim ele tentou ganhar tempo, deixando os professores a esperar. Essa é a realidade.

A Justiça é morosa, como sabemos, em todos os sentidos. Houve esse processo todo, o tempo foi passando e agora a Justiça reconheceu a constitucionalidade da lei. Então, a lei está valendo e tem que ser cumprida. Lei é lei! Mas o ex-governador Luiz Henrique não cumpriu a lei, ingressou com uma Adin, mesmo sabendo que ao final o estado teria que pagar. A mesma coisa ocorreu com a criação da Invesc e com os precatórios, no governo Paulo Afonso.

Tenha certeza, deputado, que a sua preocupação é a nossa preocupação. E quero crer que o governador Raimundo Colombo haverá de achar uma solução pacífica para que os professores não sejam prejudicados e para que o estado encontre uma maneira legal de cumprir a legislação.

O SR. DEPUTADO SILVIO DREVECK - Muito obrigado, deputado. V.Exa. lembrou muito

bem que há coisas que transcendem aos governos, que transcendem às pessoas, pois são um compromisso do estado. E quando há responsabilidade do estado, vale tanto para pagamento, quanto para recebimento.

Já debatemos projetos importantes para Santa Catarina. Já houve manifestações a respeito de matérias sobre as quais alguns parlamentares não queriam permitir a votação, uma vez que era interessante politicamente protelar a deliberação. Lembro muito bem de um projeto que tratava de financiamento de longo prazo, que é bom para quem contrai, já que atende às reivindicações da população, mas é muito complicado para quem tem que continuar a pagar por muito tempo. Porém, compromisso do estado tem que ser cumprido, independentemente de quem seja o governo de plantão.

Vamos, portanto, encontrar um denominador comum e atender aos professores, dentro de uma forma escalonada e de acordo com as possibilidades do Orçamento do estado.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Obrigado, deputado!

O Sr. Deputado Kennedy Nunes - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Kennedy Nunes.

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Sr. presidente, gostaria de registrar que está passando o dia nesta Casa, comigo e com minha assessoria, mais uma pessoa que se inscreveu no nosso site para participar do dia de deputado.

A sra. Marinei da Silva está conhecendo como funciona a Casa e desde já quero agradecer a forma muito carinhosa como todos, inclusive v.exa., recebem essas pessoas. Marinei está vendo o trabalho dos deputados num bom dia, quando estamos com as galerias cheias de professores que lutam pelo cumprimento da lei.

Muito obrigado à Marinei e a todos os que estão-nos assistindo, que também podem inscrever-se em nosso site para passar um dia de deputado, para saber como é a vida de um parlamentar.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Passaremos à Ordem do Dia.

Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0276/2010.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada por unanimidade.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0162/2011, de origem governamental, que altera o art. 5º da Lei n. 9.940, de 1995, que autoriza o Poder Executivo a constituir empresa destinada à geração de recursos para alocação em investimentos públicos no território catarinense.

Conta com parecer favorável da comissão de Constituição e Justiça.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado por unanimidade.

O Sr. Deputado Jean Kuhlmann - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Jean Kuhlmann.

O SR. DEPUTADO JEAN KUHLMANN - Sr. presidente, por pedido dos srs. parlamentares, quero esclarecer uma dúvida do deputado Sílvio Dreveck, como prometi, porque havia um questionamento por parte da bancada do PP.

Na verdade, esse projeto apenas permite que não somente o secretário da Fazenda, mas também o indicado por ele, represente o estado nas reuniões da Invesc. É essa a mudança que o projeto insere nessa questão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - A PEC n. 0013/2010 está retirada de pauta. Da mesma forma o PL n. 0139/2011, de autoria do deputado Edison Andriano, por solicitação do próprio autor, que não pôde comparecer à presente sessão. Voltará à pauta da próxima terça-feira.

Esta Presidência comunica que serão enviadas aos destinatários as Indicações n.s.: 0309/2011, de autoria do deputado Mauro de Nadal; 0310/2011, de autoria do deputado Jorge Teixeira; 0311/2011, de autoria do deputado Nilson Gonçalves; e 0312/2011 e 0313/2011, de autoria do deputado Maurício Eskudlark, conforme determina o art. 206 do Regimento Interno.

A Presidência defere de plano os Requerimentos n.s.: 0624/2011, 0625/2011, 0626/2011, 0627/2011, 0628/2011 e 0629/2011, de autoria do deputado Dado Cherem; 0630/2011, 0631/2011 e 0632/2011, de autoria do deputado Nilson Gonçalves; 0633/2011, de autoria do deputado Maurício Eskudlark.

Requerimento n. 0634/2011, de autoria do deputado Neodi Saretta, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao ministério da Educação, no sentido de que seja instalada uma unidade do Instituto Federal Catarinense no município de Campos Novos.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado por unanimidade.

Pedido de Informação n. 0052/2011, de autoria do deputado Jailson Lima, a ser encaminhado ao presidente do Iprev, solicitando esclarecimentos sobre os aposentados que recebem benefícios do extinto Ipaesc e do Fundo de Previdência Parlamentar.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado por unanimidade.

Pedido de Informação n. 0053/2011, de autoria do deputado Padre Baldissera, a ser encaminhado ao secretário da Saúde e à presidenta da Fundação Catarinense de Educação Especial, solicitando esclarecimentos sobre o número de pessoas portadoras de deficiência residentes em Santa Catarina, bem como o valor do auxílio financeiro disponibilizado a elas e a suas famílias.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado por unanimidade.

Não há mais matéria na pauta da Ordem do Dia.

Passaremos à Explicação Pessoal.

Inscrito para falar o sr. deputado Neodi Saretta, a quem concedemos a palavra por até dez minutos.

(O deputado desiste.)

Com a desistência do deputado Neodi Saretta, concedemos a palavra ao sr. deputado Nilson Gonçalves.

(O deputado desiste.)

Com a desistência do deputado Nilson Gonçalves, concedemos a palavra ao sr. deputado Sargento Amauri Soares, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Sr. presidente, sra. deputada, srs. deputados, pessoas que nos acompanham pela TVAL, ouvintes da Rádio Alesc Digital e as aqui presentes na tarde desta quarta-feira.

As professoras e os professores que estavam aqui já foram embora, mas mesmo assim vou voltar a falar sobre a Medida Provisória n. 188, apresentada pelo governo a este Poder Legislativo no dia de ontem.

Já manifestamos ontem a nossa posição, e é fácil entender a intenção da proposta, o objetivo da proposta, o caráter da proposta. A medida provisória retira direitos históricos da categoria, melhorando um pouquinho o salário atual dos professores que ganham menos. Seria a mesma coisa que trocar um monte de direitos por um pouquinho de dinheiro, o que é um mau negócio para todo servidor público, porque o direito é para sempre e o dinheiro, principalmente quando é bem pouquinho, e é o caso, em pouco tempo a inflação come, e fica-se sem o dinheiro e sem o direito.

Então, está de parabéns o Magistério estadual pelo nível de unidade, de organização. E a nossa posição segue a posição da maioria, da quase totalidade dos trabalhadores na Educação.

Essa medida provisória precisa ser considerada inadmissível, o governo do estado precisa reabrir a discussão e dentro das suas condições apresentar uma proposta que não fira direito algum do Magistério. Essa proposta deve, inclusive, ser discutida com a representação do Magistério, com o Sinte, com a associação dos aposentados, para não ferir e não retirar nenhum direito da categoria. E a partir daí buscar a forma de implementar o piso, porque evidentemente se aumenta o piso é preciso aumentar o teto, do contrário se estará ocasionando um achatamento da carreira e deixando justamente os professores mais qualificados e com mais tempo de serviço sem nenhum incremento salarial e com perda de direitos, o que é lamentável, porque o próprio texto da medida provisória revoga um conjunto de artigos de leis, inclusive de leis complementares e leis promulgadas desde a década de 90, que são conquistas do Magistério, que não vai abrir mão em permuta de alguns poucos trocados para os professores mais mal remunerados.

Na verdade, todos os professores são muito mal remunerados, inclusive nos municípios. Na hora do vamos ver, na hora de cumprir a lei, acontecem as várias formas de tergiversar. E assim é também na hora do salário dos servidores da Segurança Pública, da Saúde, enfim, do conjunto dos servidores públicos, quando sempre se invoca a Lei de Responsabilidade Fiscal.

Outros argumentos já mostraram que o estado tem gastado menos do que a Lei de

Responsabilidade Fiscal autoriza. No começo de 2009 estava em 37% o gasto com pessoal, quando o limite prudencial é de 46,55% da receita corrente líquida, o que, em Santa Catarina, representa mais de R\$ 1 bilhão. Entretanto, ainda continuam usando a Lei de Responsabilidade Fiscal como desculpa, o que não é verdade, porque essa lei permite gastar muito mais com salários; melhorar os salários; cumprir o piso do Magistério estadual; melhorar o salário dos praças da Polícia Militar, do Corpo de Bombeiros, da base da Segurança Pública, incorporando aquela penca de abonos que não incide sobre nenhum outro direito; e incorporar os abonos dos servidores da Saúde do estado de Santa Catarina. Permite tudo isso sem chegar ao limite prudencial determinado pela Lei de Responsabilidade Fiscal.

Então, na verdade o dinheiro está sendo usado para outro objetivo, além daquela questão colocada pelo deputado Padre Pedro Baldissera, do Fundo Social, que de social tem muito pouco. É apenas uma forma de tirar dinheiro do Orçamento, da conta única e transferir para uma conta separada para ser utilizado conforme a vontade exclusiva do governador.

O Fundo Social é uma forma do dinheiro, que deveria ser arrecadado normalmente na forma de imposto, não ir para a conta única e não ser repassado para a Saúde, para a Educação e para a Segurança. É uma forma, inclusive, a nosso ver, de burlar a Constituição e dessa forma é evidente que vai faltar dinheiro, porque os recursos vão para os mais variados lugares menos para os serviços essenciais - Educação, Saúde e Segurança.

Quero falar sobre a audiência pública que realizamos na manhã de hoje, requerida pelo nosso mandato por solicitação da sociedade civil, a fim de discutir a situação das autoescolas.

Gostaria de agradecer e parabenizar as autoridades do Poder Executivo - secretaria de Segurança Pública, Procuradoria-Geral do Estado e Detran - e do Ministério Público por terem tomado a atitude correta de dizer, mesmo que através de um termo de ajustamento de conduta e de forma transitória, que não pode haver reserva de mercado no estado de Santa Catarina para um serviço que é uma concessão pública - as autoescolas.

A partir das 8h da manhã de hoje todas as autoescolas foram reabertas no estado de Santa Catarina e vamos precisar discutir novamente essa questão nos próximos meses, uma vez que o TAC - Termo de Ajustamento de Conduta - estabelece que o Detran deverá realizar, em seis meses, um processo licitatório. Precisamos estabelecer uma legislação coerente com a necessidade da sociedade catarinense e não amarrada aos interesses corporativos de pequenos grupos privilegiados que, através de relações, não sei quais, com setores do poder, inclusive deste Poder, estabelecem uma relação de reserva de mercado, fechando ou proibindo a abertura de autoescolas.

Em Santa Catarina, como dissemos pela manhã, é mais fácil abrir uma universidade do que abrir uma autoescola. Nos últimos 20 anos, foram abertas mais universidades em Santa Catarina do que autoescolas, proporcionalmente falando, o que mostra que existe alguma coisa errada nessa política. Logo, nós, parlamentares, temos a obrigação de rever, de analisar o que foi discutido e aprovado aqui nos últimos cinco anos e estabelecer uma lei que organize isso de forma justa, de forma equitativa.

Da nossa parte não existe nenhum interesse político, partidário, eleitoral e muito

menos qualquer interesse financeiro com relação a essa ou a qualquer questão. Trata-se de um serviço público que deveria ser prestado pelo estado à população, de preferência gratuitamente, mas o estado, não tendo condições, repassou desde sempre às empresas privadas mediante concessão e sob fiscalização.

Quero parabenizar as autoridades do Poder Executivo, repito, e, se me permitem, especialmente o diretor do Detran, sr. Vanderlei Rosso, pela postura, pela atitude, pelo que tem feito nos últimos tempos para organizar esse serviço no sentido de que funcione de uma forma decente como é necessário.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nilson Gonçalves) - Com a palavra o último orador inscrito em Explicação Pessoal na tarde de hoje, o deputado Kennedy Nunes, da querida Joinville, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Sr. presidente, srs. deputados, público que nos acompanha pela TVAL e pela Rádio Alesc Digital, catarinenses, mais uma vez faço a minha saudação à deputada por um dia, Marinei, que está acompanhando os trabalhos do Poder Legislativo nesta tarde.

Deputado Nilson Gonçalves, na quinta-feira passada participei de um debate na *Record News*, em Florianópolis, sobre um tema que estava causando preocupação a todos os brasileiros.

O ministério da Educação e Cultura preparou um *kit* sob a desculpa de ser um material destinado a combater a homofobia nas escolas. Deputado Sargento Amauri Soares, foi colocado algum material gráfico e audiovisual, que mostrava três tipos de atitudes, o lesbianismo, o homossexualismo e a bissexualidade.

A bancada católica, a bancada evangélica e a Frente Parlamentar em favor da Família no Congresso Nacional tiveram acesso a esse material, aos vídeos e também ao material gráfico, que foi preparado por uma agência de publicidade a pedido do MEC.

O deputado Romildo Titon se manifestou contrário a esse tipo de ação, até porque essas três frentes - católica, evangélica e da família - têm como linha de pensamento que a escola não tem esse papel e não deve dar esse tipo de educação, que a escola não deve passar para os alunos desde os sete anos um vídeo, por exemplo, sr. presidente, que mostre dois meninos, um de 10 e outro de 12 anos, beijando-se na boca ou qualquer outro tipo de ação similar, como constava do referido material.

Nesse debate de que participei da *Record News*, em Florianópolis, o debatedor que defendia esse material dizia que o ministro Haddad não sabia do material. Como não sabia? Deputado Nilson Gonçalves, como o ministro da Educação não vai saber sobre um material que vai ser distribuído nas seis mil escolas do Brasil?!

Deputado Reno Caramori, o ministro teve a cara de pau de dizer que não sabia, quando no Youtube ficou claro que o material estava sendo produzido por uma agência contratada pelo ministério da Educação e que falava sobre lesbianismo, homossexualismo e bissexualidade! Esse material foi chamado de *kit gay*. Como um ministro diz que não sabe?

Pois bem, entendo que isso não é papel da escola, mas da família. Mas hoje ainda ouvi a deputada Angela Albino dizer que a família está tão desestruturada que a escola passou a assumir tarefas que antes não eram

suas. Não acho que a escola tenha que fazer o papel da família. A escola tem que ensinar cidadania. A educação tem que ser dada em casa. O estado não pode intrometer-se naquilo que é da família. Cada qual tem o seu papel. Não gosto de ouvir que professor é a mãezinha do aluno. O professor ensina cidadania ao aluno, a mãe cuida dele em casa. Seja a mãe biológica, a mãe adotiva, a avó ou a tia. O professor não faz faculdade de Pedagogia para ensinar na escola o que é de responsabilidade da família. Pelo menos assim aprendi e creio que os nobres deputados e as pessoas que nos assistem também assim aprenderam. Educação se recebe em casa! Ponto final.

Agora, quando se fala que o governo é laico, não é somente em função da religiosidade, mas também em relação aos costumes, e aí entra a questão da homofobia. Quando se fala em respeito, acho que não é apenas com relação à opção sexual do aluno, mas com relação a tudo. O deputado Joares Ponticelli é um grande *expert* no tema *bullying*. Estamos tratando dessa questão e o *bullying* envolve tudo. Agora, não posso aceitar quando o estado quer intrometer-se naquilo que é papel da família.

Mas assomei a esta tribuna para parabenizar a presidente Dilma Rousseff que, recebendo e acatando um pedido das bancadas evangélicas, católicas e da Frente Parlamentar em Defesa da Família, decidiu não distribuir mais o tal *kit gay*. Cancelou-o e decidiu que a matéria que falar dos costumes não será mais tratada da forma como vem sendo, ou seja, às

escondidas, deputado Maurício Eskudlark. Esse material estava sendo produzido escondido da sociedade. Ainda bem que vazou e houve todo esse trabalho.

É preciso trabalhar às claras, e quero mais uma vez, parabenizar a presidente Dilma Rousseff, que tomou essa decisão, mesmo contrariando o tal ministro da Educação, que dizia que não sabia de nada! Não sei! Parece que isso é meio que prática de alguns no governo. Em Joinville está assim também. Em Joinville, deputado Nilson Gonçalves, o prefeito fala uma coisa e faz outra. Parece que existe uma escola, uma linha do Partido dos Trabalhadores, uma ala que parece que gosta de falar uma coisa e fazer outra.

O deputado Marcos Vieira hoje comentou sobre um representante que falou uma coisa e fez outra. Há pessoas que gostam disso! Ainda bem que a presidente tomou uma posição e entendeu que isso não é papel do governo! Isso é decisão de quem está dentro de casa! Isso é papel da família! Senão daqui a pouco vamos ter o governo sendo o pai e a mãe de todos e responsável pela educação familiar!

Aonde vamos chegar, deputado Reno Caramori? Será que o governo vai ter que fazer a gestão do dinheiro público, a gestão da coisa pública e ainda educar os filhos dos outros?! Volto a dizer que o professor, o mestre não fez Pedagogia para educar ninguém, mas para formar o cidadão. Não aceito quando dizem que professora é mãezinha ou paizinho. Não é! Isso está tirando a autoridade dos professores, que

têm como função principal a de formar cidadãos. Quem tem que educar, quem tem que discutir a questão dos costumes não é o governo, os professores, mas o pai, a mãe, a avó, em casa, que é o local certo para conversar e educar os filhos.

Portanto, quero parabenizar a bancada católica, a bancada evangélica e a Frente Parlamentar em Defesa da Família, que fizeram chegar aos ouvidos da presidente Dilma Rousseff essa camuflagem que o ministro da Educação estava fazendo com o GLBT para introduzir um material absurdo dentro das escolas públicas do país!

Por isso, repito, quero parabenizar o trabalho desses parlamentares que estão trabalhando em defesa da família e em defesa da escola como formadora de cidadãos. Ado, ado, cada um no seu quadrado!

Muito obrigado, sr. presidente!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nilson Gonçalves) -

Não há mais oradores inscritos.

Livre a palavra a todos os srs. deputados.

(Pausa)

Não havendo mais quem queira fazer uso da palavra, esta Presidência, antes de encerrar a presente sessão, convoca outra, ordinária, para quinta-feira, à hora regimental, com a seguinte Ordem do Dia: matérias em condições regimentais de serem apreciadas pelo Plenário.

Está encerrada a sessão.

ATOS DA MESA

ATOS DA MESA

ATO DA MESA Nº 167, de 12 de abril de 2011

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC, e tendo em vista o que consta do Processo nº 0314/2011,

RESOLVE: com fundamento no art. 6º da Emenda Constitucional nº 41, de 19 de dezembro de 2003,

CONCEDER APOSENTADORIA Voluntária por Tempo de Contribuição, ao servidor **PAULO CESAR DE BONA PAMATO**, matrícula n.º 0580, no cargo de Consultor Legislativo II, código PL/ASI-63, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, com proventos integrais observada a paridade, consoante prescreve o artigo 7º da Emenda Constitucional nº 41/2003, e o artigo 2º da Emenda Constitucional nº 47, de 05 de julho de 2005.

REPUBLICADO POR INCORREÇÃO.

Deputado **GELSON MERISIO** - Presidente

Deputado Reno Caramori - Secretário

Deputado Antônio Aguiar - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 220, de 31 de maio de 2011

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC, e tendo em vista o que consta do Processo nº 0679/11,

RESOLVE: com fundamento no art. 28 da Resolução nº 002, de 11 de janeiro de 2006,

ATRIBUIR ao servidor **GERSON DA ROSA**, matrícula nº 1079, **ADICIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO**, em nível de Especialização, no valor correspondente ao índice 1,8658, estabelecido no Anexo X, da Resolução nº 002, de 11 de janeiro de 2006, com efeitos a contar de 09 de maio de 2011.

Deputado **GELSON MERISIO** - Presidente

Deputado Reno Caramori - Secretário

Deputado Antônio Aguiar - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 221, de 31 de maio de 2011

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC, e tendo em vista o que consta do Processo nº 0607/11,

RESOLVE: com fundamento no art. 6º da Emenda Constitucional nº 41, de 19 de dezembro de 2003,

CONCEDER APOSENTADORIA por tempo de contribuição, a servidora **IRENE OLIVEIRA**, matrícula n.º 1382, no cargo de Técnico Legislativo, código PL/TEL-45, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, com proventos integrais observadas a paridade na forma da lei.

Deputado **GELSON MERISIO** - Presidente

Deputado Reno Caramori - Secretário

Deputado Antônio Aguiar - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 222, de 31 de maio de 2011

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC, tendo em vista o que consta do Processo nº 0482/11,

RESOLVE: com fundamento no art. 85, inciso VII, da Lei nº 6.745, de 1985, c/c a Resolução nº 012, de 22 de dezembro de 2009 c/c o Ato da Mesa nº 315, de 19 de maio de 2010, deste Poder,

CONCEDER a **HELOISA HELENA DA SILVA LAFUENTE**, matrícula nº 2034, lotado na Coordenadoria de Saúde e Assistência, ocupante do cargo de Técnico Legislativo, código PL/TEL-47, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, **GRATIFICAÇÃO DE INSALUBRIDADE** correspondente à execução de atividade insalubre de grau médio - 30% (trinta por cento) do valor do cargo de provimento efetivo de Técnico Legislativo, nível 30, do Grupo de Atividades de Nível Médio, com eficácia financeira a contar de 1º de março de 2010.

Deputado **GELSON MERISIO** - Presidente

Deputado Reno Caramori - Secretário

Deputado Antônio Aguiar - Secretário

*** X X X ***

PUBLICAÇÕES DIVERSAS

ATAS DAS COMISSÕES PERMANENTES

ATA DA 1ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS, DE AMPARO À FAMÍLIA E À MULHER, REFERENTE À 1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 17ª LEGISLATURA, REALIZADA NA DATA DE 04 DE MAIO DE 2011, ÀS 16 HORAS, NA SALA DE IMPRENSA.

Às dezesseis horas, do dia quatro do mês de maio do ano de dois mil e onze, reuniram-se, sob a Presidência da *Deputada Luciane Carminatti*, os *Deputados: Romildo Titon, Ismael dos Santos, Angela Albino, Dirce Heiderscheidt, Kennedy Nunes e Maurício Eskudlark*. A Presidente agradeceu a presença dos Deputados e colocou em votação Ata da primeira Reunião Ordinária, de quinze de março de dois mil e onze, que foi aprovada por unanimidade. A Presidente relatou o PL./0310.1/2011, que foi aprovado por unanimidade; em seguida passou a palavra ao *Deputado Ismael dos Santos*, que relatou os OF./0009.6/2011, OF./0036.9/2011, OF./0067.5/2011, OF./0066.4/2011 e OF./0085.7/2011, todos aprovados por unanimidade. Em seguida passou a palavra ao *Deputado Kennedy Nunes*, que relatou os OF./0010.0/2011, OF./0032.5/2011, OF./0041.6/2011 e OF./0086.8/2011, aprovados por unanimidade; passou a palavra ao *Deputado Romildo Titon*, que relatou o OF./0037.0/2011, aprovado por unanimidade; passou a palavra ao *Deputado Maurício Eskudlark*, que relatou os OF./0030.3/2011, OF./0045.0/2011 e OF./0022.3/2011, todos aprovados por unanimidade. Dando continuidade, a Presidente colocou em votação o Requerimento da *Deputada Ana Paula Lima*, que solicita Audiência Pública para tratar da Realidade das Políticas Públicas para a Infância e Adolescência em SC, a Presidente também apresentou Requerimento de solicitação de 03 Seminários para Mulheres no Oeste, com a participação e apoio da Escola do Legislativo, aprovados por unanimidade, em seguida apresentou requerimento do *Deputado Joares Ponticelli*, sobre Escola Básica Leopoldo Jacobsen, de Taio, referente transporte de alunos, todos concordaram em encaminhar o referido assunto a Comissão competente Educação. Passou a palavra ao *Deputado Maurício Eskudlark*, para relatar o OF./ROMA nº 0003/2011, Criação da Coordenadoria Estadual de Políticas Públicas de Promoção LGBT de Santa Catarina, em suas colocações alega competência do Poder Executivo, sugerindo encaminhamento de um pedido de Indicação ao Chefe do Poder Executivo, para que envie a esta Casa Projeto de Lei, em votação a *Deputada Angela Albino* solicitou pedido de vista. Nada mais havendo a tratar a Presidente encerrou a reunião, da qual eu,.....Mª de Lourdes Nasário, Chefe de Secretaria, lavei a presente ata, que após lida e aprovada, será assinada pela Presidente e publicada no Diário da Assembleia Legislativa.

Sala das Comissões, em 04 de maio de 2011.

Deputada Luciane Carminatti

Presidente

*** X X X ***

ATA DA 12ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO, REFERENTE À 1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 17ª LEGISLATURA.

Às nove horas do dia vinte e cinco de maio de dois mil e onze, sob a Presidência do *Deputado Darci de Matos*, reuniram-se os Deputados Membros da Comissão de Finanças e Tributação: *Neodi Saretta, Manoel Mota, Marcos Vieira, Silvio Dreveck, Aldo Schneider, Sargento Amauri Soares e Luciane Carminatti*. Aberto os trabalhos, o *Deputado Presidente* colocou em discussão a Ata da 11ª reunião ordinária, que em votação, foi aprovada por unanimidade. Ato contínuo, o *Senhor Presidente* passou a palavra aos Senhores Deputados para relatarem as matérias em pauta: O *Deputado Neodi Saretta* relatou o PL./0134.3/2011, que define competências e atribuições da SC Participações e Parcerias S.A. - SCPAr e estabelece outras providências. O Projeto de Lei propõe alterar e acrescentar algumas questões em relação a essa matéria. Seu parecer foi favorável. Por se tratar de um Projeto de Lei de grande importância, foi solicitado vista em gabinete pelos Deputados: *Manoel Mota, Marcos Vieira, Silvio Dreveck, Darci de Matos e Aldo Schneider*. O *Deputado Aldo Schneider* relatou o PL./0132.1/2011, que autoriza a compensação financeira de créditos do Estado junto à agência de fomento do Estado de Santa Catarina S.A. - BADESC, para atendimento emergencial de atividades empresariais em municípios catarinenses atingidos pelas catástrofes

climáticas ocorridas em janeiro e fevereiro de 2011. O projeto representa todos os municípios que decretaram estado de calamidade pública nesse período. O BADESC está proporcionando uma linha de crédito, onde o Estado através da agência de fomento, irá assumir os juros, num valor estipulado em três milhões de reais, sendo que este valor emprestado volta para o Estado em um período de trinta e seis meses. Sendo que um milhão e meio de reais é para capital de giro e o restante para máquinas e equipamentos, para auxiliar as empresas atingidas nos municípios, que decretaram estado de emergência. Portanto seu parecer foi favorável, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. O *Deputado Darci de Matos* relatou o PL./0151.4/2011, que autoriza a doação de imóveis no município de Rio do Campo, para a ampliação da Biblioteca Municipal Dr. Nereu Ramos e instalação de Museu por parte do referido município. Sendo assim, seu parecer foi favorável, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. Nada mais havendo a tratar, o *Senhor Presidente* encerrou a presente reunião, onde para constar eu, *Vilson Elias Vieira*, Chefe de Secretaria, lavei a presente Ata que, após ser lida e aprovada por todos os Membros da Comissão, será assinada pelo Presidente e posteriormente publicada no Diário desta Assembleia.

Sala das Comissões, vinte e cinco de maio de dois mil e onze.

Deputado DARCI DE MATOS

Presidente da Comissão de Finanças e Tributação

Em Exercício

*** X X X ***

ATA DE INSTALAÇÃO DA COMISSÃO DE TURISMO E MEIO AMBIENTE DA PRIMEIRA SESSÃO LEGISLATIVA DA DECIMA SETIMA LEGISLATURA

Às onze horas do dia dezesseis de fevereiro de dois mil e onze, reuniram-se os Senhores Deputados *Ada de Luca, Altair Guidi, Gilmar Knaesel, Jorge Teixeira, Neodi Saretta, Renato Hinnig e Valmir Comin*, para instalação e eleição do Presidente e Vice-Presidente da Comissão de Turismo e Meio Ambiente. Os trabalhos foram abertos pelo *Deputado Gilmar Knaesel*, em obediência ao Regimento Interno, solicitou aos Membros candidatos a Presidente e Vice-Presidente que fizessem suas inscrições visando concorrer aos cargos. Foram apresentados os nomes dos senhores Deputados *Neodi Saretta* para Presidente e do *Deputado Renato Hinnig*, para Vice-Presidente. Prosseguiu-se a chamada nominal e exerceram o direito de voto todos os membros presentes, tendo sido os mesmos eleitos por unanimidade. A posse deu-se em seguida a eleição. Fazendo uso da palavra, o *senhor Deputado Neodi Saretta* agradeceu aos Deputados Membros pela sua eleição. Nada mais havendo a tratar, o *senhor Presidente* considerou encerrada a reunião, da qual eu, *Newton Ladislau Zomkowski*, Chefe de Secretária da Comissão, digitei a presente ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Presidente e membros presentes. Florianópolis em vinte e três de fevereiro de dois mil e onze.

Deputado Altair Guidi

Deputado Gilmar Knaesel

Deputado Jorge Teixeira

Deputado Neodi Saretta

Deputado Renato Hinnig

Deputado Valmir Comin

*** X X X ***

ATA DA PRIMEIRA REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE TURISMO E MEIO AMBIENTE DA PRIMEIRA SESSÃO LEGISLATIVA DA DECIMA SETIMA LEGISLATURA

Às onze horas do dia dois de março de dois mil e onze, reuniram-se os Senhores Deputados *Ada de Luca, Altair Guidi, Edison Andrino, Gilmar Knaesel, Jorge Teixeira, Neodi Saretta, e Valmir Comin*, também esta presente o *Senhor Murilo Flores*, Presidente da FATMA. O *Senhor Presidente* dando início aos trabalhos agradece a presença de todos e passa a palavra ao Presidente da FATMA, *Murilo Flores* que faz a apresentação do Panorama do quadro administrativo, seus problemas de falta de pessoal técnico no tocante à fiscalização ambiental, excesso de processos a serem analisados. (**Senhor Murilo Flores**) - "Atividades principais atuais, Licenciamento ambiental; Fiscalização; Gestão de Unidades de Conservação; Balneabilidade; Educação ambiental. Processos Formalizados em 2010, Licenciamento: 15582, Exploração Florestal: 13466, Certidão Atividade e Conformidade Ambiental: 3618 Total Geral 32.666. Processos Formalizados em 2011: Licenciamento: 1369, Exploração Florestal: 1887, Certidão Atividade e Conformidade Ambiental: 1378- Total Geral: 4634.

Morosidade nas nomeações: Alguns gerentes serão nomeados ainda esta semana. Outros necessitam de acertos locais. Licenças liberadas: A FATMA está formatando programa para colocar tudo na internet. As licenças liberadas, o andamento dos processos, pareceres, decisões, etc. para maior transparência e tranquilidade. Todos podem saber o quê, quem e porque liberou o processo. Qualquer pessoa terá acesso aos dados pela internet. Haverá um Comitê Gestor que se reunirá semanalmente para estudar os processos. As reuniões em Florianópolis acontecem as sextas feiras. Sobre a demora dos licenciamentos - Nem tudo é responsabilidade da FATMA. Muitas empresas remetem processos com documentação incompleta e quando são solicitadas demoram a atender e cita vários exemplos. **(O Senhor Deputado Neodi Saretta)** - É importante a transparência porque tranquiliza a sociedade. Que se nomeiem as secretarias regionais para que os gerentes possam assinar os licenciamentos. **(Senhor Murilo Flores)** - Sobre a extinção das 22 gerências regionais: na verdade estão sendo extintas gerências que não existem ou só existiam no papel. Para funcionar uma secretaria regional necessita quadros (engenheiros ambientais, biólogos, agrônomos, técnicos, carros, instrumentos). A Fatma se auto mantém com o quadro atual, mas sua arrecadação é insuficiente para contratar mais pessoal. **(Deputado Edison Andrino)** manifesta preocupação com as 22 gerências regionais. **(Deputado Gilmar Knaesel)** - Afirma que a extinção das gerências preocupa e pergunta Como está o embate do Código Ambiental aprovado em Santa Catarina com o IBAMA, o Ministério Público e a lei federal? **(Senhor Murilo Flores)** - O Código Ambiental Catarinense se consolida. O Governo Federal também entende a questão e começa a haver melhor entendimento. Estão sendo feitos estudos para determinar o que é área do entorno, porque aqui em SC, entre a APA da baleia Franca e a Serra do Tabuleiro, todo o litoral catarinense fica sem poder construir nada. **(Deputado Valmir Comin)** pergunta por que o governo não responde judicialmente quando um funcionário da FATMA é processado? O Ministério Público, as ONGs, o Instituto Chico Mendes são atuantes e os técnicos acabam ficando com receio de dar um parecer. Qual é a situação do processo de gratificação dos servidores? **(Senhor Murilo Flores)** - Em Meio Ambiente a palavra é conflito e um mais um não é dois. Sempre pode haver opinião divergente entre dois técnicos competentes e de comportamento ilibado. Não existe base legal para o Estado fazer a defesa do funcionário. O governo LHS encaminhou um projeto sobre isso, mas não foi aprovado. Sobre a gratificação ambiental o projeto será encaminhado prontamente para a ALESC. **(Deputado Altair Guidi)** - Solicita que as nomeações para as áreas de conflito como é o caso de Criciúma sejam feitas por critérios técnicos. Criciúma é área de mineração de carvão o que gera muito conflito na região. Pergunta também qual é a situação da vegetação exótica em mata nativa. **(Senhor Murilo Flores)** que falta regulamentar a lei para a retirada da vegetação exótica. **(O Senhor Deputado Neodi Saretta)** - Agradeço a presença de todos. Nada mais havendo a tratar, o senhor Presidente considerou encerrada a reunião, da qual eu, Newton Ladislau Zomkowski, Chefe de Secretária da Comissão, digitei a presente ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Presidente. Florianópolis em dois de março de dois mil e onze.

Deputado Neodi Saretta

*** X X X ***

ATA DA SEGUNDA REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE TURISMO E MEIO AMBIENTE DA PRIMEIRA SESSÃO LEGISLATIVA DA DECIMA SETIMA LEGISLATURA

Às onze horas do dia dezesseis de março de dois mil e onze, reuniram-se os Senhores Deputados Altair Guidi, Edison Andrino, Gilmar Knaesel e Neodi Saretta. Justificaram a ausência: Deputado Jorge Teixeira e Valmir Comin. Também estiveram presentes os senhores Valdir Rubens Walendowski - Presidente da SANTUR e Flávio Luis Agustini - diretor de Marketing. (Dr Valdir R Walendowski) - O turismo representa 12,5% do PIB de SC. Este ano o turismo encolherá pela situação do Oriente Médio e do Japão. Quem mais gasta no mundo em turismo é o europeu e entre o europeu, são os alemães. Dados oficiais da TAM - empresa aérea afirma que o maior número de passageiros para o Brasil vem da Alemanha. SC foi considerada pela 4ª vez consecutiva o melhor destino do Brasil. MAS em SC temos alguns gargalos: Rodovias e aeroportos. O mercado que mais nos interessa por ordem é: Brasil, America Latina e Europa. SP é o maior emissor de turismo da America Latina, o 2º maior é o interior de SP. SC segue todas as orientações políticas da EMBRATUR para o turismo. Apresenta os eventos para 2011, direcionados as operadoras de turismo e ao grande público. Afirma que o Fundo do Turismo aprovado pela ALESC foi providencial para o desenvolvimento das ações e hoje SC apresenta material em 16 idiomas. A SANTUR tem parceria com a FATMA para desenvolvimento do turismo de natureza e de aventura, nos seus 10 diferentes parques, visando o turismo e garantindo o Meio Ambiente. SC está desenvolvendo o turismo segmentado, como exemplo observação das

baleias e IGLTA. Existe o debate sobre apresentar uma nova marca porque a marca BELA E SANTA CATARINA tem significado apenas em território nacional. Apresenta vários eventos que acontecerão em Florianópolis no decorrer do ano. (Deputado Neodi Saretta) - pergunta por que no site da SANTUR aparece a maior demanda como viagens de negócios e não de turismo. Presidente responde que: Maior PIB em SC são os diferentes negócios e as viagens de negócios também geram turismo. A CIASC está desenvolvendo um software para uma pesquisa digitalizada a ser realizada em SC com as novas tecnologias. (Deputado Edson Andrino) - Nosso grande problema é a infraestrutura, temos problemas de segurança, mobilidade, abastecimento de água, mão de obra qualificada. Neste verão de 2011, quatro turistas estrangeiros sofreram atentados e atropelamentos e isto gera publicidade negativa. Como está o trabalho com os demais órgãos? Levanta também o problema do calendário escolar perguntando se não há maneiras de unificar o calendário em todo o país. (Deputado Altair Guidi) - SC tem dificuldade no setor educacional. É necessário educar para ter mão de obra qualificada. (Deputado Gilmar Knaesel) - Cumprimenta o Dr Valdir Walendowski como um dos melhores dirigentes de turismo no país e afirma que TURISMO significa a verdadeira PPP - é Parceria Público Privada. Podemos ter o melhor produto, mas se o atendimento falhar perderá o cliente. O sucesso da SANTUR se dá pela continuidade das ações e a ALESC é responsável por parte deste sucesso. Aprovou o Fundo do Turismo e o Plano de Esportes - leis fundamentais para o desenvolvimento das ações de turismo. Outro dado importante é a regionalização. Temos 10 regiões turísticas definidas, com material impresso de ótima qualidade. Aponta Problemas - É necessário renovar o pessoal da SANTUR, fazer concurso público e resolver o problema das estradas e do aeroporto. Solicita que seja enviado expediente para o Senado Federal e Câmara dos deputados para votar a lei que regulariza a profissão de turismólogo que está parada há 10 anos no Congresso. Solicita reunião da Comissão com os transportadores de turismo - tipo Vans para ouvir os problemas que o setor enfrenta com a ANTT. (Deputado Neodi Saretta) - Agradeço a presença de todos. Nada mais havendo a tratar, o senhor Presidente considerou encerrada a reunião, da qual eu, Newton Ladislau Zomkowski, Chefe de Secretária da Comissão, digitei a presente ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Presidente. Florianópolis em dois de março de dois mil e onze.

Deputado Neodi Saretta

*** X X X ***

ATA DA TERCEIRA REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE TURISMO E MEIO AMBIENTE DA PRIMEIRA SESSÃO LEGISLATIVA DA DECIMA SETIMA LEGISLATURA

Às onze horas do dia treze de abril de dois mil e onze, reuniram-se os Senhores Deputados Edison Andrino, Gilmar Knaesel Jorge Teixeira, Valmir Comin e Neodi Saretta. Justificou a ausência o Deputado Altair Guidi. O Senhor Deputado Neodi Saretta dá início à reunião cumprimentando os presentes e é aprovada a ata da reunião anterior. O Senhor Deputado Jorge Teixeira - Apresenta o PLO71/2009 que dispõe sobre a coleta de frascos de medicamentos vazios ou vencidos no estado de Santa Catarina, seu parecer é pela aprovação junto com emenda modificativa, pedido de vista em gabinete dos deputados Edson Andrino e Gilmar Knaesel. O Senhor Deputado Neodi Saretta - Notifica solicitação da Secretaria do Desenvolvimento Sustentável para a nomeação de dois membros para compor a Comissão Interinstitucional de Educação Ambiental de Santa Catarina - CIEA/SC. Dois deputados mostraram-se interessados, sendo aprovados os nomes do deputado Jorge Teixeira como titular e Valmir Comin como suplente. O senhor Presidente apresenta o convite da Universidade Regional de Blumenau para a abertura do II Seminário sobre Inventário Florestal, dia 04 de maio de 2011. Comunica recebimento de requerimento do deputado Dirceu Drech para que a Comissão participe da organização do Fórum de Energias Renováveis e Consumo Sustentável - SUSTENTAR 2011. O assunto ficou para ser decidido na próxima reunião. O Presidente convoca reunião da Comissão para o dia 27 de abril de 2011, neste mesmo horário e local para a eleição do vice-presidente da Comissão. Nada mais havendo a tratar, o senhor Presidente considerou encerrada a reunião, da qual eu, Newton Ladislau Zomkowski, Chefe de Secretária da Comissão, digitei a presente ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Presidente. Florianópolis em dois de março de dois mil e onze.

Deputado Neodi Saretta

*** X X X ***

ATA DA QUARTA REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE TURISMO E MEIO AMBIENTE DA PRIMEIRA SESSÃO LEGISLATIVA DA DECIMA SETIMA LEGISLATURA

Às onze horas do dia onze de maio do ano de dois mil e onze, reuniram-se na sala de Imprensa as Comissões de Turismo e Meio Ambiente Presidida Pelo Deputado Neodi Saretta; Agricultura e Política Rural Presidida pelo Deputado Aldo Schneider, Presentes os Senhores Depu-

tados Membros da Comissão de Agricultura: José Nei Alberton Ascari, José Milton Scheffer, Dirceu Dresch e justifica a ausência do Deputado Adilro Guglielmi (Doia), por estar em viagem à Brasília. Membros da Comissão de Turismo e Meio Ambiente: Altair Guidi, Edson Andrino e Jorge Teixeira. Esteve presente na reunião a Comissão da Produção Orgânica em Santa Catarina os Senhores Dionízio Bach da Companhia Nacional de Abastecimento - CONAB, Mauro Beal da Câmara Italiana de Indústria e Comércio de Santa Catarina - CISC, Paulo Tagliari Comitê de Defesa do Consumidor Organizado - DECONOR e Paulo Zoldan da Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina - EPAGRI. A reunião foi aberta pelo Presidente Neodi Saretta, com objetivo de atender a Comissão Orgânica de Santa Catarina onde trataram do lançamento da Semana Nacional de Alimentação Orgânica que acontece em todo o País, de trinta e um de maio a cinco de junho, promovido pelo Ministério de Agricultura, com o intuito de esclarecer a população sobre a importância da alimentação orgânica e desenvolvimento de ações para a promoção de alimentos naturais livres de agrotóxicos. A palavra foi cedida ao Senhor Paulo Zoldan Pesquisador da Epagri. Para ele, a produção orgânica no Estado ainda é pouco desenvolvida, e a maioria é pequenos produtores e não podem produzir em grandes quantidades, e isso é ponto favorável a eles. O Senhor Mauro Beal da Câmara Italiana de Comércio e Indústria, disse que no exterior a procura por produtos orgânicos é muito grande. E para o Estado, é uma chance de conquistar os novos mercados que estão se abrindo, tendo ganhos na sustentabilidade e agregação de valor, criando até mesmo um perfil para a produção agroindustrial catarinense, servindo de referencia para o Brasil. O Senhor Dionízio Bach, disse que ainda encontra-se entraves para a produção orgânica de Santa Catarina, tais como: falta de incentivo e de divulgação por parte do Governo. E solicitaram aos Senhores Deputados instituição de políticas públicas ao seguimento orgânico; aumento de recursos destinados a pesquisa, uma política de tributação diferenciada aos produtores orgânicos; inclusão dos produtos na merenda escolar. Apresentaram um Requerimento solicitando Audiência Pública e oferecendo um café com os Produtos orgânicos feitos dentro do estado, a serem realizados no dia trinta e um de maio com abertura do café das oito dez horas no Hall de entrada e em seguida Audiência Pública no Plenário da Assembleia Legislativa. O Deputado Altair Guidi sugeriu que a Comissão de Turismo e Meio Ambiente faça uma Indicação ao Governo do Estado solicitando promover propaganda para divulgar os produtos Orgânicos produzidos no Estado Catarinense. O Deputado Aldo Schneider acha difícil a inclusão dos produtos na merenda escolar, uma vez que a merenda já esta decidida, mas, sobre as demais reivindicações a Comissão de Agricultura aprova. O Presidente da Comissão de Turismo e Meio Ambiente também aprovou os encaminhamentos necessários paralelos a Comissão de Agricultura para as necessidades do Setor Orgânico no Estado. Nada mais havendo a tratar, os Senhores Presidentes encerram a reunião, da qual eu Newton Ladislau Zomkowski, Chefe de secretária lavrei a presente ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Presidente. Florianópolis em onze de maio de dois mil e onze.

Deputado Neodi Saretta
Presidente da CTMA
*** X X X ***

ATA DA QUINTA REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE TURISMO E MEIO AMBIENTE DA PRIMEIRA SESSÃO LEGISLATIVA DA DECIMA SETIMA LEGISLATURA

Às onze horas do dia vinte e cinco de maio do ano de dois mil e onze, reuniram-se na sala de Imprensa os Deputado Neodi Saretta; Altair Guidi, Edson Andrino, Jorge Teixeira e Dóia Guglielmi em substituição do deputado Gilmar Knaesel. Justificou a ausência a Senhora Deputada Dirce Heiderscheidt e o Deputado Valmir Comin. Esteve presente na reunião o Senhor Edson Gonçalves da Fundação Municipal de Defesa do Meio Ambiente de Concórdia. A reunião foi aberta pelo Presidente Neodi Saretta e procedeu-se a eleição do Vice Presidente da Comissão, sendo conduzido ao cargo o Senhor Deputado Altair Guidi. O Senhor Edson Gonçalves diz que será realizado em evento entre dezoito e vinte de outubro em Concórdia onde são reunidos todos os órgãos e entidades que existem no município, inclusive a Secretaria de Desenvolvimento Regional, ONGs, a Universidade do Contestado, temos o apoio da RBS. Estamos aqui para convidar esta Comissão para que seja parceira neste evento. A Comissão deliberou por unanimidade ser parceira do evento. Foi aprovado o requerimento do Deputado Altair Guidi convidando o Secretario de Estado do Desenvolvimento Sustentável, para participar de reunião na Comissão; o senhor deputado Altair Guidi solicita o envio de Correspondência ao Presidente da Casa e da Epagri, para que seja criada uma missão de estudo que vá a Itália, sobre os produtos orgânicos, acatado pela Comissão. Requerimento do Senhor Deputado Jorge Teixeira, para que seja enviado a AMAVI para que apresente nesta Comissão o "Projeto Tecnológico sobre Demarcações das Áreas de Reserva Legal, aprovado.

O Senhor Deputado relembra aos membros da Comissão que será realizada Audiência Pública no próximo dia trinta e um sobre os Produtos Orgânicos. Foi aprovado o PL./0071.5/2009, por maioria e o OF./0213.8/2010, por unanimidade. O Senhor Presidente da conhecimento de correspondência de Campo Belo do Sul, sobre exploração de pedreiras e cascalheiras e relatório do Tribunal de Contas sobre a CASAN. Nada mais havendo a tratar, os Senhores Presidentes encerram a reunião, da qual eu Newton Ladislau Zomkowski, Chefe de secretária lavrei a presente ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Presidente. Florianópolis em vinte e cinco de maio de dois mil e onze.

Deputado Neodi Saretta
Presidente da CTMA
*** X X X ***

AVISOS DE RESULTADO

AVISO DE RESULTADO

O Pregoeiro da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, designado pela Portaria n.º 2111/2011, comunica que, atendidas as especificações constantes do próprio edital, a licitação modalidade Pregão nº 014/2011, obteve o seguinte resultado:

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MOBILIÁRIOS DIVERSOS COM INSTALAÇÃO E MONTAGEM NO LOCAL.

LOTE ÚNICO

Vencedora: PERSONAL MÓVEIS & ESCRITÓRIOS LTDA. - EPP
Valor do Último Lance: R\$ 1.774.800,00
Florianópolis, 31 de maio de 2011

ANTONIO HENRIQUE C. BULCÃO VIANNA
PREGOEIRO
*** X X X ***

AVISO DE RESULTADO

O Pregoeiro da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, designado pela Portaria n.º2061/2011, comunica que, atendidas as especificações constantes do próprio edital, a licitação modalidade Pregão nº 010/2011, obteve o seguinte resultado:

OBJETO: Locação de copiadora/Impressora digital colorida (4 cores).

LOTE 01

EMPRESAVENCEDORA: HELIOPRINT LOCADORA DE EQUIPAMENTOS LTDA
Valor total último lance: R\$ 22.400,00
Florianópolis, 31 de maio de 2011

HELIO ESTEFANO BECKER FILHO
PREGOEIRO
*** X X X ***

EXTRATO

EXTRATO Nº 102/2011

REFERENTE: 06º Termo Aditivo ao Contrato CL nº 028/2006-00, celebrado em 16/05/2006.

CONTRATANTE: Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina

CONTRATADA: Silveira de Sá Transportes e Turismo Ltda- Me

OBJETO: O presente termo aditivo tem por finalidade prorrogar, em caráter excepcional e até que se conclua o processo licitatório que se encontra em andamento, a vigência do Contrato 028/2006-00 pelo período compreendido entre 01/05/2011 e 31/07/2011.

A Contratada tem ciência de que a Contratante poderá rescindir a contratação em prazo menor que o previsto no item anterior em virtude da superveniência de nova contratação congênera decorrente do processo licitatório em andamento, hipótese que não serão reclamadas o pagamento de verbas indenizatórias ou ressarcimentos de qualquer espécie, exceto aquelas relativas a efetiva realização de serviços.

FUNDAMENTO LEGAL: Art. 57, § 4º, da Lei nº 8.666/93; Cláusula Quarta do Contrato original; e, Autorização administrativa.

Florianópolis, 27 de maio de 2011.

Deputado Gelson Merisio - Presidente da ALESC
Francini Vieira Pavan- Sócia

*** X X X ***

OFÍCIOS

OFÍCIO Nº 221/11

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SANTA CATARINA GABINETE DA PRESIDÊNCIA

Ofício TC/GAP-9105/2011 Florianópolis, 30 de maio de 2011
Exmo. Sr.

Deputado Gelson Merisio

DD. Presidente da Assembleia Legislativa dos Estado de Santa Catarina
Rua Dr. Jorge Luz Fontes, 310
88020-900 - Florianópolis - SC

Senhor Presidente,

Cumprimentando-o cordialmente, encaminho a Vossa Excelência, em conformidade com o disposto o artigo 59, § 4º da Constituição Estadual, artigo 112, parágrafo único da Lei Complementar nº 202/2000 e artigo 296 da Resolução Nº TC 06/2011, *Relatório das Atividades do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina do primeiro trimestre de 2011*, compreendendo uma resenha do papel de ente fiscalizador, bem como de centro de competência estatal, abrangendo Balancetes e Empenhos, Relatório de Auditoria Interna TCE nº 31/2011, Relatório das Diárias e cópia dos processos licitatórios referentes ao período de abrangência.

Os procedimentos descritos nos documentos em anexo tendem a demonstrar a política deste Tribunal de disponibilizar, com transparência e solicitude, todas as informações necessárias, de modo a fazer o que determina Constituição Estadual.

Colocamo-nos à disposição de Vossa Excelência e das Comissões Legais da nobre Corte Legislativa do Estado para quaisquer outros esclarecimentos que se mostrarem necessários.

Ao ensejo, renovo meus protestos de estima e consideração.

Conselheiro Luiz Roberto Herbst

Presidente

*Lido no Expediente
Sessão de 31/05/11*

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 222/11

**TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SANTA CATARINA
GABINETE DA PRESIDÊNCIA**

Ofício TC/GAP-9099/2011 Florianópolis, 26 de maio de 2011

Ref: Processo Contas Governo do Estado - exercício de 2010

Exmo. Sr.

Deputado Gelson Merísio

DD. Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina
Rua Dr. Jorge Luz Fontes, 310

88020-900 - Florianópolis - SC

Senhor Presidente,

Com os meus cumprimentos a Vossa Excelência, tenho a satisfação de encaminhar a essa Augusta Assembleia Legislativa o Processo nº PCG - 11/00112798, que trata das Contas prestadas pelo Governo Estado de Santa Catarina, relativas ao exercício de 2010.

Cumprindo-me informar-lhe que o processo de Prestação de Contas foi submetido à apreciação do Tribunal Pleno, em Sessão Extraordinária realizada no dia 25 do corrente mês, dentro do prazo estabelecido no art. 59, inciso I, da Constituição do Estado de Santa Catarina.

Na oportunidade, foi emitido Parecer Prévio recomendando a aprovação das contas do Poder Executivo do Estado de Santa Catarina (C.E, art. 59, I e L.C. 202/2000, art. 47), referentes ao exercício de 2010, de responsabilidade dos Senhores Luiz Henrique da Silveira e Leonel Arcângelo Pavan, ex-Governadores do Estado.

Sirvo-me do ensejo para renovar a Vossa Excelência e seus ilustres pares minhas expressões de considerações e apreço.

Conselheiro Luiz Roberto Herbst

Presidente

*Lido no Expediente
Sessão de 31/05/11*

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 223/11

CÂMARA MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS

GABINETE DA PRESIDÊNCIA

DECLARAÇÃO DE FUNCIONAMENTO REGULAR

(art. 7º, alínea "e", da Lei nº 5.867/81)

Declaro, para os devidos fins e a pedido do interessado, em especial para fins de cumprimento do disposto no art. 7º, alínea "e", da Lei nº 5.867/81, que "**FEDERAÇÃO CATARINENSE DE FUTEBOL DE SALÃO**", inscrita no CNPJ nº 82.896.739/0001-98, com sede na Rua Ilhéus, nº 8, 8º andar sala 804, Bairro Centro, CEP 88.010-560, na cidade de Florianópolis-SC, conforme tive conhecimento funciona regularmente desde 24/12/2004.

Florianópolis/SC, 19 de abril de 2011.

Vereador JAIME TONELLO

Presidente

*Lido no Expediente
Sessão de 31/05/11*

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 224/11

V.Exa.

Deputado Gelson Merísio

Presidente da Assembleia Legislativa

Para o devido controle e identificação do cumprimento do dispositivo no art. 1º da LEI Nº 15.125, de 19 de janeiro de 2010, sob pena de suspensão do reconhecimento de utilidade pública, a entidade Instituto Rã-bugio para Conservação da Biodiversidade, encaminha os seguintes documentos:

I - relatório anual de atividades do exercício anterior;

II - atestado do funcionamento atualizado, nos termos do inciso III do art. 2º desta Lei;

III - certidão atualizada do registro da entidade no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas; e

IV - balancete contábil.

Atenciosamente

Elza Nishimura Woehl

Secretária Executiva

Lido no Expediente

Sessão de 31/05/11

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 225/11

ASSOCIAÇÃO DE BOMBEIROS COMUNITÁRIOS DE SÃO BENTO DO SUL

Of. Nº 002/2011

São Bento do Sul, 12 de maio de 2011.

Excelentíssimo Senhor

Deputado Gelson Merísio

Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina

Rua Doutor Jorge Luz Fontes, 310, Centro, Gabinete da Presidência, sala 106

88.020-900 - Florianópolis - SC

Excelentíssimo Senhor,

Atendendo às exigências previstas na Lei Estadual nº 15.125/2010, seguem documentos para o fim de manter o reconhecimento de utilidade pública da Associação de Bombeiros Comunitários de São Bento do Sul, CNPJ nº 06.101.726/0001-05, com endereço para correspondência na Rua Barão do Rio Branco, 405 - Centro - São Bento do Sul/SC, CEP 89.280-478, entidade esta já declarada de utilidade pública pela Lei Estadual de nº 13.373 de 07 de junho de 2005.

Pede Deferimento,

LUCIANA PADILHA DOS SANTOS

Presidente da Associação de Bombeiros Comunitários de São Bento do Sul

Lido no Expediente

Sessão de 31/05/11

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 226/11

ESTADO DE SANTA CATARINA

ASSOCIAÇÃO DE BOMBEIROS COMUNITÁRIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE

Ofício nº 001/ABCSMO/11 São Miguel do Oeste, 25 de maio de 2011.

Excelentíssimo Senhor

GELSON MERÍSIO

Deputado Estadual

Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina

Excelentíssimo Senhor,

Atendendo às exigências previstas na Lei Estadual 15.125/2010, seguem documentos para fim de manter o reconhecimento de utilidade pública da Associação de Bombeiros Comunitários de São Miguel do Oeste, CNPJ 03.558.439/0001-22, com endereço para correspondência na Rua Florianópolis, 1450, Centro - São Miguel do Oeste-SC, entidade está declarada de utilidade pública pela Lei Estadual de nº 11.809 de 04 de Julho de 2001.

Pede Deferimento,

IRTON EDGAR LAMB

Presidente da Associação Corpo de Bombeiros Comunitários de São Miguel do Oeste

Lido no Expediente

Sessão de 31/05/11

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 227/11

ASSOCIAÇÃO DE BOLONISTAS DE INDAIAL

Ofício nº 018/2011

Indaial, 25 de maio de 2011.

Ao Senhor

Gelson Merísio

Presidente da Assembleia Legislativa

Florianópolis - SC

Senhor Presidente da Assembleia Legislativa,

A entidade acima identificada declarada de utilidade pública vem encaminhar à Assembleia Legislativa os documentos comprobatórios de que a mesma encontra-se em atividade para o

devido controle e identificação do cumprimento no que determina a Lei 15.125 de 19 de janeiro de 2010.

Respeitosamente,

Ivone Pereira Garbari
CPF: 551.065.609-34
Presidente

Lido no Expediente
Sessão de 31/05/11

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 228/11

APAE - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais

OF. Nº 017/2011 SIDERÓPOLIS, 25 DE MAIO DE 2011.
ILMO SENHOR
GELSON MERISIO
M.D. PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA
FLORIANÓPOLIS - SC

Cumprimentando-o cordialmente, vimos mui respeitosamente encaminhar a Vossa senhoria, a documentação necessária em atenção Lei nº 15.125, de 19 de janeiro de 2010, objetivando a manutenção do título de Utilidade Pública Estadual da APAE de Siderópolis.

Sendo o que tínhamos para o momento, subscrevemo-nos.

Atenciosamente
Nei José Piacentini
Presidente

Lido no Expediente
Sessão de 31/05/11

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 229/11

**ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS - APAE
ESCOLA ESPECIAL "INTEGRAÇÃO"**

Ofício nº 28/11 São José do Cerrito, 26 de maio de 2011.
ILMO. SR.
GELSON MERÍSIO
DD. PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
FLORIANÓPOLIS - SC

Prezado Senhor

Cumprimentando-o, vimos através deste encaminhar a Vossa Senhoria prestação de contas para renovação da certidão de Utilidade Pública Estadual, conforme segue:

- Relatório de Atividades 2010
- Atestado de funcionamento
- Certidão atualizada do registro da Entidade no cartório de registro de Pessoas Jurídicas
- Balancete contábil

Sendo o que tínhamos para o momento, aproveitamos do ensejo para enviar-lhe nosso abraço apaeano, enviando também nosso telefone para contato: (49) 3242-1545.

Atenciosamente,

Luiz Carlos Costa Moreirai
Presidente

Lido no Expediente
Sessão de 31/05/11

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 230/11

ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS - APAE

Ofício nº 038/2011 Laguna, 18 de maio de 2011.
Exmo. Sr.

Deputado Gelson Merisio

Presidente da Assembleia Legislativa do Estado

Florianópolis - SC

Sr. Presidente,

Cumprimentando-o cordialmente, estamos encaminhando, conforme solicitado pela Federação Estadual das APAEs e de acordo com o artigo 3º da Lei Estadual nº 15.125/2010, os documentos exigidos para regularização do Título de Utilidade Pública Estadual. Segue anexo:

- Relatório anual de atividades do exercício anterior; atestado de funcionamento atualizado, certidão atualizada do registro da entidade no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas e Balancete contábil.

Sendo o que se apresenta para o momento, colocamo-nos à disposição para eventuais esclarecimentos.

Atenciosamente
Pedro Paulo Nunes

Presidente - APAE/Laguna

Lido no Expediente
Sessão de 31/05/11

*** X X X ***

**OFÍCIO Nº 231/11
APAE BRASIL - FEDERAÇÃO NACIONAL DAS APAES
ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS
APAE DE CAMPO ERE**

Ofício nº 35/2011 Campo Erê, 25 de maio de 2011.

A/C Sra.

DUDA

Chefe de Secretaria da Comissão de Direitos da ALESC
FLORIANÓPOLIS - SC

Estamos encaminhando em anexo a documentação necessária para o reconhecimento de Utilidade Pública da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE Campo Erê, localizada na Rua Antonio Mendes, 959, com CNPJ Nº 78.510.898.0001-35. Segue a documentação:

I - Relatório anual de atividades do exercício anterior;

II - Atestado de funcionamento atualizado;

III - Certidão atualizada do registro da Entidade;

IV - Balancete contábil;

Atenciosamente,

Adriana Tonia Scalabrin
Diretora

Lido no Expediente
Sessão de 31/05/11

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 232/11

ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS

Pouso Redondo, 23 de maio de 2011.

**Excelentíssimo Senhor
Deputado Gelson Merisio**

Presidente da Assembleia Legislativa

Cumprimentando-o cordialmente, vimos através deste enviar o relatório de atividades de 2010 juntamente com os demais documentos solicitados para a manutenção da utilidade pública estadual.

Sem mais para o momento, despedimo-nos com um abraço fraterno.

Atenciosamente

Cleusa Chechetto Amancio
Presidente APAE

Lido no Expediente
Sessão de 31/05/11

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 233/11

**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMARUÍ
DECLARAÇÃO Nº 009/2011**

DECLARAÇÃO DE FUNCIONAMENTO DE ENTIDADE

Declaro que o Hospital de Caridade e Maternidade São João Batista, na cidade de Imaruí, Centro, no Estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ nº 84.203.132/0001-00, tem seu funcionamento regular há mais de 05 (cinco) anos, desenvolvendo suas atividades dentro das normas e objetivos propostos, sendo inquestionável sua reputação ética e profissional. Imaruí, 26 de abril de 2011.

Atenciosamente,

AMARILDO MATOS DE SOUZA
Prefeito Municipal de Imaruí

Lido no Expediente
Sessão de 31/05/11

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 234/11

**INSTITUTO MARIA AUXILIADORA
Rio do Sul - SC**

Rio do Sul, 30 de Abril de 2011.

Ao

**Presidente do CEAS
Florianópolis - SC**

O Instituto Maria Auxiladora, sediado na Rua dos Pioneiros, nº 46, em Rio do Sul, Santa Catarina, vem respeitosamente, apresentar a V.Sa. o Relatório Circunstanciado de Atividades e demais documentos comprobatórios de cumprimento de seus objetivos sociais, relativos ao ano de **2010**, como segue:

I - relatório anual de atividades do exercício anterior;

II - atestado de funcionamento atualizado, nos termos do inciso III do art. 2º desta Lei;

III - certidão atualizada do registro da entidade no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas; e

IV - balancete contábil,

Atenciosamente,

Maria Ivone Ranghetti
Presidente

Lido no Expediente
Sessão de 31/05/11

*** X X X ***

PARECER PRÉVIO

**TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SANTA CATARINA
CONCLUSÃO DA APECIAÇÃO, REALIZADA EM SESSÃO
EXTRAORDINÁRIA DE 25/05/2011, DAS CONTAS DO EXERCÍCIO DE
2010 PRESTADAS PELO GOVERNADOR DO ESTADO DE SANTA
ACATARINA**

1. Processo nº PCG-11/00112798

2. Assunto: Prestação de Contas do Governador - Exercício de 2010
3. Responsáveis: **Luiz Henrique da Silveira** (de 1º/01 a 24/03/2010) e **Leonel Arcângelo Pavan** (de 25/03 a 31/12/2010) - ex-Governadores do Estado
4. Unidade: Governo do Estado
5. Parecer Prévio: Conclusão

Considerando o conteúdo do Relatório nº 0270/2011, da Divisão de Contas Anuais do Governo, da Diretoria de Controla da Administração Estadual (DCE), e o Parecer nº 1356/2011 do Ministério Público de Contas;

Considerando os esclarecimentos e documentos oferecidos pelo Governo Estadual em sede de contraditório, por meio do Ofício GAB/SEF nº 370/2011;

Considerando, finalmente, que a proposta apresentada está fundamentada nas manifestações resumidas no Relatório deste Relator, e que as medidas decorrentes, segundo o art. 76, §§ 1º e 2º do Regimento Interno (Resolução nº TC-06, de 2001), constituem os grupos "ressalvas", que compreendem observações de natureza

I.I - Ressalvas:

ITEM	OCORRÊNCIA
1.	Planejamento Orçamentário Fixação de despesas em valores inexequíveis, ensejando planejamento orçamentário não condizente com a realidade orçamentária e financeira do Estado.
2.	Relatório do Órgão Central do Sistema de Controle Interno (SCI) nas Contas Prestadas pelo Governador Relatório do Órgão Central do Sistema de Controle Interno (SCI) do Poder Executivo, que acompanha a Prestação de Contas, não apresenta: 2.1. Descrição analítica das atividades dos seus órgãos e entidades e execução de cada um dos programas incluídos no orçamento anual, com indicação das metas físicas e financeiras previstas e das executadas, exigido pelo art. 70, inc. II da Resolução nº TC-06/2001. 2.2. Considerações sobre matérias econômica, financeira, administrativa e social relativas às atividades de cada um dos órgãos avaliados, consoante o art. 70, inc. I, da Resolução nº TC-06/2001. 2.3. Análise sobre a execução do orçamento de investimento das empresas em que o Estado direta ou indiretamente detenha a maioria do capital social com direito a voto, conforme art. 70, inc. IV, da Resolução n TC-06/2001.
3.	Cancelamento de Despesas Liquidadas Repetição e ampliação da ausência de controle sobre os cancelamentos de despesas liquidadas, que somente até novembro/2010 alcançaram a cifra de R\$ 612,10 milhões, contrariando a norma dos arts. 62 e 63 da Lei Federal nº 4.320/64.
4.	Reavaliação dos Bens Patrimoniais Bens patrimoniais não reavaliados, ensejando distorção no valor do patrimônio público contabilizado, contrariando o disposto no art. 85 da Lei Federal nº 4.320/64.
5.	Defensoria Dativa Ausência de registro contábil da dívida para com a Defensoria Dativa referente aos exercícios de 2009 e 2010, contrariando os arts. 83 e 85 da Lei Federal nº 4.320/64, e os princípios fundamentais da contabilidade aplicados à Administração Pública.
6.	Descumprimento da "Lei da Transparência" Não observância da Lei Complementar Federal nº 131/09, no que tange a divulgação das despesas com função e subfunção e das informações relacionadas às licitações e contratos, em afronta ao art. 7º, letras c e e do Decreto Federal nº 7.185/10.
7.	Inativos da Educação Considerados no Gasto Mínimo Inclusão dos gastos com inativos da Educação para efeito de cálculo do percentual mínimo de 25% das receitas resultantes de impostos, a ser aplicado na manutenção e desenvolvimento do ensino, nos termos do art. 212 da Constituição Federal.
8.	Salário Educação Reiterado e vultoso superávit nos recursos do salário educação o que, diante dos problemas no sistema educacional, demonstra inobservância do princípio da eficiência previsto no <i>caput</i> do art. 37 da CF.
9.	Ensino Superior - art. 170 da Constituição Estadual Descumprimento do art. 170, parágrafo único, da CE, com a aplicação de 2,05% da base legal para fins de assistência financeira aos alunos matriculados nas instituições de educação superior legalmente habilitadas a funcionar no Estado.
10.	Ensino Superior - art. 171 da Constituição Estadual Reiterado e significativo superávit nos recursos do Fundo de Apoio à Manutenção e ao Desenvolvimento da Educação Superior no Estado de Santa Catarina (FUMDES), com a aplicação de 13,55% dos valores arrecadados, situação que não se justifica perante a demanda por educação.

restritiva em relação a certos fatos verificados no exame das contas, quer porque se discorda do que foi registrado, quer porque tais fatos não estão em conformidade com as normas e leis aplicáveis, e "recomendações", as quais constituem medidas sugeridas para a correção das falhas e deficiências verificadas no exame de contas, os quais devem ser contemplados no "Plano de Ação" do Governo do Estado e objeto de ação fiscalizatória por meio de monitoramento deste Tribunal; e, ainda, segundo levantamento efetivado, ocorrências assentadas em decisões anteriores, ou eventos externos, que pela sua repercussão, justificam a priori, medidas do Poder ou Órgão. O procedimento de alerta reveste-se do propósito de sinalizar que a Corte de Contas mantém-se atenta a respeito de fatos que poderão produzir graves efeitos nas contas públicas, com consequências deletérias para a economia Catarinense.

O **TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SANTA CATARINA**, de acordo com o disposto nos arts. 1º, I, 47 e 49 da Lei Complementar (estadual) n. 202/00, emite a seguinte

PROPOSTA DE PARECER PRÉVIO

I - Pela emissão de Parecer Prévio propondo que sejam **APROVADAS** as contas do Poder Executivo do Estado de Santa Catarina referentes ao exercício financeiro de 2010, de responsabilidade dos Excelentíssimos Senhores Governadores Luiz Henrique da Silveira (de 1º/01 a 24/03/2010) e Leonel Arcângelo Pavan (de 25/03 a 31/12/2010), sem prejuízo das ressalvas e recomendações expedidas, conforme consignado nos considerandos acima, citando-se:

11.	Deficiências Constatadas em Escolas Públicas Atraso no início do ano letivo de diversas escolas da rede pública estadual, motivado por deficiências de ordem gerencial (falta de professores) e estrutural (ausência de condições físicas).
12.	Inativos da Saúde Considerados no Gasto Mínimo Inclusão dos gastos com inativos da Saúde para efeito de cálculo do percentual mínimo de 12% das receitas resultantes de impostos a ser aplicado em Ações e Serviços Públicos de Saúde, nos termos do art. 77 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.
13.	Deficiências na Gestão dos Recursos do Sistema Estadual de Incentivo ao Turismo, Esporte e Cultura (SEITEC) Deficiências na gestão administrativa e dos recursos financeiros do Sistema, constatados: 13.1 - Na falta de comprovação da viabilidade financeira dos projetos e de seus proponentes, em desacordo com o art. 1º, § 2º, do Decreto Estadual nº 1.291, de 2008; 13.2 - Em falhas na fiscalização da aplicação dos recursos, ocorrendo a baixa de processos de prestação de contas com indícios de dano ao Erário, em afronta aos arts. 2º, 7º e 8º do Decreto nº 1.977, de 2008; 13.3 - Na análise dos projetos propostos e sua seleção, em razão de a apreciação não atentar para os critérios estabelecidos no Decreto Estadual nº 1.291, de 2008, e por afrontar o princípio da impessoalidade previsto no <i>caput</i> do art. 37 da CF.
14.	Retenção de Recursos Destinados às Associações de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAEs) Falta de repasse de recursos da ordem de R\$ 9,60 milhões para as APAEs, descumprindo o art. 8º, § 1º, da Lei Estadual Nº 13.334/05.
15.	Programa “Medida Justa” Deficiências na gestão das unidades de atendimento e de internação provisória de menores infratores (Plantão Interinstitucional de Atendimento-PLIAT, Centros de Internação Provisória-CIPs e Centro de Internação Feminina-CIF), com falta de unidades específicas para internação mais longa (Relatório Final do Piloto do Programa “Medida Justa” no Estado de Santa Catarina, elaborado pelo Conselho Nacional de Justiça-CNJ).
16.	Prejuízo da Companhia Catarinense de Águas e Saneamento (CASAN) Prejuízo injustificado da ordem de R\$ 11,4 milhões registrado nas demonstrações contábeis da Companhia Catarinense de Águas e Saneamento - CASAN, diante dos sucessivos lucros obtidos nos exercícios anteriores.
17.	SC GÁS - Companhia de Gás de Santa Catarina Falta de justificativas quanto aos reflexos no patrimônio da entrada/anulação da Contas Margem a Compensar. Necessidade de reavaliação de aspectos do contrato de concessão, acordo de acionistas e fixação de preços do gás. Ressalvar até a conclusão de auditorias de regularidade e operacional.
18.	Empresas Estatais Dependentes Lucros apresentados nas Demonstrações Contábeis de empresas dependentes do Estado, sobre os quais incidem tributos federais, o que descaracteriza a condição de dependência estabelecida nos termos da LRF.
19.	Instituto de Previdência do Estado de Santa Catarina (IPREV) Ocorrência de perdas nas aplicações do Fundo Previdenciário no valor de R\$ 50,36 mil.

I.II - Recomendações:

ITEM	OCORRÊNCIA
1.	Planejamento Orçamentário Adotar providências visando assegurar que: 1.1. O Plano Plurianual (PPA) seja elaborado em valores condizentes com a realidade econômico-financeira do Estado, para que o planejamento represente efetivamente as ações e programas possíveis de serem executados nos respectivos exercícios, por intermédio das respectivas leis de diretrizes orçamentárias (LDOs) e leis orçamentárias anuais (LOAs); 1.2. A fixação de despesas se faça em valores exequíveis, para evitar planejamento orçamentário não condizente com a realidade orçamentária e financeira do Estado; 1.3. Sejam priorizadas as ações selecionadas pela sociedade catarinense nas audiências públicas do orçamento regionalizado, organizadas pela ALESC, em obediência ao art. 120, § 5º, da CE. 1.4. Contabilizar a renúncia de receita praticada pelo Estado, possibilitando o registro oficial deste impacto no patrimônio público, em obediência ao artigo 85 da Lei federal nº 4.320/64.
2.	Manutenção de Rodovias Priorizar as ações estabelecidas para manutenção das rodovias estaduais, de modo a evitar o agravamento das dificuldades socioeconômicas existentes, em consequência da falta de investimentos públicos no setor.
3.	Sistema de Controle Interno (SCI) - Poder Executivo Estadual Adotar providências para que: 3.1 - O controle interno dos órgãos e entidades obedeça ao princípio da segregação das funções; 3.2 - Os relatórios de controle interno bimestrais dos órgãos e entidades do Poder Executivo sejam produzidos pelos respectivos responsáveis pelo controle interno e contenham a análise circunstanciada dos atos e fatos administrativos e de todas as demais informações previstas no art. 5º da Resolução nº TC-16/1994, com a redação da Resolução nº TC-11/2004.

4.	<p>Relatório do órgão central do Sistema de Controle Interno (SCI) nas Contas Prestadas pelo Governador Atentar para que o relatório do órgão central do SCI do Poder Executivo, integrante das contas prestadas anualmente pelo Governador do Estado, contenha:</p> <p>4.1 - Descrição analítica das atividades dos seus órgãos e entidades e execução de cada um dos programas incluídos no orçamento anual, com indicação das metas físicas e financeiras previstas e das executadas, segundo o art. 70, inc. II da Resolução nº TC-06/2001;</p> <p>4.2 - Considerações sobre matérias econômica, financeira, administrativa e social relativas às atividades de cada um dos órgãos avaliados, consoante o art. 70, inc. I, da Resolução nº TC-06/2001.</p> <p>4.3 - Análise sobre a execução do orçamento de investimento das empresas estatais em que o Estado direta ou indiretamente detenha a maioria do capital social com direito a voto, conforme art. 70, inc. IV, da Resolução nº TC-06/2001.</p>
5.	<p>Cancelamento de Despesas Liquidadas Adotar providências, instituindo os necessários mecanismos de controle, para que não se repita o cancelamento de despesas liquidadas, conforme tem sido apontado pelo Tribunal desde o exercício de 2007, por afrontar a norma dos arts. 62 e 63 da Lei Federal nº 4.320/64.</p>
6.	<p>Reavaliação dos Bens Patrimoniais Implementar medidas para que efetivamente se execute a reavaliação dos bens patrimoniais, saneando a distorção no valor do patrimônio público contabilizado, em acordo com o art. 85 da Lei Federal nº 4.320/64.</p>
7.	<p>Crescimento da Dívida Fundada Rever a gestão da Dívida Pública do Estado, objetivando a redução do seu montante, haja vista que em 2010, mesmo com superávit primário de R\$ 880,00 milhões, a Dívida cresceu R\$ 1,59 bilhão.</p>
8.	<p>Descumprimento da “Lei da Transparência” Adotar providências para efetivo cumprimento da Lei Complementar Federal nº 101/00 (LRF), com a redação dada pela Lei Complementar nº 131/09 (“Lei da Transparência”), assegurando a classificação das despesas por função e subfunção e a disponibilização de informações relativas a licitações e contratos, na forma do art. 7º, inc. I, letras c e e do Decreto Federal nº 7.185/10.</p>
9.	<p>Cumprimento do Percentual Mínimo em Educação Promover medidas concretas - exclusão dos gastos com inativos do cômputo - para o atendimento ao art. 212 da Constituição Federal, visando garantir a aplicação do percentual mínimo de 25% da base legal estabelecida, em manutenção e desenvolvimento do ensino MDE.</p>
10.	<p>Salário Educação Aplicar integralmente no próprio exercício os recursos do salário educação, por não se justificar o reiterado e vultoso superávit apresentado, diante dos problemas existentes no sistema educacional, em observância do princípio da eficiência previsto no <i>caput</i> do art. 37 da CF.</p>
11.	<p>Ensino Superior - art. 170 da Constituição do Estado Adotar providências para cumprimento do art. 170, parágrafo único, da CE, para assegurar a aplicação do percentual devido na assistência financeira aos alunos matriculados nas instituições de educação superior legalmente habilitadas a funcionar no Estado.</p>
12.	<p>Ensino Superior - art. 171 da CE Adotar providências visando à aplicação integral dos recursos do Fundo de Apoio à Manutenção e ao Desenvolvimento da Educação Superior no Estado de Santa Catarina - FUMDES, na forma e condições do art. 171 da Constituição Estadual.</p>
13.	<p>Deficiências nas Escolas Públicas Adotar providências para sanear as deficiências constatadas no sistema educacional do Estado, para que escolas públicas tenham condições de iniciar o ano letivo na data estabelecida e com a estrutura adequada.</p>
14.	<p>Cumprimento do Percentual Mínimo em Ações e Serviços de Saúde Dar cumprimento ao art. 77, inc. II, do ADCT/CF, garantindo a aplicação integral do percentual mínimo dos recursos previstos, em ações e serviços públicos de saúde.</p>
15.	<p>Deficiências na Gestão dos Recursos do Sistema Estadual de Incentivo ao Turismo, Esporte e Cultura (SEITEC) Adotar providências para que a gestão dos recursos do Sistema atente para:</p> <p>15.1 - Assegurar-se da viabilidade financeira dos projetos e de seus proponentes, segundo o art. 1º, § 2º, do Decreto Estadual nº 1.291/08;</p> <p>15.2 - Orientar a aplicação dos recursos e a comprovação das despesas na forma e condições previstas na legislação, e assegurar a regularidade das prestações de contas, de acordo com os arts. 2º, 7º e 8º do Decreto nº 1.977/08;</p> <p>15.3 - Que seja observada na análise dos projetos propostos e sua seleção, o atendimento dos critérios estabelecidos no Decreto Estadual nº 1.291, de 2008, segundo o princípio da impessoalidade previsto no <i>caput</i> do art. 37 da CF.</p>
16.	<p>Retenção de Recursos Destinados às Associações de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAEs) Assegurar o repasse integral de recursos às APAEs de acordo com o previsto no art. 8º, § 1º, da Lei Estadual nº 13.334/05.</p>
17.	<p>Programa “Medida Justa” Adotar providências para correção das deficiências verificadas na gestão das unidades de atendimento e de internação provisória de menores infratores (Plantão Interinstitucional de Atendimento-PLIAT, Centros de Internação Provisória - CIPs e Centro de Internação Feminina-CIF), e para suprir a falta de unidades específicas para internação mais longa (Relatório Final do Piloto do Programa “Medida Justa” no Estado de Santa Catarina, elaborado pelo Conselho Nacional de Justiça-CNJ).</p>

18.	Unidades Prisionais Avançadas (UPAs) Rever as ações e projetos relacionados às construções das UPAs, do sistema penitenciário do Estado, para impedir possíveis danos ao Erário por conta da construção de unidades incompatíveis com a sua finalidade, posto que o projeto arquitetônico não atende integralmente aos requisitos da Lei de Execução Penal (LEP).
19.	Agência Reguladora de Serviços Públicos de Santa Catarina (AGESC) 19.1 Adotar providências para que a AGESC desenvolva as ações necessárias ao cumprimento de suas finalidades estipuladas no art. 3º da Lei Estadual nº 13.533/05, especialmente, para assegurar a prestação dos serviços públicos adequada, isto é, executados com regularidade, continuidade, eficiência, segurança, atualidade, generalidade e cortesia, nos termos do art. 89 da Lei Complementar Estadual nº 381/07. 19.2 Prosseguir, iniciar, ou reiniciar, conforme o caso, procedimentos de avaliação do contrato de concessão, acordo de acionistas, critérios de distribuição de lucros e de fixação de preços do gás da SC GÁS.
20.	Fechamento de escolas públicas Observar que o fechamento de escolas públicas seja precedido de um estudo regional e local sobre os motivos e necessidade da medida, com a imediata destinação de prédio para outra finalidade pública.
21.	Agência Reguladora de Serviços de Saneamento Básico do Estado de Santa Catarina (AGESAN) Adotar providências para que a AGESAN desenvolva as ações necessárias ao cumprimento de suas finalidades definidas nos arts. 2º e 3º da Lei Complementar Estadual nº 484/10, especialmente, fiscalizar e orientar a prestação adequada dos serviços públicos de saneamento básico, com observância aos princípios fundamentais da prestação dos serviços públicos de saneamento básico estabelecidos pelo art. 2º Lei Federal nº 11.445/07

III.1 - Considerando que ressalva e recomendação dirigidas ao Governo do Estado repercutem junto ao Poder Legislativo e ao Tribunal de Contas do Estado, propõe-se:

a) Recomendação ao Poder Legislativo:

ITEM	OCORRÊNCIA
22.	Descumprimento da "Lei da Transparência" Adotar providências para efetivo cumprimento da Lei Complementar Federal nº 101, de 2000 (LRF), com a redação dada pela Lei Complementar nº 131, de 2009 ("Lei da Transparência"), assegurando a classificação das despesas por função e subfunção e a disponibilização de informações relativas a licitações e contratos, na forma do art. 7º, inc. I, letras c e e do Decreto Federal nº 7.185, de 2010.

b) Recomendação ao Tribunal de Contas do Estado:

ITEM	OCORRÊNCIA
23.	Descumprimento da "Lei da Transparência" Adotar providências para efetivo cumprimento da Lei Complementar Federal nº 101, de 2000 (LRF), com a redação dada pela Lei Complementar nº 131, de 2009 ("Lei da Transparência"), assegurando a classificação das despesas por função e subfunção e a disponibilização de informações relativas a licitações e contratos, na forma do art. 7º, inc. I, letras c e e do Decreto Federal nº 7.185, de 2010.

II. Que sejam adotados os procedimentos especificados como segue:

II.1 - "PLANO DE AÇÃO" a ser apresentado pelo Poder Executivo do Estado no prazo de 90 (noventa) dias contados da data do recebimento da comunicação do Parecer Prévio emitido por este Tribunal, que especifique as propostas para atendimento das RECOMENDAÇÕES constantes deste Parecer Prévio.

II.2 - "PROCESSO DE MONITORAMENTO" a ser promovido pelo Tribunal de Contas, para acompanhar o atendimento das recomendações discriminadas no Parecer Prévio, bem como do "Plano de Ação" a que se refere o item anterior. O "Processo de Monitoramento" será supervisionado pelo Relator das Contas do Exercício subsequente.

II.3 - Realização de auditoria pelo Tribunal de Contas nos órgãos da Administração Direta (incluindo as Fundações e Autarquias), acerca do cancelamento de despesas liquidadas que é recorrente na gestão estadual, para averiguar os atos praticados e documentos de suporte.

II.4 - Realização de auditoria operacional e/ou de regularidade, conforme o caso, na Companhia de Gás de Santa Catarina S.A. (SCGÁS) para esclarecer aspectos relevantes destacados no Relatório e Projeto de Parecer Prévio. As mesmas instruirão a análise do Balanço Geral da Empresa, ora ressaltado.

II.5 - Realização de auditoria na Companhia Catarinense de Águas e Saneamento S.A. (CASAN) para melhor aferir as causas que levaram a um prejuízo de R\$ 11,40 milhões em 2010, quando nos exercícios precedentes (2005/2009) os dados e informações divulgados indicaram lucro, que, acumulado, somou R\$ 162,24 milhões.

III. Pela emissão de ALERTA ao Poder Executivo, à Secretaria de Estado da Fazenda e à Procuradoria Geral do Estado acerca da necessidade de considerar em seu planejamento despesas de elevada repercussão, com nefastas consequências para as contas públicas, que se encontra em discussão na esfera judicial, todas elas com indicativo de que o Estado deverá suportar os pesados ônus advindos das várias demandas, mesmo não se podendo estimar o prazo, o que deve ser motivo de permanente e atenta vigilância:

III.1 - A criação da Empresa Santa Catarina Participação e

Investimentos S.A. (INVESC) em 1995 para captação de recursos financeiros no mercado, lastreadas em debêntures garantidas por ações da CELESC, que renderam aproximados R\$ 100,00 milhões, é fonte de uma longa disputa judicial porquanto, o Estado pagou não mais do que os juros relativos ao 1º ano (1996). As ações da CELESC, por decisão judicial, foram transferidas para o credor Fundo PREVI. A dívida hoje pode chegar a cerca de R\$ 3,00 bilhões, os quais são acrescidos a cada ano pelo juros incidentes.

III.2 - As obras de duplicação da rodovia estadual SC 401, que faz a ligação às praias do norte da Ilha de Santa Catarina, em Florianópolis, levaram a uma disputa judicial de aproximadamente duas décadas. A duplicação iniciada em 1993 ocorreu sob a forma de Concessão Precedida de Obra Pública, ou seja, a execução das obras seria suportada pela Contratada, que, em contrapartida, teria o direito de explorar o pedágio por 25 anos. O trecho previsto de 20 km (Itacorubi-Canasvieiras) teve execução de 13 km (até o acesso a Jurerê). Diante de irregularidades na execução do contrato, inclusive apontadas pelo Tribunal de Contas, e com divergências entre o Estado e a Empresa contratada (ENGEPA), a praça de pedágio jamais chegou a ser ativada. A Empresa pleiteia além do valor da execução das obras, a indenização por lucros cessantes.

III.3 - O lançamento de Letras Financeiras do Tesouro do Estado de Santa Catarina -LFTSC - objetivava uma forma rápida e fácil de se obter recursos financeiros junto ao mercado. Porém, tal manobra desencadeou, além de um escândalo nacional à época (meados de 1996), em face à CPI constituída pelo Senado Federal, uma dívida de grande monta. As Letras do Tesouro foram anuladas pelo Poder Judiciário em 1997, considerando que inexistiam precatórios para sustentar sua emissão. O valor de R\$ 123,60 milhões foi captado junto a 13 instituições (bancos e fundos de pensão).

IV - Outros fatos relevantes que necessitam de maior atenção do Executivo Estadual:

IV.1 - Com referência aos ROYALTIES, o Estado tem deixado de receber os dividendos em face à extração de petróleo na Plataforma SS-11 da Petrobrás, mesmo depois do laudo de perito nomeado pelo STF demonstrar que o cálculo efetivado pelo IBGE para definir os limites territoriais, que durante longos anos beneficiou o Estado do Paraná, estava incorreto (meados de 1998). Resta em discussão o recebimento

dos valores retroativos. O Estado não pode prescindir de recursos da ordem de R\$ 40,00 milhões/ano, sendo renovada a perda a cada ano, enquanto o processo não se resolve em definitivo.

IV.2 - A instituição de indicadores de desempenho como reflexo da execução orçamentária deve ser priorizada pelo Estado. Trata-se de medida indispensável para a avaliação da eficiência e da eficácia da aplicação dos recursos públicos. Metas com a indicação dos parâmetros a serem observados, tais como prazos, valores aplicados e especificações técnicas da execução, aliados a uma fiscalização confiável e permanente, e a demonstração dos resultados atingidos, constituem-se das condições mínimas exigíveis para que a gestão pública possa atender aos anseios da sociedade.

IV.3 - Depois de, finalmente, no exercício de 2010 concluir o processo de liquidação da REFLORESC (Reflorestadora Santa Catarina S.A.) que se arrastava desde 1993, o Estado deve concentrar esforços para resolver as pendências relatadas pela CODESC, que obstaculizam a finalização do processo da CODISC (Companhia de Distritos Industriais de Santa Catarina), cuja liquidação foi definida pela Lei Estadual nº 7.724, de 1989. Deve ser considerado que a manutenção dessa situação tem custos para os cofres públicos, constando um prejuízo acumulado de R\$ 18,07 milhões (valores de 2009), além de não ser justificável o longo tempo decorrido desde a decretação da liquidação.

IV.4 - O Fundo de Desenvolvimento Social (FUNDOSOCIAL) criado pela Lei Estadual nº 13.334, de 2005, foi concebido para atender meritórios propósitos. Constatou-se que os recursos têm sido distribuídos para um amplo leque de projetos, sob a forma de subvenção social, beneficiando associações esportivas, culturais e turísticas entre outros. Diante da natureza dos recursos e os propósitos originalmente previstos, a destinação dos recursos deve ser feita de forma escrupulosa, segundo projetos que se enquadrem no estabelecido nos arts. 203 e 204 da Constituição Federal, sendo exigível, no mínimo, a fixação de metas a serem atendidas pelas entidades beneficiárias.

Plenário do TCE/SC, em 25 de maio de 2011.

Conselheiro Luiz Roberto Herbst

Presidente

Conselheiro Salomão Ribas Junior

Relator

Conselheiro César Filomeno Fontes

Conselheiro Wilson Rogério Wan-Dall

Continuação da Conclusão da apreciação, realizada na sessão extraordinária de 25/05/2011, das Contas do exercício de 2010 prestadas pelo Governador do Estado Santa Catarina.

Conselheiro Julio Garcia

Auditora substituta de Conselheiro Sabrina Nunes Locken

(art. 86, capu, da LC n. 202/00)

Fui presente: Mauro André Flores Pedrozo

Procurador-geral do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas do Estado

O Conselheiro Adircélio de Moraes Ferreira Junior se declarou impedido de discutir e votar.

*** X X X ***

PORTARIAS

PORTARIA Nº 2164, de 31 de maio de 2011

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE:

LOTAR na Diretoria Administrativa **MARISA BASEI**, Professor, código MAG-3-A, matrícula nº 262.003-0-03, servidor do Poder Executivo - Secretaria de Estado da Educação, colocado à disposição na Assembleia Legislativa pelo Ato nº 1238, de 11 de maio de 2011, sob a égide do Termo de Convênio nº 0047/2011-2

Nazarildo Tancredo Knabben

Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 2165, de 31 de maio de 2011

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

EXONERAR a servidora **SOLANGE BERNADETE GASPARETTO**, matrícula nº 5625, do cargo de Assessor de Liderança, código PL/GAL-47, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 1 de junho de 2011 (Liderança do PSDB).
Nazarildo Tancredo Knabben
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 2166, de 31 de maio de 2011

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

EXONERAR o servidor **ARNO OTTWIN HEILMANN**, matrícula nº 6837, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-33, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 1 de junho de 2011 (Gab Dep Antônio Aguiar).

Nazarildo Tancredo Knabben

Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 2167, de 31 de maio de 2011

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,

NOMEAR LAUDINO FRANÇA, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-35, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar da data de sua posse (Gab Dep Aldo Schneider).

Nazarildo Tancredo Knabben

Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 2168, de 31 de maio de 2011

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,

NOMEAR EDUARDO CONTE, matrícula nº 4340, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-19, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar da data de sua posse (Gab Dep Aldo Schneider).

Nazarildo Tancredo Knabben

Diretor Geral

*** X X X ***

PROJETOS DE LEI

PROJETO DE LEI Nº 190/11

Altera o Art. 3º, inciso I, da Lei Estadual nº 13.721, de 16 de março de 2006, que autoriza ao Poder Executivo a delegar serviços públicos na área de trânsito e estabelece outras providências.

Art. 1º O art. 3º, inciso I, da Lei nº. 13.721, de 16 de março de 2006, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º [...]

I - os municípios com até dez mil eleitores que tiverem interessados habilitados em prestar serviço de formação de condutores, terão, obrigatoriamente, no mínimo, um Centro de Formação de Condutores, independente de estudo de viabilidade sócio-econômica atestando a capacidade de sustentação do empreendimento;”

Art. 2º Esta Lei entra em vigor a partir da data de sua publicação.

Sala das Sessões,
Deputado Darci de Matos
Deputado Maurício José Eskudlark
Deputado Sargento Amauri Soares

Lido no Expediente

Sessão de 31/05/11

JUSTIFICATIVA

O presente Projeto de Lei tem o escopo de alterar o inciso I do art. 3º da Lei nº 13.721, de 16 de março de 2006, que autoriza o Poder Executivo a delegar serviços na área de trânsito e estabelece outras providências.

A atual redação do inciso I da citada Lei, preceitua que os municípios com até dez mil eleitores poderão ter um Centro de Formação de Condutores, não sendo obrigatória a existência dos mesmos.

No entanto, se não tivermos a obrigatoriedade da existência desses centros de formação em todas as cidades catarinenses estaremos dificultando o acesso dos cidadãos moradores dos municípios menores a esse tipo de serviço.

Dessa forma, é extremamente necessário que se garanta através de lei, a existência de pelo menos um Centro de Formação de Condutores em cada município do Estado.

Portanto, conto uma vez mais com o indispensável apoio de nossos nobres Pares à aprovação de tão importante propositura.

*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº 191/11

Altera o art. 1º da Lei nº 15.023, de 22 de dezembro de 2009.

Art. 1º A Lei nº 15.023, de 22 de dezembro de 2009, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º É obrigatória a execução dos Jogos Nacionais Brasileiro e do Estado de Santa Catarina em todos os eventos esportivos e culturais de caráter oficial realizados no Estado de Santa Catarina.

Parágrafo único - A fiscalização e o cumprimento do disposto nesta Lei são de competência da Secretaria de Estado do Turismo, Cultura e Esporte.”

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões,
Deputado GILMAR KNAESEL
Proponente

Lido no Expediente
Sessão de 31/05/11

JUSTIFICATIVA

Trata o presente Projeto de Lei da instituição obrigatória da execução do Hino do Estado de Santa Catarina, no início ou abertura de eventos de caráter oficial, em se tratando de esporte ou cultural realizados no Território Estadual.

A fiscalização do cumprimento dessa obrigação são delegados à Secretária de Estado do Turismo, Cultura e Esporte haja vista tratar-se de matéria vinculada a este Órgão.

Salienta-se que o Hino do Estado é o símbolo que indica a soberania do nosso Estado, por isso merece o envolvimento de todos catarinenses a título e prática da cidadania.

A Constituição Federal em seu artigo 13, §1º, expressa que o Hino Nacional é o símbolo da República Federativa do Brasil, e a Carta Magna Catarinense, em seu artigo 3º estabelece que “são símbolos do Estado a bandeira, o hino, as armas e o selo em vigor, por conseguinte exigem o respeito de todos nós.

*** X X X ***

PROJETO DE RESOLUÇÃO

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 0006.7/2011

Altera o Regimento Interno da Assembleia Legislativa, aprovado pela Resolução nº 005, de 16 de dezembro de 2008.

Art. 1º Altera o inciso XV do art. 27 da Seção II do Capítulo VII do Título I do Regimento Interno da Assembleia Legislativa, aprovado pela Resolução nº 005, de 16 de dezembro de 2008, com redação dada pela Resolução nº 001, de 24 de fevereiro de 2011:

“Art. 27
XV - Comissão de Proteção Civil.”

Art. 2º Ficam alterados a Seção XV do Capítulo IV do Título III e o art. 85-A do Regimento Interno da Assembleia Legislativa, aprovado pela Resolução nº 005, de 16 de dezembro de 2008, com redação dada pela Resolução nº 001, de 24 de fevereiro de 2011:

“Seção XV

Da Comissão de Proteção Civil

Art. 85 -A. São os seguintes os campos temáticos ou áreas de atividade da Comissão de Proteção Civil:

I- fiscalizar as ações da Secretaria de Estado da Defesa Civil no que concerne a seus órgãos de defesa e proteção civil:
[...]

II- debater e aprimorar programas de defesa e proteção permanente contra calamidades públicas e situações de emergência; e

III - colaborar com a atuação de entidades privadas na defesa e proteção civil, particularmente os corpos de bombeiros voluntários ou comunitários, e o apoio técnico e financeiro prestado pelo Estado.

IV- promover a organização e a realização de conferências, seminários e debates a partir da divulgação do conhecimento dos

desastres, criando nova mentalidade e uma cultura de proteção dos desastres em Santa Catarina.”

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões,
Deputado Kennedy Nunes

Lido no Expediente
Sessão de 31/05/11

JUSTIFICATIVA

A presente proposta visa alterar a denominação da Comissão Permanente da Defesa Civil para Comissão de Proteção Civil.

Atualmente, é notória a importância da prevenção das catástrofes, o que sem dúvida reduz significativamente o impacto dos desastres naturais ocasionados por inundações, escorregamento, granizo, vendaval, tornado, furacão, ressaca, estiagem, geada, neve, além das catástrofes ocasionadas pelas atividades humanas, visando preservar primordialmente a vida.

Entendo, Senhores Deputados, que esta medida contribuirá para a proteção e evolução de sociedade catarinense, e dada sua importância, conto com o apoio dos nobres Pares.

*** X X X ***

REDAÇÃO FINAL

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 132/2011

Autoriza a compensação financeira de créditos do Estado junto à Agência de Fomento do Estado de Santa Catarina S.A. - BADESC, para atendimento emergencial de atividades empresariais em municípios catarinenses atingidos pelas catástrofes climáticas ocorridas em janeiro e fevereiro de 2011.

A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º Fica autorizada a compensação financeira de créditos do Estado, correspondentes aos juros sobre capital próprio da Agência de Fomento do Estado de Santa Catarina S.A. - BADESC, até o limite de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais), durante 4 (quatro) anos, para atendimento emergencial de atividades empresariais localizadas em municípios catarinenses diretamente atingidos pelas catástrofes climáticas ocorridas em janeiro e fevereiro de 2011, que tenham decretado estado de calamidade pública, com homologação pelo Estado.

Parágrafo único. A compensação financeira de que trata o caput será utilizada, exclusivamente, com relação às seguintes modalidades de crédito praticadas pela Agência de Fomento do Estado de Santa Catarina S.A. - BADESC, observados os valores e limites abaixo estipulados:

I - modalidade de crédito Capital de Giro Empresarial, com um valor total alocado de R\$ 1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil reais) e taxa de juros de 9% (nove por cento) ao ano mais TJLP de 6% (seis por cento), tendo prazo de carência de até 12 (doze) meses e de amortização do capital principal de até 36 (trinta e seis) meses, cujo valor máximo financiado, por empresa, será de R\$ 250.000,00 (duzentos e cinquenta mil reais); e

II - modalidade de crédito Reposição de Máquinas e Equipamentos, Construção e Reforma, com um valor total alocado de R\$ 1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil reais) e taxa de juros de 6% (seis por cento) ao ano mais TJLP de 6% (seis por cento), tendo prazo de carência de até 12 (doze) meses e de amortização do capital principal de até 36 (trinta e seis) meses, cujo valor máximo financiado, por empresa, será de R\$ 250.000,00 (duzentos e cinquenta mil reais).

Art. 2º As empresas que contratarem os financiamentos referidos no parágrafo único do art. 1º somente pagarão os valores correspondentes à amortização da dívida, ficando os juros mais TJLP sob a responsabilidade do Estado, por intermédio da compensação financeira de que trata esta Lei.

Art. 3º Para acompanhamento e fiscalização do valor correspondente aos juros subsidiados pelo Estado, a Agência de Fomento do Estado de Santa Catarina S.A. - BADESC, encaminhará à Secretaria de Estado da Fazenda, semestralmente, relatório pormenorizado dos financiamentos concedidos com base nesta Lei.

Art. 4º A responsabilidade pela comprovação físico-financeira por parte dos beneficiários, no que tange à aplicação dos recursos recebidos, caberá à Agência de Fomento do Estado de Santa Catarina S.A. - BADESC.

Art. 5º O prazo para acesso ao crédito de que trata esta Lei é de noventa dias contados da data de sua publicação.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 31 de maio de 2011
Deputado Romildo Titon
Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

*** X X X ***